

Relatório de Atividades 2016

#### MENSAGEM DO MINISTRO DO MEIO AMBIENTE

O Brasil é um país privilegiado por suas características naturais. Dentro do nosso território, entre outras paisagens exuberantes, está a maior floresta tropical do mundo. Isso nos confere a enorme responsabilidade de garantir a manutenção e o uso sustentável dos seus recursos, bem como de todas as populações que dependem dela para sobreviver. Essa responsabilidade recai sobre o nosso país, mas suas consequências têm reflexos em todo o planeta.

Nós assumimos esse compromisso e, desde 2004, com a instalação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), foi possível reduzir as taxas de desmatamento em mais de 70%. Contudo, o desafio ainda é grande. Os fatores econômicos, sociais e institucionais que levam ao desmatamento ainda não estão controlados. É necessário garantir o cumprimento do Código Florestal e da nova Política Nacional de Restauração da Vegetação Nativa (Proveg), promover a criação e a consolidação das áreas protegidas, regularizar a destinação e a ocupação de terras públicas, fomentar o desenvolvimento de atividades econômicas mais sustentáveis e promover a transição para uma economia de baixo carbono, aproveitando todo o potencial de desenvolvimento de novas tecnologias que a Amazônia oferece.

Pelos bons resultados e pelo engajamento que o Brasil tem demonstrado nos últimos anos, foi possível constituir um dos maiores fundos para a gestão florestal do mundo: o Fundo Amazônia. Desde o início de suas operações, em 2008, o Fundo Amazônia tem sido um dos instrumentos mais importantes para garantir e aprimorar o compromisso do nosso país com a conservação e o uso sustentável da floresta. Consideramos de extrema relevância a expansão do apoio do fundo, em todas as suas áreas temáticas, para o território abrangido pela Amazônia Legal, medida aprovada em 2016. Isso significa que, além do bioma Amazônia, cerca de metade do bioma Pantanal e um terço do bioma Cerrado estão sendo beneficiados. Este último, vale lembrar, é considerado um hotspot mundial, ou seja, uma das regiões biologicamente mais ricas do mundo, e necessita de atenção especial devido aos processos de degradação.

Em 2016, projetos fundamentais e de grande escala do Governo Federal foram apoiados pelo fundo, como o Projeto Integrado da Amazônia, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que vai disseminar conhecimentos e tecnologias voltados para recuperação, conservação e uso sustentável do bioma Amazônia, no valor de aproximadamente R\$ 34 milhões, e o projeto Fortalecimento do Controle e do Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento Ilegal na Amazônia, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no valor de R\$ 56 milhões, que tem sido fundamental para apoiar as iniciativas de fiscalização e controle do desmatamento, reforçando as ações de campo da instituição. Além disso, o Fundo Amazônia tem sido uma importante ferramenta para fortalecer a capacidade de gestão ambiental dos estados, apoiando, por exemplo, a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Foram destinados mais de R\$ 200 milhões a nove estados.

O sucesso do Fundo Amazônia até o momento deve ser celebrado, mas é importante reconhecer que os desafios que teremos pela frente serão ainda maiores, exigindo, portanto, aprimoramentos e novas iniciativas. O Brasil assumiu compromissos ambiciosos em sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) apresentada para o Acordo de Paris, incluindo desde a eliminação do desmatamento ilegal até a recuperação de florestas e pastagens. O cumprimento desses compromissos mostrará que é possível conciliar desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Para tanto, conclama-se uma composição de esforços com o envolvimento de diferentes esferas e áreas de governo, do setor privado, da sociedade civil organizada e dos poderes Legislativo e Judiciário.

Com esse cenário desafiador, mas também otimista, o Ministério do Meio Ambiente reforça seu comprometimento com o Fundo Amazônia. Esse instrumento continuará cumprindo seu papel de apoiar a consolidação e o aprimoramento de políticas públicas, com destaque para as ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação, do uso sustentável e da restauração das florestas tropicais do Brasil e de outras partes do mundo.

Maio de 2017

José Sarney Filho MINISTRO DO MEIO AMBIENTE



#### MENSAGEM DA PRESIDENTE DO BNDES

É motivo de grande satisfação para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que uma iniciativa inovadora como o Fundo Amazônia, ao completar oito anos de atividades, mantenha sua rota de consolidação, contando com o reconhecimento da sociedade, do governo e também de seus doadores.

No Brasil, a crise econômica que atingiu o país em 2015 e 2016 desafia a sociedade brasileira a usar um de seus principais ativos, a criatividade para avançar em mudanças estruturais relevantes para o desenvolvimento do país. A Amazônia tem sido território propício para o desenvolvimento de soluções inovadoras que aliam o desenvolvimento sustentável, a produção e a melhoria da qualidade de vida da população.

Acreditamos que os pilares do Fundo Amazônia são a transparência, a governança participativa e o alinhamento com as políticas públicas, especialmente com o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). É por meio desse arcabouço que o diálogo e o direcionamento estratégico podem se articular, buscando uma alocação de recursos cada vez mais efetiva no combate ao desmatamento e na distribuição de benefícios para as populações tradicionais que tanto contribuem para a conservação ambiental da região.

A continuidade do fundo é que permite a obtenção de resultados consistentes no tempo, e este relatório vem apresentar as atividades do Fundo Amazônia durante o ano de 2016. Ao longo do ano, buscou-se estruturar uma agenda de trabalho de melhorias contínuas, com a participação da sociedade civil, da academia, do governo e dos atores locais. Foram negociadas a extensão da cooperação com o governo da Noruega até o ano de 2030 e a consolidação da parceria com o governo alemão por meio da confirmação de novos aportes por parte do KfW.

Nas páginas que seguem, os leitores poderão conferir informações detalhadas sobre os projetos concluídos e aprovados além das doações recebidas pelo fundo, bem como o detalhamento da carteira de projetos e outras atividades inerentes a seu funcionamento. Um dos destaques é o capítulo sobre monitoramento e avaliação de resultados, tema de especial relevância para equipe do BNDES responsável pela gestão do fundo.

No momento em que a taxa de desmatamento da Amazônia apresenta um recrudescimento, é fundamental que não se perca uma perspectiva de tempo mais ampla, que considere os resultados já alcançados e também as metas definidas pelo país. Entendemos que o recente aumento do desmatamento na Amazônia não compromete o atingimento, numa perspectiva de médio prazo, das metas apresentadas pelo Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). Não obstante, é preciso manter o senso de urgência que o tema requer, pois o combate ao desmatamento da Amazônia é estratégico para o país e para o mundo sob diversos aspectos, desde garantir a chuva, que beneficia as lavouras e a geração de energia nas demais regiões do país, à proteção da vasta riqueza contida na sociobiodiversidade da região, além, é claro, da redução das emissões de gases de efeito estufa que contribui para a mitigação das mudanças climáticas globais.

O BNDES reafirma seu compromisso com o continuado êxito do Fundo Amazônia e que, como seu gestor, continuará a empenhar os melhores esforços para que este seja um dos instrumentos mais efetivos de desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira.

Maio de 2017

Maria Silvia Bastos Marques PRESIDENTE DO BNDES

# Sumário

INTRODUÇÃO	10
Apresentação	11
Objetivos do Fundo Amazônia	12
O Fundo Amazônia no BNDES	12
Evolução recente	13
Desafios e perspectivas	16
Dados sobre o desmatamento na Amazônia Legal	17
GOVERNANÇA, CAPTAÇÃO E COMUNICAÇÃO	19
Governança do Fundo Amazônia	20
Captação de recursos	27
Comunicação	35
DESEMPENHO OPERACIONAL	39
Perfil da carteira de projetos	40
Aspectos contábeis e financeiros	44
Auditorias	45
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS	46
Contextualização	47
Quadro Lógico do Fundo Amazônia	48
Monitoramento de indicadores regionais	50
Quadro Lógico dos projetos	63
Salvaguardas do Fundo Amazônia	
Avaliação de efetividade	77
Gestão de riscos do Fundo Amazônia	78
PROJETOS CONCLUÍDOS	82
Projetos concluídos em 2016	83
Projetos concluídos até 2015	98
PROJETOS APROVADOS EM 2016	100
Terceiro setor	101
União	117
Estados	120
PROJETOS EM EXECUÇÃO	126
Projetos com o torcoiro cotor	127

Chamada Pública de Apoio à Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas	129
Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis	130
Projetos com a União Federal	132
Projetos com estados	133
Projetos com corpos de Bombeiros Militares	135
Projetos com municípios	137
Projetos com universidades	138
Projetos internacionais	138
ANEXOS	139
Anexo 1 – Relatório de Auditoria e Demonstrações Financeiras do Fundo Amazônia	140
Anexo 2 – Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes	161
Anexo 3 – Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos e focos de atuação para o biênio 2015-2016	168
Anexo 4 – Membros e suplentes do COFA em 2016	181
Anexo 5 – Cancelamentos e suplementações	186

# Índice de projetos

PROJETOS CONCLUÍDOS EM 2016	83
Acre: Incêndios Florestais Zero	83
Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia	90
PROJETOS CONCLUÍDOS ATÉ 2015	98
Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – Fase 2	99
Bolsa Floresta	99
Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável	98
Gestão Socioambiental de Municípios do Pará	99
Ilhas de Belém	98
Nova Cartografia Social na Amazônia	98
Olhos d'Água da Amazônia	98
Preservar Porto dos Gaúchos	98
Sementes do Portal	99
Virada Verde	99
PROJETOS APROVADOS EM 2016	100
CAR Ceará	120
CAR Paraná	123
Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígen	as110
Fortalecimento do Controle e do Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento llegal na Amazônia	117
Gestão e Governança de Terras Indígenas nas Bacias do Rio Negro e Xingu – PGTAs	114
Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas	107
Programa Bolsa Floresta+	104
Renda Florestal	101
PROJETOS EM EXECUÇÃO	126
Alto Juruá	127
Amazônia SAR	132
APL Babaçu	131
Arapaima: Redes Produtivas	130
Assentamentos Sustentáveis na Amazônia	129

Biodiversidade
Bombeiros Florestais do Mato Grosso
Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros130
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre130
Calha Norte Sustentável131
Capacitar para Conservar127
CAR Acre134
CAR Bahia133
CAR Mato Grosso do Sul133
CAR Roraima133
CAR: Tocantins Legal134
Companhia de Operações Ambientais132
Compostos Bioativos da Amazônia138
Concretizar130
Conhecer para Conservar129
Florestas de Mangue138
Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável131
Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia127
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia127
Frutos da Floresta130
Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia128
Fundação Banco do Brasil (Fase 2) – Fundo Amazônia127
Fundo Dema129
Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas129
Gestão Ambiental Sustentável das Terras Indígenas do Estado do Amazonas134
Gestão Florestal e Dinamização de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade do Amapá134
Inventário Florestal Nacional – Amazônia133
Irehi – Cuidando dos Territórios129
Jacundá, Município de Economia Verde137
Mamirauá128
Mato Grosso Sustentável134

Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia	133
Monitoramento da Cobertura Florestal na Amazônia Regional	138
Nascentes do Buriti	137
Néctar da Amazônia	131
Negócios Agroflorestais	131
Olhos d'Água da Amazônia – Fase II	137
Pará Combatendo os Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas	135
Pequenos Projetos Ecossociais na Amazônia	128
Pesca Sustentável	127
Prevfogo	133
Programa de Qualificação da Gestão Ambiental	128
Programa Municípios Verdes	134
Projeto Amazônia Indígena Sustentável	129
Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado	133
Projeto Integrado da Amazônia	132
Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia	127
Proteção Florestal Tocantins	136
Quintais Amazônicos	128
Recupera Marcelândia	137
Rondônia Mais Verde	135
SDS Amazonas	135
Semas Pará	135
Semeando Amazônia Sustentável	131
Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu	137
Sementes do Portal – Fase II	128
Sentinelas da Floresta	132
Sepror Agroecológica	134
Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu	132
Valorização do Ativo Ambiental Florestal	135



### Apresentação

O Fundo Amazônia é uma iniciativa pioneira de financiamento de ações de Redução de Emissões provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal (REDD+). Teve seu conceito apresentado pelo Brasil na 13ª Conferência das Partes (COP 13), realizada em Bali, em 2007, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) e teve sua criação autorizada por meio do Decreto 6.527, de 1º de agosto de 2008, da Presidência da República Federativa do Brasil.

Opera por meio da captação de recursos advindos de doações voluntárias para aplicação não reembolsável em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além de promover ações visando a conservação e o uso sustentável da floresta na Amazônia Legal. Além disso, até 20% dos recursos do fundo podem ser alocados para o apoio ao desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países com florestas tropicais.

O Fundo Amazônia conta com uma sólida governança participativa, na qual se destaca o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), que tem a atribuição de determinar suas diretrizes e acompanhar os resultados obtidos. É um comitê tripartite, presidido pelo Ministério do Meio Ambiente, com 23 representações, em três blocos: Governo Federal, governos estaduais e sociedade civil. O Fundo Amazônia conta também com o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA), composto por especialistas renomados e com a atribuição de atestar a quantidade de emissões de carbono oriundas de desmatamento calculada pelo Ministério do Meio Ambiente.

Com o estabelecimento pelo Brasil da sua Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (ENREDD+) e a instituição da Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+),¹ o Fundo Amazônia passou a ser considerado elegível para acesso a pagamentos por resultados REDD+ alcançados pelo país e reconhecidos pela UNFCCC.

A gestão do Fundo Amazônia foi atribuída ao BNDES, que é responsável pela captação e aplicação de recursos, pelo acompanhamento e monitoramento das ações e dos projetos apoiados, pela prestação de contas e comunicação dos resultados obtidos de forma contínua e transparente, além de exercer a secretaria executiva do COFA.

Até o fim de 2016, o Fundo Amazônia recebeu R\$ 2.850.002.041,48 em doações, sendo 97,4% provenientes do governo da Noruega, 2,1% do governo da Alemanha, por meio do KfW Entwicklungsbank, e 0,5% da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

No âmbito do apoio a projetos, o Fundo Amazônia termina o ano com uma carteira de 86 projetos apoiados, dos quais 12 estão concluídos. Os recursos financeiros alocados aos projetos apoiados somam R\$ 1.396.920.499,52. Desse valor, 47% já foram desembolsados.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> As regras e os critérios para captação e uso de recursos de pagamentos por resultados REDD+ serão definidos pela CONAREDD+, que será responsável por coordenar, acompanhar e monitorar a implementação da ENREDD+. O Decreto 8.576/2015 que instituiu a CONAREDD+ pode ser consultado na íntegra no endereço eletrônico: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8576.htm#art5">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8576.htm#art5></a>.

### Objetivos do Fundo Amazônia

Para alcançar seus objetivos, o Fundo Amazônia pode apoiar projetos com ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal nas seguintes áreas temáticas especificadas no Decreto 6.527/08:

- I. gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- II. controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- III. manejo florestal sustentável;
- IV. atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- V. Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), ordenamento territorial e regularização fundiária;
- VI. conservação e uso sustentável da biodiversidade;
- VII. recuperação de áreas desmatadas.

O decreto prevê ainda a utilização de até 20% dos recursos do fundo no apoio ao desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em florestas tropicais de outros países.

As iniciativas elegíveis ao apoio do Fundo Amazônia devem estar em consonância com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), a ENREDD+, os planos estaduais de prevenção e combate ao desmatamento, as diretrizes e os critérios do COFA, bem como com as políticas operacionais do BNDES.

### O Fundo Amazônia no BNDES

O BNDES, empresa pública federal fundada em 1952, é o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia brasileira, com uma atuação que incentiva a inovação, o desenvolvimento regional e o desenvolvimento socioambiental.

A missão do BNDES é a promoção do desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais. No empenho de cumprir sua missão, o Banco cria condições e instrumentos de apoio financeiro que lhe permitam responder aos desafios do desenvolvimento. Ao longo da sua história, o Banco apresenta um legado de expressivos resultados para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, tendo introduzido práticas inovadoras em gestão e responsabilidade socioambiental.

O exercício de suas diversas atividades requer a capacitação permanente de seus funcionários, admitidos por meio de concurso público em âmbito nacional. As decisões do BNDES são tomadas de forma colegiada e transparente, sendo fundamentadas por parâmetros técnicos e, então, submetidas à auditoria e ao controle pelos órgãos externos constituídos para esse fim, incluindo mecanismos de responsabilização.

Para o BNDES, responsabilidade social e ambiental é valorizar e garantir a integração das dimensões social e ambiental em sua estratégia, nas políticas, práticas e procedimentos. Como indutor do desenvolvimento sustentável, o Banco dispõe de mecanismos, que vão desde a análise dos impactos sociais e ambientais de projetos apoiados financeiramente ao financiamento de investimentos que gerem benefícios diretos sobre a qualidade ambiental e a diminuição das desigualdades sociais e regionais no país.

Enquanto a Política de Responsabilidade Social e Ambiental do BNDES define princípios e diretrizes abrangentes que transpassam todas suas atividades e orientam seu relacionamento com os diversos públicos interessados, a Política Socioambiental do BNDES valoriza a sustentabilidade na concessão do apoio financeiro, estabelecendo critérios socioambientais para a análise do financiamento a empresas e projetos, especialmente em setores de grande impacto, como pecuária bovina e energia elétrica.

#### PARA SABER MAIS SOBRE ESSES TEMAS:

- Política de Responsabilidade Social e Ambiental: Portal do BNDES > Menu > Quem somos > Responsabilidade Social e Ambiental
- Política Socioambiental: Portal do BNDES > Menu > Quem somos > Responsabilidade Social e Ambiental > O que nos orienta > Políticas > Política Socioambiental

### Evolução recente

O ano de 2016 começou sob os auspícios da aprovação do Acordo de Paris, no fim de 2015, pelos 195 países signatários da Convenção do Clima, o que representou significativo avanço nas negociações climáticas conduzidas pelas Nações Unidas desde a Cúpula da Terra realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. No contexto nacional, o ano foi marcado pelo lançamento da ENREDD+ pelo Ministério do Meio Ambiente, em abril de 2016, e pelo início do funcionamento da CONAREDD+.

Nesse contexto, está inserido o Fundo Amazônia, como o primeiro mecanismo elegível para o acesso a pagamentos por resultados REDD+ alcançados pelo Brasil e reconhecidos pela UNFCCC. Desde a criação do Fundo Amazônia em 2008, o país tem conseguido viabilizar a conexão entre o global e o local, em que cooperação internacional, boa governança, transparência e políticas públicas se articulam em busca de benefícios para as populações da região, a floresta e sua biodiversidade.

Em 2016, foram aprovados mais oito projetos pelo Fundo Amazônia, no valor total de apoio de R\$ 196,6 milhões. Atualmente o fundo tem em sua carteira 86 projetos apoiados (dos quais 12 concluídos), no valor total de colaboração financeira de R\$ 1,4 bilhão. Desse total foram desembolsados R\$ 652,7 milhões.

No âmbito da chamada pública de projetos voltados ao apoio de Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PGTA), foram aprovados mais três projetos, a saber: Gestão territorial indígena no Sul do Amazonas (R\$ 11,4 milhões), do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB); Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (R\$ 11,9 milhões), do Centro de Trabalho Indigenista (CTI); e Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu (R\$ 11,7 milhões), do Instituto Socioambiental (ISA). Com isso, já são seis projetos aprovados nessa chamada pública, que totalizam R\$ 63,3 milhões.

Na linha de apoio à implementação do Código Florestal, foram aprovados mais dois projetos de elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR). A serem executados pelos órgãos ambientais dos estados do Paraná (R\$ 24,6 milhões) e do Ceará (R\$ 14,1 milhões), esses projetos se inserem no âmbito do apoio do Fundo Amazônia em outros biomas brasileiros para o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento.

Numa ação de enfrentamento direto ao desmatamento, foi aprovada a destinação de R\$ 56,3 milhões ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para o desenvolvimento de suas atividades de monitoramento e fiscalização ambiental na Amazônia.

A avaliação da segunda fase do PPCDAm concluiu que a queda no desmatamento observada a partir de 2004 foi decorrente, principalmente, das ações realizadas no eixo monitoramento e controle ambiental, dentre as quais se destacam as ações de fiscalização ambiental efetuadas pelo Ibama.

Com o intuito de promover os arranjos produtivos e os negócios sustentáveis em manejo florestal, aquicultura e arranjos de pesca, e a implantação de sistemas agroecológicos e agroflorestais, foi aprovado projeto proposto pelo Fundo Vale, no valor de R\$ 35 milhões de recursos do Fundo Amazônia, com contrapartida de R\$ 30 milhões do proponente.

Completando os oito projetos aprovados em 2016, foi aprovada a continuidade das ações do Programa Bolsa Floresta (PBF) da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), em 16 unidades de conservação (UC) estaduais no estado do Amazonas. Serão R\$ 31,5 milhões para o desenvolvimento de pequenos empreendimentos e arranjos produtivos florestais sustentáveis; além do fortalecimento das associações locais para a gestão de projetos socioambientais, e da disseminação de metodologias e lições aprendidas. Uma novidade em relação ao projeto anterior será a realização de chamada pública para pequenos projetos no entorno das UCs apoiadas pelo PBF.

Na outra ponta do ciclo de implantação dos projetos, mais dois projetos foram concluídos em 2016. O primeiro, de combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas do Corpo de Bombeiros Militar do estado do Acre, e outro, de pesquisa dos impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica da Amazônia, conduzido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/ UFPA). Com isso, são 12 projetos apoiados pelo Fundo Amazônia já concluídos.

Além de o Fundo Amazônia elaborar uma avaliação de cada projeto concluído – que discorre sobre as atividades realizadas, os aspectos institucionais e administrativos, os indicadores de resultados e impactos, as lições aprendidas e a sustentabilidade dos resultados –, no ano de 2016, foram iniciadas as avaliações

de efetividade *ex post* de quatro projetos, a saber: Olhos d'Água da Amazônia, do Município de Alta Floresta (MT); Gestão Socioambiental de Municípios do Pará, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon); Sementes do Portal, do Instituto Ouro Verde (IOV) e Virada Verde, da The Nature Conservancy do Brasil (TNC). Conduzidas pela cooperação técnica com a agência alemã GIZ, as avaliações de efetividade *ex post* são realizadas por peritos independentes e podem envolver diversas metodologias e atividades, tais como entrevistas, rodadas de consultas, visitas e outros. Duas dessas avaliações de efetividade foram concluídas e estão disponíveis no *site* do Fundo Amazônia.

Ainda no tema de monitoramento e avaliação, o Fundo Amazônia recebeu diversas visitas dos doadores durante o ano, com destaque para a missão alemã de avaliação *ex post* que esteve no Brasil em maio. Conduzida pela diretora de avaliação do KfW, foram analisados cinco aspectos sobre o funcionamento do fundo, a saber: relevância, efetividade, impacto, eficiência e sustentabilidade dos resultados. Segundo essa avaliação, o Fundo Amazônia teve um bom desempenho, atingindo plenamente as expectativas.

Outro destaque no ano foi a realização da 1ª Oficina de Intercâmbio de Experiências entre Projetos de Atividades Produtivas Sustentáveis, na qual o Fundo Amazônia reuniu mais de cem pessoas, entre técnicos e gestores de projetos e seus beneficiários, majoritariamente indígenas, extrativistas e pequenos agricultores. Durante o evento, os participantes tiveram acesso a palestras em plenária e também se dividiram em grupos para identificar as boas práticas a serem replicadas. Foram abordados temas como transparência, governança, participação de mulheres e indígenas, gestão financeira, inovação, fortalecimento de organizações indígenas, monitoramento e avaliação dos projetos, formalização de parcerias, entre outros. A avaliação dos participantes foi bem positiva e mostrou que o Fundo Amazônia deve continuar a promover iniciativas que busquem contribuir para a boa execução dos projetos.

O ano de 2016 contou também com algumas alterações na governança e na base de atuação do Fundo Amazônia dadas pelo Decreto 8.773, de 11 de maio de 2016, dentre as quais se destaca a troca de uma das representações do Governo Federal no COFA, com a saída da extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE/PR) e a entrada do Ministério da Justiça, por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), que permitirá enriquecer as discussões do comitê sobre os temas que afetam os povos indígenas. Outra mudança significativa é a ampliação da área de atuação do fundo, passando de Bioma Amazônia para Amazônia Legal, o que possibilita que parte dos biomas Cerrado e Pantanal se beneficiem com os recursos do fundo. Essa mudança foi indicada pela comissão, instalada pelo COFA, sobre apoio a projetos no Cerrado e permitirá um reforço no combate ao desmatamento na Amazônia ao apoiar projetos em sua área de transição e em uma ampla zona de amortecimento.

E finalmente, no mês de outubro, o Fundo Amazônia realizou pela primeira vez sua reunião anual de doadores fora do Brasil, mais precisamente na cidade de Oslo, capital da Noruega, principal doador do fundo. Aproveitando a oportunidade, foi realizado também o seminário *The Amazon Fund: Combining conservation and development in the Brazilian rainforest*, que contou com a participação de especialistas e beneficiários do Fundo Amazônia: representantes dos povos indígenas, do terceiro setor e do Governo Federal e dos governos estaduais da região. Esse evento apresentou para a sociedade norueguesa os resultados alcançados e os desafios enfrentados pelo Fundo Amazônia.

### Desafios e perspectivas

Apesar dos expressivos resultados observados na redução do desmatamento na Amazônia desde o início das ações do PPCDAm em 2004, as taxas de desmatamento anual na Amazônia, auferidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), apresentaram um aumento significativo nos últimos dois anos. São dados preocupantes, mas que ainda mantêm o Brasil na perspectiva do alcance da meta da Política Nacional sobre Mudança do Clima para a Amazônia.

A quarta fase do PPCDAm para os anos de 2016 a 2020 foi lançada no fim de 2016, a partir de uma avaliação dos resultados obtidos na terceira fase do plano, quando foram observadas as quatro menores taxas de desmatamento (de 2012 a 2015). Foi elaborada uma nova estratégia tendo como base a dinâmica do desmatamento por categoria fundiária (Terras Indígenas, Unidades de Conservação, Assentamentos de Reforma Agrária e Glebas Públicas Federais não destinadas) e por município. Também foi criado novo eixo de ação com o objetivo de fomentar a elaboração de instrumentos normativos e econômicos associados ao combate ao desmatamento.

O Fundo Amazônia se mantém como um dos instrumentos implementação do PPCDAm, estando todas suas ações alinhadas com esse plano de ação.

Uma das diretrizes estratégicas do PPCDAm 4ª fase é a promoção do CAR como instrumento de gestão da paisagem e de aprimoramento da gestão florestal, em que o apoio do Fundo Amazônia se insere de forma estruturante. A implementação completa dos dispositivos econômicos e de controle ambiental previstos no Código Florestal contribuirá fortemente para um modelo de desenvolvimento da região no qual o campo e a floresta deixem de ser vistos como mundos separados e passem a se integrar cada vez mais de forma sustentável, gerando e compartilhando benefícios ambientais, sociais e econômicos.

Depois da fase de cadastramento das propriedades rurais, que tem sido amplamente apoiada pelo Fundo Amazônia, dentro e fora da região, virá a fase de verificação e validação das informações apresentadas, que possibilitarão a adesão aos Programas de Regularização Ambiental (PRA) dos estados para completar o ciclo de regularização ambiental dos imóveis. O pleno funcionamento do CAR também permitirá utilizar a área excedente

de reserva legal obrigatória por lei dos imóveis rurais como um ativo florestal a ser negociado em condições definidas pelo Código Florestal, conciliando conservação ambiental com geração de receita. Também se vislumbra a utilidade do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) como insumo aos processos de regularização fundiária e de planejamento territorial.

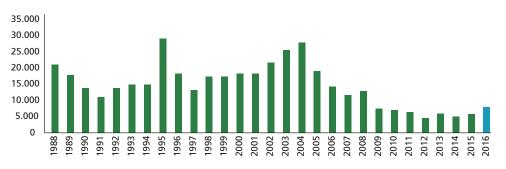
Para encerrar esse panorama, retoma-se o tema das negociações climáticas. O Brasil segue no atendimento dos requisitos da UNFCCC para o recebimento de pagamentos por resultados em REDD+. A Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+), instituída em novembro de 2015, já realizou suas primeiras reuniões em 2016 e está criando as bases para a plena implementação da Estratégia Nacional para REDD+ que possibilitará o acesso por entidades elegíveis a recursos de pagamentos por resultados REDD+. O Fundo Amazônia já é elegível pelo disposto no decreto de criação da CONAREDD+ e também se beneficiará do funcionamento completo do REDD+ no país, seja na captação de novos recursos, seja com a coordenação de políticas e ações no tema.

Dessa forma, o Fundo Amazônia segue trabalhando para que as recentes altas na taxa de desmatamento da Amazônia não venham a se repetir, servindo como um sinal de alerta para que governos, empresas e sociedade brasileira redobrem sua vigilância e continuem a usar sua energia e criatividade na busca de novas soluções que complementem os significativos avanços que foram observados desde 2004.

### Dados sobre o desmatamento na Amazônia Legal

Dados preliminares do Inpe indicam que o desmatamento na Amazônia durante o período de 1º de agosto de 2015 a 31 de julho de 2016 (ano florestal 2016) foi de 7.989 km². Como se pode notar no Gráfico 1, a partir de 2004, quando o Governo Federal instituiu o PPCDAm, as taxas de desmatamento anual na Amazônia foram caindo drasticamente. Nos últimos dois anos, entretanto, as taxas apresentaram crescimento, ainda que se mantenham inferiores à média do período 2004-2016.





Fonte: Prodes/Inpe. Nota: 2016 – dados preliminares. Na Tabela 1, são apresentadas as taxas de desmatamento de 2016 nos estados que compõem a Amazônia Legal, comparadas às taxas de desmatamento consolidadas do ano anterior.

TABELA 1: DESMATAMENTO POR ESTADO

Estados	Desmatamento 2015 (km²)	Desmatamento 2016 (km²)	Variação desmatamento 2015-2016 (%)
Acre	264	389	47
Amapá	25	24	(4)
Amazonas	712	1.099	54
Maranhão	209	261	25
Mato Grosso	1.601	1.508	(6)
Pará	2.153	3.025	41
Rondônia	1.030	1.394	35
Roraima	156	209	34
Tocantins	57	53	40
Amazônia Legal	6.207	7.989	29

Fonte: Prodes/Inpe.

Houve aumento de 1.782 km² (29%) na área desmatada na Amazônia no ano florestal de 2016 (dado ainda provisório) em relação ao de 2015. Três estados (Amazonas, Pará e Rondônia) apresentaram simultaneamente aumento expressivo na taxa de desmatamento e elevada área total desmatada. Mato Grosso teve redução no desmatamento, embora com extensão territorial desmatada significativa.

Foi o segundo ano seguido de crescimento no desmatamento na Amazônia. Esses são, sem dúvida, dados preocupantes.

A difícil situação fiscal ora verificada no Brasil, nos níveis federal e estadual, é certamente um fator importante a contribuir para esse mau resultado. Por esse motivo, o COFA, em sua vigésima reunião, realizada em 29 de abril de 2016, aprovou novo foco de apoio do Fundo Amazônia, flexibilizando a condicionante mínima de adicionalidade de recursos, em caráter excepcional e temporário, buscando compensar a escassez de fundos para o combate ao desmatamento.

Não obstante as recentes dificuldades, a redução na área desmatada na Amazônia Legal desde 2004 foi de 71%. A taxa verificada em 2016 (7.989 km²) é 24% inferior à média do período 2004-2016.

O aumento recente no desmatamento é um problema a ser enfrentado com determinação pelo governo e sociedade brasileiros, reforçando as políticas que levaram à expressiva redução verificada nos últimos 12 anos, expressas no PPCDAm.

O Fundo Amazônia reveste-se de relevância ainda maior nesse contexto.



### Governança do Fundo Amazônia

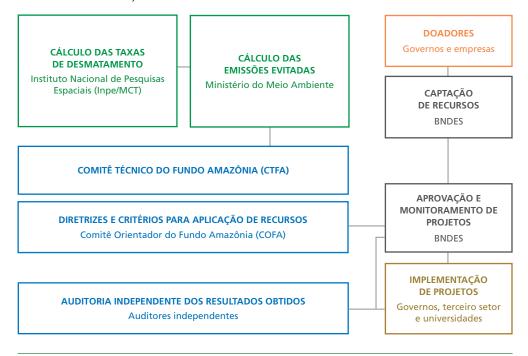
O modelo de governança do Fundo Amazônia foi estabelecido para possibilitar a participação dos diversos atores envolvidos no tema, de forma a contribuir para o alcance de suas finalidades.

O Fundo Amazônia conta com uma estrutura de governança composta por dois comitês, dos quais fazem parte representantes do Governo Federal, dos governos dos estados da Amazônia Legal brasileira, da sociedade civil (organizações não governamentais, movimentos sociais, povos indígenas e setor empresarial) e da comunidade científica, além de processos definidos de auditoria independente responsável por verificar a adequada aplicação dos recursos doados, conforme ilustra a Figura 1.

A partir da instituição da Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+)², responsável pela implementação da Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (ENREDD+), uma nova instância de governança do tema foi criada. Dentro dela, o Fundo Amazônia já foi designado elegível para acesso a pagamentos por resultados da Redução de Emissões provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal (REDD+) alcançados pelo país e reconhecidos pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

As regras e critérios para a captação e o uso de recursos de pagamentos por resultados REDD+ serão definidos pela CONAREDD+, responsável por coordenar, acompanhar e monitorar a implementação da ENREDD+.

FIGURA 1: GOVERNANÇA DO FUNDO AMAZÔNIA



<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> O Decreto 8.576/2015 que instituiu a CONAREDD+ pode ser consultado na íntegra no endereço eletrônico <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8576.htm#art5">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8576.htm#art5</a>.

#### Comitê Técnico do Fundo Amazônia

Instituído pela Portaria MMA 345, de 22 de outubro de 2008, o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) tem por atribuição atestar as emissões de carbono oriundas de desmatamento calculadas pelo Ministério do Meio Ambiente. Para tanto, avalia a metodologia de cálculo da área desmatada e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

O CTFA reúne-se ordinariamente uma vez por ano e é formado por especialistas de notório saber técnico-científico, designados pelo Ministério do Meio Ambiente após consulta ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. O mandato dos membros é de três anos, prorrogável uma vez, por igual período.

A participação no CTFA é considerada de interesse público e não enseja qualquer tipo de remuneração.

#### 9ª Reunião do Comitê Técnico do Fundo Amazônia

Em 8 de novembro de 2016, foi realizada a nona reunião do CTFA, na qual foram estabelecidos o valor estimado de redução das emissões relativo ao ano florestal de 2015, correspondente a 500,8 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>, e o valor-limite para captação do Fundo Amazônia relativo a esse período, de US\$ 2.504.086.200,00.

Desde a criação do Fundo Amazônia, o CTFA atestou os valores de redução das emissões expostos na Tabela 2.

TABELA 2: REUNIÕES ANUAIS DO COMITÊ TÉCNICO DO FUNDO AMAZÔNIA

Reunião	Data	Ano da redução	Valor estimado de redução das emissões (em milhões de toneladas de CO <sub>2</sub> )
1 <sup>a</sup>	10.11.2008	2006	200,0
	10.11.2008	2007	303,0
2ª	1.12.2009	2008	245,7
3ª	13.12.2010	2009	445,9
4 <sup>a</sup>	20.10.2011	2010	462,9
5ª	14.11.2012	2011	490,2
6ª	26.11.2013	2012	580,2
7ª	10.9.2014	2013	516,1
8 <sup>a</sup>	5.11.2015	2014	558,8
9ª	8.11.2016	2015	500,8

Fonte: BNDES

### Comitê Orientador do Fundo Amazônia

O Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) tem por atribuição estabelecer as diretrizes e os critérios de aplicação dos recursos, bem como aprovar as informações sobre a aplicação dos recursos e o Relatório de Atividades do Fundo Amazônia.

O COFA é um comitê tripartite formado por três bancadas de representantes, sendo a primeira composta por oito representantes do Governo Federal; a segunda constituída por nove representantes dos estados da Amazônia Legal; e a última composta por seis representantes da sociedade civil.<sup>3</sup>

Durante o ano de 2016, o COFA reuniu-se em duas sessões ordinárias. As reuniões são consignadas em Registros de Encaminhamentos e Temas (RET), que, depois de aprovados pelos representantes, são publicados no *site* do Fundo Amazônia. Além dos temas sugeridos pelos representantes do comitê, em todas as reuniões foi apresentada uma análise da carteira de projetos do fundo pelo BNDES.

#### 20<sup>a</sup> reunião do Comitê Orientador do Fundo Amazônia

A primeira reunião do ano e vigésima do COFA realizou-se no dia 29 de abril, no Manhattan Plaza Hotel, em Brasília, e foi aberta pelo secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, Carlos Klink, e pelo diretor da Área de Meio Ambiente do BNDES, Henrique Paim.

A principal deliberação dessa vigésima reunião foi a aprovação de novo foco de apoio para o biênio 2015-2016, que dispensa, em caráter excepcional, a condicionante de adicionalidade de recursos para projetos que visem dar continuidade ou aprimorar a fiscalização ambiental e o controle do desmatamento, apresentados por órgãos ou instituições públicas federais ou estaduais com mandato legal para realizar ações de fiscalização, no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama). Este e os demais focos e modalidades de apoio do Fundo Amazônia são destacados mais adiante neste relatório.

Durante a reunião, foi aprovado o Relatório de Atividades do Fundo Amazônia referente ao ano de 2015. Além disso, também integrou a pauta da reunião a apresentação do Ministério do Meio Ambiente sobre os dados do desmatamento de 2015, com a análise das tendências do desmatamento pelos estados da Amazônia Legal e sua distribuição por categorias fundiárias no período de 2012 a 2015.

#### 21ª reunião do Comitê Orientador do Fundo Amazônia

A segunda reunião de 2016 foi realizada na sede do BNDES no Rio de Janeiro, no dia 2 de dezembro, e foi aberta pelo secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Everton Lucero, e pela diretora da Área de Gestão Pública e Socioambiental do BNDES, Marilene Ramos.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> A lista completa de representantes do COFA no ano de 2016 está disponível no Anexo 4.

O principal encaminhamento da reunião foi o reconhecimento pelos membros do COFA da modificação da área de abrangência de atuação do Fundo Amazônia – de bioma Amazônia para Amazônia Legal – nas Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia e focos de atuação para o biênio 2015-2016, em alinhamento com o estabelecido no Decreto 6.527, de 1° de agosto de 2008, conforme redação dada pelo Decreto 8.773, de 11 de maio de 2016. Na reunião também foi realizada a apresentação da quarta fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e iniciou-se a discussão sobre as diretrizes do COFA para o biênio 2017-2018.

O encontro contemplou ainda informes sobre a 22ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (COP 22) e a conclusão do primeiro ano da Estratégia Nacional para REDD+ do Brasil (ENREDD+). Além disso, foi realizada pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) a apresentação da plataforma Indicar, que tem por objetivo monitorar o impacto das políticas prioritárias contidas nos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento dos estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso e Pará.

# Focos para o apoio do Fundo Amazônia no biênio 2015-2016

Na 17ª reunião do COFA, em 25 de junho de 2015, foram definidos os focos e as modalidades de apoio para o biênio 2015-2016. Na vigésima reunião, realizada em 29 de abril de 2016, como mencionado anteriormente, foi aprovado novo foco de apoio do Fundo Amazônia, que prevê a dispensa excepcional da condicionante mínima de adicionalidade de recursos para projetos que visem dar continuidade ou aprimorar a fiscalização ambiental e o controle do desmatamento, apresentados por órgãos ou instituições públicas federais ou estaduais com mandato legal para realizar ações de fiscalização, no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).

Na 21ª reunião do COFA, realizada em 2 de dezembro de 2016, o COFA reconheceu a modificação da área de abrangência de atuação do Fundo Amazônia, que passou de bioma Amazônia para Amazônia Legal, no documento *Diretrizes* e *critérios* para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia e focos de atuação para o biênio 2015 e 2016.

Esse documento contém as deliberações normativas do COFA a respeito dos critérios orientadores, condicionantes mínimos para projetos, modalidades de aplicação dos recursos, restrição de uso dos recursos, critérios de equidade na aplicação dos recursos e limitações na aplicação dos recursos (ver Anexo 3).

Os focos para o atual biênio repetem a estrutura de eixos do documento anterior – (i) fomento às atividades produtivas sustentáveis; (ii) monitoramento e controle ambiental; e (iii) ordenamento fundiário e territorial–, bem como a componente transversal voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico. Foi excluído o apoio à segunda fase de projetos previamente apoiados pelo Fundo Amazônia, salvo se alinhados aos focos do novo biênio.

#### QUADRO 1: FOCOS E MODALIDADES DE APOIO DO BIÊNIO 2015-2016

#### Orientações gerais

EXCEPCIONALIZAÇÃO À CONDICIONANTE DE ADICIONALIDADE DE RECURSOS NA AMAZÔNIA LEGAL

Projetos que visem dar continuidade ou aprimorar a fiscalização ambiental e o controle do desmatamento, apresentados por órgãos ou instituições públicas federais ou estaduais com mandato legal para realizar ações de fiscalização, no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), poderão, excepcionalmente, ser dispensados da condicionante mínima de adicionalidade de recursos. Para tanto, será necessária uma justificativa técnica apresentada formalmente pelo Ministério do Meio Ambiente, bem como declaração do referido órgão/instituição proponente de que inexiste fonte de recursos disponíveis para o apoio financeiro pleiteado. A justificativa técnica e a declaração mencionadas são documentos obrigatórios e devem integrar a proposta protocolada formalmente no BNDES.

#### Amazônia Legal – Eixo Monitoramento e Controle

CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) E REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DOS IMÓVEIS RURAIS Promoção do processo de regularização ambiental por meio de: (i) apoio à inscrição no CAR de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até quatro módulos fiscais); (ii) suporte à integração dos sistemas estaduais de CAR ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) e adaptação de módulos complementares de análise e monitoramento, de gestão dos programas de regularização ambiental dos estados (PRA) e de cotas de reserva ambiental (CRA); (iii) apoio ao desenvolvimento e à implementação dos PRAs; (iv) suporte às atividades para a validação das inscrições no CAR; (v) apoio à elaboração dos projetos de recuperação de áreas degradadas e alteradas (Prada) de pequenas propriedades ou posses rurais familiares; (vi) suporte às atividades para a validação dos Pradas; e (vii) apoio à estruturação e operacionalização do monitoramento da regularidade ambiental dos imóveis rurais.

O apoio à implantação do CAR e à regularização ambiental dos imóveis rurais será feito prioritariamente por meio de operações com os estados, que poderão firmar parcerias/contratações para a execução das ações necessárias, respeitada a legislação aplicável. Todavia, será possível apoiar, por meio de outros parceiros, projetos de CAR em áreas que não foram contempladas nos projetos contratados com os estados.

#### INCÊNDIOS FLORESTAIS

Apoio a ações de prevenção e combate à degradação florestal causada por incêndios em vegetação nativa apresentadas por órgãos governamentais de meio ambiente com atuação na Amazônia Legal ou por organizações não governamentais em parceria com órgãos de governo, prioritariamente em assentamentos, unidades de conservação e terras indígenas.

#### MONITORAMENTO

Apoio ao monitoramento do desmatamento, da degradação florestal e das queimadas no bioma Amazônia.

#### Amazônia Legal – Eixo Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis

ATIVIDADES ECONÔMICAS DE USO SUSTENTÁVEL DA FLORESTA E DA BIODIVERSIDADE Estruturação, fortalecimento e consolidação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da agricultura familiar de base sustentável, incluindo valorização da economia extrativista, manejo florestal madeireiro e não madeireiro, aquicultura e arranjos de pesca, sistemas agroecológicos e agroflorestais e turismo de base comunitária, incluindo a assistência técnica para as atividades produtivas sustentáveis.

### PROGRAMA ASSENTAMENTOS VERDES

Implementação do programa Assentamentos Verdes (Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia).

#### RECOMPOSIÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E ALTERADAS

Apoio à recomposição de áreas degradadas e alteradas de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até quatro módulos fiscais), com priorização de implementação de Pradas.

(Continua)

#### (Continuação)

Amazânia Laral Five Ord	anamanta Franciscia a Tamitanial
Amazonia Legai – Eixo Ord	enamento Fundiário e Territorial
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	Apoio à regularização fundiária de terras públicas, com prioridade nas áreas críticas por pressão do desmatamento, priorizadas, ainda, as ações de digitalização do acervo fundiário e construção ou consolidação das bases cartográficas fundiárias dos estados e a informatização de registros de imóveis e de órgãos estaduais de terras. Não será passível de apoio o pagamento de indenizações por desapropriação.
TERRAS INDÍGENAS	Apoio à elaboração e implementação dos planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas, alinhados com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).
ÁREAS PROTEGIDAS	Apoio à criação e consolidação de áreas protegidas.
Amazônia Legal – Foco Des	envolvimento Científico e Tecnológico
NOVOS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE	Apoio à pesquisa científica e tecnológica voltada às cadeias de produtos da sociobiodiversidade, inclusive para o desenvolvimento de novos produtos a partir da biodiversidade amazônica – fármacos, fitofármacos, medicamentos, produtos cosméticos e outros de interesse das indústrias química e de alimentos.
ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS	Apoio à pesquisa científica e tecnológica voltada ao manejo florestal madeireiro e não madeireiro, à recuperação de áreas degradadas, à integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), à pesca e à aquicultura sustentáveis, à conservação de recursos hídricos e à conservação do solo.
SISTEMAS DE MONITORAMENTO E CONTROLE DO DESMATAMENTO, DA DEGRADAÇÃO FLORESTAL E DAS QUEIMADAS	Apoio ao desenvolvimento, implementação e aprimoramento de sistemas de monitoramento de uso e cobertura da terra e de controle do desmatamento, da degradação florestal e das queimadas, para fins de quantificação do desflorestamento, como subsídio às políticas públicas de prevenção e combate ao desmatamento.
INFRAESTRUTURA DE PESQUISA	O apoio do Fundo Amazônia ao desenvolvimento científico e tecnológico inclui o apoio à necessária infraestrutura de pesquisa.

#### Amazônia Legal – Modalidades operacionais

Os focos definidos serão apoiados por meio da apresentação direta de projetos estruturantes ou de projetos selecionados por chamadas públicas promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia (BNDES) ou por intermédio de instituições parceiras.

#### PROJETO ESTRUTURANTE

Projeto estruturante é aquele que atende cumulativamente aos critérios a seguir: (i) contribua para a implementação de uma política pública; (ii) seja resolutivo em relação à situação-problema; e (iii) tenha escala no território (sempre que o projeto desenvolva suas ações no território).

Os projetos estruturantes poderão ser propostos por: (i) entidades do Governo Federal; (ii) entidades dos governos estaduais; e (iii) organizações privadas sem fins lucrativos. No caso de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, os projetos estruturantes poderão ser propostos por instituições científicas e tecnológicas e/ou suas fundações de apoio; organizações da sociedade civil que tenham essa finalidade definida em seu contrato social ou estatuto; ou ainda, propostos por órgãos do Governo Federal e dos governos estaduais.

Será considerado atendido o critério "ter escala no território" quando, por exemplo, as ações do projeto abrangerem, em sua totalidade, um conjunto de municípios, de assentamentos ou de áreas protegidas, uma região estadual de planejamento, o entorno de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) etc. A definição da escala territorial deve se basear nas características do projeto e nas respectivas políticas públicas.

(Continua)

#### (Continuação)

#### CHAMADA PÚBLICA

Além das chamadas de projetos promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia (BNDES), será admitido o apoio a instituições parceiras para que elas promovam chamadas públicas de projetos. As instituições parceiras deverão comprovar experiência, conhecimento e capacidade operacional para atribuir qualidade e escala às chamadas públicas, entendendo-se por instituições parceiras as entidades do terceiro setor e dos governos federal e estadual.

O Fundo Amazônia estará aberto permanentemente à apresentação, por instituições parceiras, de pedidos de colaboração financeira que busquem seu apoio para a realização de chamadas públicas de projetos, com foco nas ações priorizadas para o biênio 2015-2016.

As chamadas públicas promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia ou apoiadas indiretamente por instituições parceiras deverão ser objeto de publicidade, com sua divulgação no *site* do Fundo Amazônia ou das instituições parceiras responsáveis, conforme o caso.

#### O apoio do Fundo Amazônia no Brasil fora da Amazônia Legal

CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) E REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DOS IMÓVEIS RURAIS Promoção do processo de regularização ambiental por meio de: (i) apoio à inscrição no CAR de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até quatro módulos fiscais); (ii) suporte à integração dos sistemas estaduais de CAR ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) e adaptação de módulos complementares de análise e monitoramento; e (iii) suporte às atividades para validação das inscrições no CAR.

Os beneficiários de projetos de apoio ao CAR fora da Amazônia Legal deverão, necessariamente, aportar contrapartida financeira. Nos projetos que contemplem estados em que os biomas Cerrado, Caatinga e Pantanal representam, cumulativamente, mais de 40% do seu território, deverão ser aportadas contrapartidas financeiras de, no mínimo, 10% do valor total do projeto. Nos demais casos fora da Amazônia Legal, deverão ser aportadas contrapartidas financeiras de, no mínimo, 20% do valor total do projeto.

O apoio à implantação do CAR será feito prioritariamente por meio de operações com estados, que poderão firmar parcerias/contratações para a execução das ações necessárias, respeitada a legislação aplicável.

SISTEMAS DE MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO Apoio a projetos que contribuam para a criação ou o aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal fora da Amazônia Legal, conforme diretrizes e critérios vigentes.

#### O apoio do Fundo Amazônia em outros países tropicais

SISTEMAS DE MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO EM OUTROS PAÍSES TROPICAIS Apoio a projetos que contribuam para a criação ou o aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal em outros países tropicais, conforme diretrizes e critérios vigentes.



### Captação de recursos

### Regras para a captação de recursos

A captação de recursos para o Fundo Amazônia é condicionada à redução das emissões de carbono oriundas do desmatamento, isto é, o Brasil precisa comprovar a redução do desmatamento na Amazônia para viabilizar a captação de novos recursos.

Para cálculo do limite de captação anual do Fundo Amazônia, optou-se por um método simples e conservador, de modo a assegurar que os valores de redução das emissões não sejam sobre-estimados. De forma resumida, o cálculo para obter os valores de redução das emissões de carbono oriundas de desmatamento parte da diferença entre a taxa de desmatamento média histórica e a área desmatada efetivamente aferida no ano em avaliação, multiplicando-se esse resultado pela quantidade de carbono presente na biomassa, em toneladas de carbono por hectare. Assim, o cálculo é dado pela seguinte equação:

ED = (TDM - TD) \* tC/ha

ED = redução nas emissões de carbono oriundas de desmatamento, em toneladas de carbono (tC) TDM = taxa de desmatamento média (em hectares)

TD = taxa de desmatamento anual do período (em hectares)

tC/ha = toneladas de carbono por hectare de floresta

A taxa de desmatamento na Amazônia Legal é aferida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe),<sup>4</sup> órgão público vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Compete ao Ministério do Meio Ambiente definir a metodologia de cálculo do limite de captação anual do Fundo Amazônia e cabe aos especialistas do CTFA atestar a redução efetiva de emissões de carbono oriundas de desmatamento em um determinado período, avaliando a metodologia de cálculo da área de desmatamento e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

Com base nos dados de redução das emissões, atestados pelo CTFA, o BNDES fica autorizado a captar doações e emitir diplomas de reconhecimento à contribuição dos doadores ao fundo. Na Figura 2, pode-se ver esquematicamente o fluxo de captação de recursos do Fundo Amazônia.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> O Inpe tem como missão produzir ciência e tecnologia nas áreas espacial e do ambiente terrestre.

#### FIGURA 2: FLUXO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO AMAZÔNIA

Ministério do Meio Ambiente prepara nota técnica com o cálculo da redução efetiva de emissões de carbono oriundas de desmatamento e com o valor monetário equivalente de contribuição que corresponde ao limite de captação do Fundo Amazônia para um determinado ano florestal

CTFA atesta o cálculo das emissões de carbono do Ministério do Meio Ambiente avaliando a metodologia de cálculo da área de desmatamento e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões

Ministério do Meio Ambiente envia a ata da reunião do CTFA ao BNDES, informando o limite de captação referente ao ano florestal avaliado

BNDES procede à captação de recursos, observando o limite de captação informado pelo Ministério do Meio Ambiente

### Doações formalizadas

Com base nos limites anuais de captação atestados pelo CTFA, o Fundo Amazônia já recebeu doações de governos estrangeiros e empresas. Até o fim de 2016, foram formalizados compromissos de doações ao Fundo Amazônia expressos em três moedas: coroa norueguesa (kr\$ ou NOK) para as doações da Noruega; euro (€ ou EUR) para as doações da Alemanha/KfW; e real (R\$ ou BRL) para as doações da Petrobras, conforme detalhado mais adiante. Desse total, já foram depositados na conta do Fundo Amazônia R\$ 2.850.002.041,48 (US\$ 1.135.387.681,09).<sup>5</sup>

O governo da Noruega foi o primeiro e, até o momento, é o maior doador de recursos ao Fundo Amazônia, tendo efetivamente aportado o montante de kr\$ 7.342.680.000,00, equivalentes a US\$ 1.100.276.320,84, ou R\$ 2.775.082.559,17. Durante a COP 21, foi anunciado novo compromisso de doação, de aproximadamente kr\$ 5.000.000.000,00, cerca de US\$ 600 milhões, até 2020.

Adicionalmente, a partir de 2010, o Fundo Amazônia recebeu o apoio do governo da Alemanha, por meio do KfW Entwicklungsbank, que formalizou compromisso de aporte no valor de € 21.000.000,00, equivalentes a R\$ 60.697.500,00, ou US\$ 28.323.207,40. Esses recursos já foram integralmente doados ao Fundo Amazônia. No mês de agosto de 2015, por ocasião da visita da chanceler da Alemanha, Angela Merkel, ao Brasil, foi anunciado novo compromisso de doação de € 100.000.000,00.

Em 2011, o Fundo Amazônia passou a contar com seu terceiro doador, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), primeira empresa brasileira a contribuir para o fundo. A Petrobras aportou, até o fim de 2016, R\$ 14.221.982,31, o equivalente a US\$ 6.788.152,85.

Conforme estabelecido no Decreto 6.527/2008, o BNDES tem a obrigação de manter segregados, em seus registros contábeis, os recursos oriundos das doações, dos quais 3% são destinados à cobertura de custos operacionais e demais despesas relacionadas ao Fundo Amazônia, incluindo a contratação das auditorias.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> As conversões dos valores das doações para US\$ e/ou R\$ presentes neste capítulo foram feitas a partir da taxa de câmbio das respectivas datas do efetivo recebimento dos recursos pelo BNDES, conforme expresso nos diplomas de doações.

#### Governo da Noruega

O BNDES celebrou um contrato de doação (donation agreement), em 25 de março de 2009, com o Ministério das Relações Exteriores da Noruega, no qual foi prevista uma doação ao Fundo Amazônia no valor de até kr\$ 700.000.000,00.

Conforme previsto no contrato, os valores das doações que poderiam ser solicitados nos anos subsequentes seriam especificados em aditivos propostos pelo doador. Foram celebrados cinco aditivos ao *donation agreement*, por meio dos quais o governo da Noruega se comprometeu a realizar doações adicionais de até kr\$ 2.850.000.000,00.

De 2009 a 2012, o Fundo Amazônia recebeu seis doações do governo da Noruega, no valor total de US\$ 130.253.901,05 (R\$ 243.952.352,40).

#### Contrato de aditamento e consolidação

Em 17 de setembro de 2013, o BNDES e o governo da Noruega assinaram um novo contrato (amended and restated donation agreement) visando consolidar os acordos anteriores de doação da Noruega para o Fundo Amazônia e ampliar a vigência dessa cooperação. Esse contrato previa que os recursos doados poderiam ser utilizados em projetos do Fundo Amazônia até o fim de 2020. No instrumento, foi prevista a possibilidade de transferência integral dos recursos até então doados pela Noruega, o que foi possibilitado pela isenção da incidência dos tributos brasileiros PIS/Pasep e Cofins sobre as doações ao Fundo Amazônia instituída pela Lei 12.810, de 15 de maio de 2013, que alterou a Lei 11.828, de 20 de novembro de 2008. Assim, os recursos já contratados até então, mas ainda não desembolsados para o Fundo Amazônia, no total de US\$ 464.669.325,96 (R\$ 1.024.642.336,54), foram transferidos em 4 de outubro de 2013.

#### Aditivo ao contrato de doação consolidado

Em 10 de dezembro de 2013, foi celebrado o primeiro aditivo ao contrato de doação consolidado. O governo da Noruega se comprometeu a realizar uma doação adicional de kr\$ 1 bilhão (US\$ 163.666.121,11), concretizada no dia 23 do mesmo mês.

#### Segundo aditivo ao contrato de doação consolidado

Em 4 de dezembro de 2014, foi celebrado o segundo aditivo ao contrato de doação consolidado. O governo da Noruega comprometeu-se a realizar uma doação adicional de kr\$ 900.000.000,00. O compromisso foi cumprido em duas tranches: kr\$ 780 milhões (US\$ 108.839.740,46 ou R\$ 288.991.278,87) em 15 de dezembro de 2014 e kr\$ 120 milhões (US\$ 14.893.881,10 ou R\$ 46.416.780,45) em 12 de março de 2015.

#### Terceiro aditivo ao contrato de doação consolidado

Em 24 de novembro de 2015, foi celebrado o terceiro aditivo ao contrato de doação consolidado. O governo da Noruega comprometeu-se a realizar uma doação adicional equivalente, em coroas norueguesas, a US\$ 120 milhões (R\$ 455.568.000,00), o que foi efetivado em 4 de dezembro de 2015.

#### Quarto aditivo

Em 11 de novembro de 2016, foi celebrado o quarto aditivo ao contrato de doação consolidado. O governo da Noruega comprometeu-se a realizar uma doação adicional equivalente, em coroas norueguesas, a US\$ 97.953.351,16 (R\$ 330.161.565,42), o que foi efetivado em 16 de dezembro de 2016. Adicionalmente, foi prorrogado o prazo de aplicação dos recursos de 2020 para 2030 e ampliada a principal área de atuação do Fundo Amazônia (de bioma Amazônia para Amazônia Legal).

#### Governo da Alemanha

No âmbito da cooperação financeira oficial entre os governos da Alemanha e do Brasil, foi celebrado, em 7 de dezembro de 2010, entre o KfW Entwicklungsbank e o BNDES, o contrato de contribuição financeira ao Fundo Amazônia. O valor total do contrato é de até € 21 milhões (US\$ 28.323.207,40 ou R\$ 60.697.500,00). A doação já foi integralmente recebida pelo Fundo Amazônia. Em dezembro de 2016, a Embaixada da República Federal da Alemanha comunicou mediante nota verbal que o governo alemão está disposto a reforçar os recursos para o Fundo Amazônia e disponibilizará até € 24 milhões para serem aplicados em projetos que serão implementados pelo KfW.

#### Petróleo Brasileiro S.A.

O BNDES celebrou com a Petrobras, até 2012, seis contratos de doações ao Fundo Amazônia, no montante de R\$ 7.929.444,23 (US\$ 4.534.515,00). No ano de 2013, mais três contratos de doação foram firmados, totalizando R\$ 1.016.749,02 (US\$ 495.328,65). Em 2014, foram celebrados sete contratos de doação somando R\$ 1.466.742,21 (US\$ 601.357,20) e, em 2015, mais seis contratos de doação, somando R\$ 2.830.093,81 (US\$ 880.310,00). Em 2016, foram celebrados outros dois contratos de doação, somando R\$ 978.953,04 (US\$ 276.642,00). No total, a Petrobras doou ao Fundo Amazônia R\$ 14.221.982,31 (US\$ 6.788.152,85).

A doação da companhia está em linha com a exigência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de que a Petrobras implemente projetos de neutralização de carbono em relação à emissão de gases de efeito estufa provocada por suas atividades. As emissões são decorrentes da queima extraordinária de gás, originárias da produção e do escoamento de petróleo e gás natural realizados pela empresa.

A destinação dos recursos doados é feita exclusivamente a projetos a serem financiados no âmbito do Fundo Amazônia, segundo suas normas, condições, diretrizes e critérios. Cabe ao BNDES a responsabilidade pela análise, aprovação e contratação de projetos e também pelo acompanhamento, monitoramento e prestação de contas.

Por determinação da Diretoria do BNDES (Decisão de Diretoria 832/2012-BNDES), as doações ao Fundo Amazônia captadas com fontes públicas controladas pela União Federal devem ser segregadas contabilmente de modo a garantir que os recursos não sejam destinados a projetos executados pela União.

# Diplomas: reconhecimento da contribuição dos doadores

Ao captar doações para o Fundo Amazônia, o BNDES emite diplomas informando o montante da contribuição financeira e sua correspondência em toneladas de carbono. Esses diplomas são nominais, intransferíveis e não geram direitos ou créditos de nenhuma natureza. Dessa forma, no diploma ficam identificados o doador e a parcela de sua contribuição para o esforço de redução das emissões de gás carbônico. A Tabela 3 apresenta os dados sobre os recursos já captados.

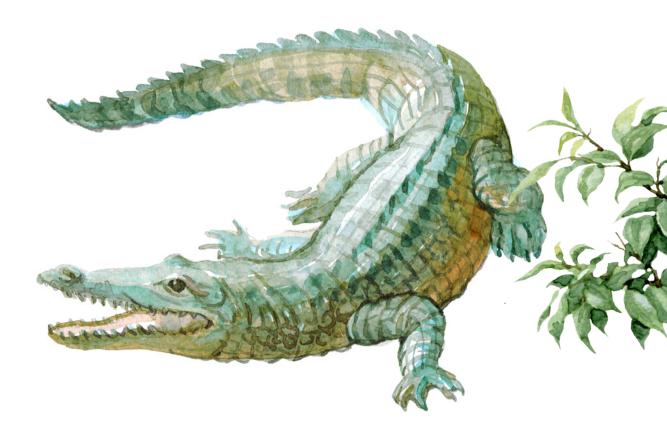


TABELA 3: RECURSOS CAPTADOS

Doador	Parcela	Data de ingresso dos recursos	Valor original da doação	Valor em R\$ (BRL)*	Valor em US\$ (USD)*	Toneladas de dióxido de carbono (TCO <sub>2</sub> )	Toneladas de carbono (TCO)	Ano da redução
Noruega	1 <sup>a</sup>	9.10.2009	NOK 123.437.000,00	36.448.350,22	20.960.578,70	4.192.115,7	1.142.265,9	2006
Noruega	2 <sup>a</sup>	9.8.2010	NOK 169.262.000,00	49.600.536,48	28.283.364,59	5.656.672,9	1.541.327,8	2006
Noruega	3ª	23.3.2012	NOK 261.273.000,00	82.144.231,20	45.149.077,28	9.029.815,0	2.462.677,0	2006
Noruega	4ª	2.10.2012	NOK 101.774.000,00	36.109.415,20	17.817.731,77	3.563.546,0	971.876,0	2006
Noruega	5ª	26.6.2013	NOK 44.254.000,00	16.139.433,80	7.344.452,24	1.468.890,0	400.606,0	2006
Noruega	6ª	26.6.2013	NOK 64.465.000,00	23.510.385,50	10.698.696,47	2.139.739,0	583.565,0	2009
	7ª	4.10.2013	NOK 2.785.535.000,00	1.024.642.336,54	464.669.325,96	26.207.821,0	7.147.588,0	2009
Noruega						33.363.022,0	9.099.006,0	2010
						33.363.022,0	9.099.006,0	2011
Noruega	8 <sup>a</sup>	23.12.2013	NOK 1.000.000.000,00	385.350.245,49	163.666.121,11	32.733.224,0	8.927.243,0	2012
Noruega	9ª	15.12.2014	NOK 780.000.000,00	288.991.278,87	108.839.740,46	21.767.948,1	5.936.713,1	2013
Noruega	10 <sup>a</sup>	12.3.2015	NOK 120.000.000,00	46.416.780,45	14.893.881,10	2.978.776,2	812.393,5	2013
Noruega	11 <sup>a</sup>	4.12.2015	NOK 1.019.496.000,00	455.568.000,00	120.000.000,00	24.000.000,0	6.545.454,6	2014
Noruega	12ª	16.12.2016	NOK 850.000.000,00	330.161.565,42	97.953.351,16	19.590.670,2	5.342.910,1	2015
KfW Alemanha	1 <sup>a</sup>	29.12.2010	EUR 3.000.000,00	6.644.100,00	3.952.500,00	790.500,0	215.395,0	2009
KfW Alemanha	2 <sup>a</sup>	8.1.2013	EUR 6.000.000,00	15.954.600,00	7.864.832,89	1.572.967,0	428.991,0	2009
KfW	3ª	6.1.2014	EUR 8.000.000,00	26.180.800,00	11.120.181,53	825.407,0	225.111,0	2009
Alemanha						1.398.630,0	381.444,0	2010
KfW Alemanha	4 <sup>a</sup>	22.7.2014	EUR 4.000.000,00	11.918.000,00	5.385.692,98	1.077.139,0	293.765,0	2010
Petrobras	1 <sup>a</sup>	14.10.2011	BRL 1.765.983,70	1.765.983,70	1.016.335,00	203.267,0	55.436,0	2006
Petrobras	2ª	14.10.2011	BRL 4.114.671,55	4.114.671,55	2.368.020,00	473.604,0	129.164,0	2006
Petrobras	3ª	17.10.2011	BRL 1.435.257,60	1.435.257,60	826.000,00	165.200,0	45.054,0	2006 (Continua)

(Continua)

### Governança, captação e comunicação

#### (Continuação)

Doador	Parcela	Data de ingresso dos recursos	Valor original da doação	Valor em R\$ (BRL)*	Valor em US\$ (USD)*	Toneladas de dióxido de carbono (TCO <sub>2</sub> )	Toneladas de carbono (TCO)	Ano da redução
Petrobras	4ª	23.1.2012	BRL 156.626,00	156.626,00	88.750,00	17.750,0	4.841,0	2006
Petrobras	5ª	26.4.2012	BRL 282.584,58	282.584,58	150.255,00	30.051,0	8.196,0	2006
Petrobras	6ª	13.7.2012	BRL 174.320,80	174.320,80	85.155,00	17.031,0	4.645,0	2006
Petrobras	7ª	20.2.2013	BRL 327.834,78	327.834,78	167.288,25	33.457,7	9.124,8	2006
Petrobras	8 <sup>a</sup>	25.3.2013	BRL 357.002,13	357.002,13	177.383,55	35.477,0	9.675,0	2006
Petrobras	9 <sup>a</sup>	25.9.2013	BRL 331.912,11	331.912,11	150.656,85	30.131,0	8.218,0	2006
Petrobras	10ª	23.1.2014	BRL 222.324,37	222.324,37	94.201,25	18.840,3	5.138,3	2006
Petrobras	11ª	25.2.2014	BRL 73.323,19	73.323,19	31.378,95	6.275,8	1.711,6	2006
Petrobras	12ª	6.5.2014	BRL 89.806,99	89.806,99	40.232,50	8.046,5	2.194,5	2006
Petrobras	13ª	8.5.2014	BRL 177.561,21	177.561,21	80.319,00	16.063,8	4.381,0	2006
Petrobras	14ª	2.10.2014	BRL 206.057,53	206.057,53	83.138,00	16.627,6	4.534,8	2006
Petrobras	15ª	10.10.2014	BRL 239.613,95	239.613,95	99.412,50	19.882,5	5.422,5	2006
Petrobras	16ª	26.12.2014	BRL 458.054,97	458.054,97	172.675,00	34.535,0	9.418,6	2006
Petrobras	17ª	19.1.2015	BRL 20.941,30	20.941,30	7.995,00	1.599,0	436,1	2006
Petrobras	18ª	13.3.2015	BRL 471.492,55	471.492,55	151.260,00	30.252,0	8.250,6	2006
Petrobras	19ª	27.3.2015	BRL 1.119.131,39	1.119.131,39	350.660,00	70.132,0	19.126,9	2006
Petrobras	20ª	3.7.2015	BRL 270.114,06	270.114,06	86.600,00	17.320,0	4.723,6	2006
Petrobras	21ª	30.7.2015	BRL 660.392,86	660.392,86	197.610,00	39.522,0	10.778,7	2006
Petrobras	22ª	30.7.2015	BRL 288.021,65	288.021,65	86.185,00	17.237,0	4.701,0	2006
Petrobras	23ª	10.5.2016	BRL 429.923,03	429.923,03	121.491,80	24.298,4	6.626,8	2006
Petrobras	24ª	10.5.2016	BRL 549.030,01	549.030,01	155.150,20	31.030,0	8.462,7	2006
			Total	2.850.002.041,48	1.135.387.681,09			

Fonte: BNDES.

<sup>\*</sup> Valores históricos tais como estão registrados nos diplomas emitidos pelo Fundo Amazônia.



### Articulação institucional e cooperação técnica

Como gestor do Fundo Amazônia, o BNDES mantém diálogo permanente com seus diversos públicos de interesse, com vistas a promover transparência em suas atividades, obter subsídios técnicos para sua atuação e estabelecer parcerias.

Entre essas ações, cabe ressaltar o acordo de cooperação técnica do Fundo Amazônia com a agência de cooperação técnica alemã GIZ que, desde 2015, passou a contar com cofinanciamento do governo da Noruega, além dos recursos do próprio governo da Alemanha. Em 2016, a cooperação técnica realizou uma série de atividades, entre as quais, se destacam:

- apoio à realização da 1ª Oficina de Intercâmbio de Experiências entre Projetos de Atividades Produtivas Sustentáveis, em que executores e beneficiários de projetos apoiados pelo Fundo Amazônia compartilharam conhecimentos e experiências com foco em produção sustentável;
- elaboração de plano para a capacitação das organizações apoiadas pelo Fundo Amazônia, composto por diversos tipos de treinamentos;
- realização da Oficina de Monitoramento de Impactos dos Projetos dos Corpos de Bombeiros Militares (CBM) da Amazônia, para nivelamento, discussão e capacitação de executores de projetos dos CBMs apoiados pelo Fundo Amazônia no tema do monitoramento de impactos;
- elaboração do Guia para monitoramento de impactos de projetos dos corpos de bombeiros militares;
- realização de avaliações de efetividade independentes dos dois primeiros projetos concluídos com o apoio do Fundo Amazônia;
- apoio na participação do Fundo Amazônia no Global Landscapes Forum, em Marrakech, em evento paralelo à COP 22 e na produção de materiais de comunicação para o primeiro Encontro de Doadores do Fundo Amazônia realizado fora do Brasil, em Oslo;
- elaboração de mapas georreferenciados sobre os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia;
- continuidade do ciclo de palestras com especialistas de áreas prioritárias para a atuação do fundo; e
- apoio sistemático à equipe do Fundo Amazônia no tema monitoramento e avaliação de resultados.



### Comunicação

Dentre os instrumentos de transparência e diálogo, merecem destaque:

### Site www.fundoamazonia.gov.br

O BNDES mantém na internet um *site* permanentemente atualizado sobre o Fundo Amazônia, com versão para o inglês. Desde o lançamento, em 2010, o *site* vem passando por constantes incrementos.

Em 2016, a média mensal foi de 3.699 acessos, 0,67% inferior ao ano anterior. Cerca de 80% dos acessos são originários do Brasil, principalmente das capitais dos estados da Região Amazônica e das cidades do Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Os acessos internacionais são provenientes de uma centena de países, com destaque para Estados Unidos, Reino Unido, Noruega, Alemanha, Colômbia e França.

#### Conteúdo do site

O Fundo Amazônia disponibiliza diversas informações na internet, tais como orientações sobre como apresentar projetos, o trâmite para sua aprovação e a documentação exigida em cada etapa do projeto. O atendimento ao público é feito por intermédio da seção Fale Conosco (e-mail), por telefone ou por meio da leitura das "perguntas mais frequentes".

Divulgam-se sua carteira total de projetos e, de forma detalhada, os projetos apoiados, sobre os quais constam, entre outras, as seguintes informações: nome do projeto e seu responsável, abrangência territorial, beneficiários, objetivos, valor total do projeto, valor do apoio do Fundo Amazônia, prazo de execução, data da aprovação e data da contratação. Também são divulgados dados sobre os desembolsos e atividades realizadas por cada projeto e de como este contribui para os quatro eixos de atuação do Fundo Amazônia organizados a partir de seu quadro lógico.

#### Relatórios anuais

De forma a dar transparência a suas atividades, o Fundo Amazônia publica na internet seus relatórios anuais. Além de serem instrumentos de prestação de contas, os relatórios registram e divulgam para a sociedade as ações e os resultados do Fundo Amazônia.

#### **Boletins de notícias**

A partir de 2010, com o objetivo de prestar contas de suas atividades ao COFA e aos doadores e para ampliar sua comunicação com o público em geral, o Fundo Amazônia passou a publicar um boletim com os principais acontecimentos relativos ao trabalho realizado. Ao todo, foram publicados, até dezembro de 2016, 58 boletins que divulgaram seminários, apresentações do Fundo Amazônia no Brasil e no exterior, reuniões de trabalho, aprovação de projetos, entre outros eventos. Os boletins são publicados no *site* do Fundo Amazônia e enviados por mala direta para *e-mails* cadastrados. Atualmente os boletins de notícias têm periodicidade trimestral.

#### **Eventos em 2016**

A equipe do BNDES organiza e participa de diversos eventos para divulgar as ações do Fundo Amazônia e prestar contas aos doadores e à sociedade. Em 2016, merece destaque a participação do Fundo Amazônia nos seguintes eventos:

# Lançamento do Selo Origens do Brasil – 22 de março – São Paulo, Brasil

O evento, organizado pelas instituições Imaflora e Instituto Socioambiental, inaugurou o Selo Origens Brasil, que visa valorizar produtos da sociobiodiversidade e dar transparência à cadeia produtiva, permitindo ao consumidor o rastreamento de toda a história do produto e do produtor. O Origens Brasil disponibiliza para comunidades, empresas e instituições de apoio uma ferramenta de gestão que permitirá o acesso a informações consolidadas do produto, produtor, território de origem e suas cadeias produtivas.

### Primeiro Seminário Regional para Países-membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônia (OTCA) sobre Desmatamento Ilegal – 13 a 15 de abril – Brasília, Brasil

Representando o BNDES, a administradora Ludmila Silva acompanhou o Primeiro Seminário Regional para Países-membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônia (OTCA) sobre Desmatamento Ilegal, realizado no âmbito do projeto Monitoramento da Cobertura Florestal na Amazônia Regional, contratado pela OTCA com o Fundo Amazônia. Com apresentações e discussões sobre a experiência de cada país-membro da OTCA, o evento contribuiu para o compartilhamento de conhecimento e para a promoção de oportunidades de cooperação regional entre os países em iniciativas de monitoramento e combate ao desmatamento ilegal na Amazônia.

# Seminário Manejo Florestal Comunitário – 28 de abril – Belém, Brasil

Representando o BNDES, o gerente André Ferro e a técnica Juliana Alvim participaram do Seminário Manejo Florestal Comunitário realizado pelo Instituto Floresta Tropical (IFT), que reuniu diversos atores do segmento florestal para debater os rumos e as perspectivas do manejo florestal realizado por populações tradicionais. Participaram do evento cerca de 110 convidados, entre comunitários, representantes do poder público e de instituições não governamentais, além da sociedade civil organizada, empresas do setor florestal e instituições de ensino, pesquisa e extensão.

# 1ª Oficina de Intercâmbio de Experiências entre Projetos de Atividades Produtivas Sustentáveis – 8 e 9 de junho – Rio de Janeiro, Brasil

Executores e beneficiários de projetos apoiados pelo Fundo Amazônia compartilharam conhecimentos e experiências em uma oficina de intercâmbio entre projetos de atividades produtivas sustentáveis. Durante o evento, os participantes tiveram acesso a palestras em plenária e também se dividiram em grupos para identificar as boas práticas a serem replicadas. Foram abordados temas como transparência, governança, maior participação de mulheres e indígenas, gestão financeira, inovação, empoderamento de organizações indígenas, monitoramento e avaliação da efetividade dos projetos, formalização de parcerias, fortalecimento de instituições menos estruturadas, entre outros.

Também foram discutidos os desafios para uma boa implementação de projetos, como o planejamento da gestão no longo prazo, o fortalecimento das organizações comunitárias, foco na gestão, assim como o fortalecimento da fiscalização e do controle do desmatamento. Na parte final do seminário, foram abordadas recomendações de diversas naturezas com o intuito, por exemplo, de otimizar os recursos dos projetos, respeitar as culturas locais e aproximar ainda mais os beneficiários da gestão do projeto.

## Oficina: Fundo Amazônia: evolução, desafios e perspectivas – 7 de outubro – Rio de Janeiro, Brasil

O encontro, realizado na sede do BNDES, reuniu acadêmicos, representantes do terceiro setor, do setor privado, do Ministério do Meio Ambiente e das embaixadas da Noruega e da Alemanha no Brasil, para discutir os principais desafios a serem enfrentados pelo Fundo Amazônia para que sua atuação contribua de forma efetiva para a redução do desmatamento na região. Os participantes tiveram a oportunidade de apresentar de forma sintética como enxergam a Amazônia hoje e qual sua visão de futuro para a região, bem como quais consideram os principais desafios do Fundo Amazônia.

Participaram da mesa-redonda: Rômulo José Fernandes Mello (ICMBio), Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos (Apex-Brasil), Justiniano Netto (Municípios Verdes – PA), Daniel César Azeredo Avelino (Ministério Público Federal – MPF), Haakon Lorentzen (Lorinvest Gestão de Recursos), Israel Klabin (Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS), Fábio Feldmann (FBDS), André Guimarães (Ipam), Beto Veríssimo (Imazon) e Adriana Ramos (ISA).

#### 18ª Asamblea Anual da Red de Fondos Ambientales de Latinoamérica y Caribe (RedLAc) – 1º a 4 de novembro – Brasília, Brasil

Quatro integrantes da equipe do Fundo Amazônia participaram da assembleia anual da RedLAc, que contou com a presença de representantes de fundos ambientais de diversos países da América Latina e do Caribe, propiciando uma rica troca de experiências. Entre os diversos temas abordados na programação do seminário, podem-se destacar: perspectivas de financiamento para os fundos ambientais; comunicação como ferramenta de transformação; biodiversidade e setor privado; e mudanças climáticas e o papel dos fundos ambientais, que contou com a chefe do Fundo Amazônia, Juliana Santiago, entre os palestrantes.

# 22ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – 30 de novembro a 11 de dezembro – Marrakech, Marrocos

A equipe do BNDES apresentou os resultados do Fundo Amazônia no combate ao desmatamento com desenvolvimento sustentável na região amazônica durante a COP 22, que reuniu representantes de mais de 190 países. Em espaço dedicado ao Brasil, o Banco promoveu o evento *The Amazon Fund as a financial instrument for REDD+: fostering sustainable development in tropical forests*, com a participação da chefe do Departamento do Fundo Amazônia, Juliana Santiago.

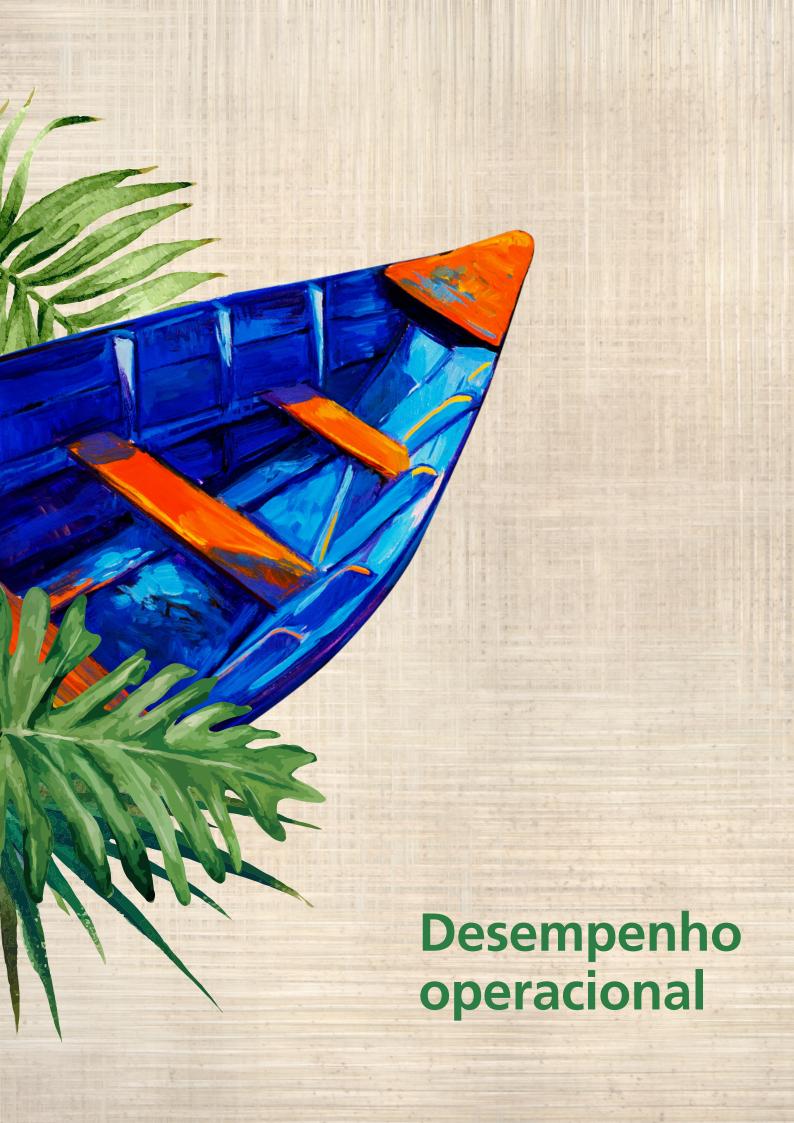
O fundo também foi tema de exposição no Global Landscape Forum, um dos maiores eventos da COP para discussão de questões relacionadas ao uso da terra da qual participam organizações internacionais como o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e Desenvolvimento (Pnud), o World Resources Institute (WRI) e o Center for International Forestry Research (Cifor).

#### Serviço Fale Conosco

Para dar mais transparência e segurança ao fluxo de informações, o BNDES criou a caixa postal <fundoamazonia-faleconosco@bndes.gov.br> para responder às perguntas do público encaminhadas por intermédio do *site*.

Todas as mensagens recebidas são registradas e respondidas. Não estão computadas as consultas dirigidas diretamente ao quadro técnico do BNDES e aquelas encaminhadas por meio dos canais oficiais do BNDES.

Durante o ano de 2016, foram recebidas e respondidas 97 consultas provenientes dos estados da Amazônia Legal, de outros estados brasileiros e também do exterior. Os principais assuntos foram solicitações de esclarecimentos sobre a forma de apresentar projetos, andamento da Chamada Pública de Apoio à Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas, informações sobre áreas de atuação do fundo e quem pode ser beneficiário.



#### Perfil da carteira de projetos

De junho de 2009 a dezembro de 2016, o Fundo Amazônia aprovou colaboração financeira a oitenta e seis projetos, no valor total de R\$ 1.396.920.499,52. O número de projetos apoiados nesse período e o total de recursos desembolsado, por ano, são apresentados na Tabela 4.

TABELA 4: PROJETOS APOIADOS E DESEMBOLSOS - 2009 A 2016\*

Ano	Número de projetos apoiados	Valor total do apoio (R\$)	Total desembolsado a projetos (R\$)
2009	5	70.249.658,67	-
2010	8	119.776.793,65	11.105.966,90
2011	8	67.567.575,77	59.740.091,61
2012	13	179.466.341,93	71.205.781,90
2013	13	311.967.810,00	80.903.376,47
2014	20	255.778.173,00	167.954.502,78
2015	11	195.510.972,31	127.509.195,78
2016	8	196.603.174,19	134.145.446,07
Total	86	1.396.920.499,52	652.564.361,51

Fonte: BNDES.

Os desembolsos para os projetos apoiados são feitos parceladamente no decorrer de sua implementação e seguem os prazos, que normalmente variam de um a seis anos, estabelecidos nos cronogramas físico-financeiros.

A Tabela 4 mostra que o total desembolsado a projetos soma R\$ 652.564.361,51.6 Aproximadamente 21% desse montante (R\$ 134.145.446,07) foi desembolsado em 2016, o que representa um acréscimo de 5% nos desembolsos em relação a 2015. Dos recursos desembolsados em 2016, mais da metade (56%) foi destinada a projetos com o terceiro setor e 42% foram direcionados ao setor público (estados e União), apesar de esse setor ser responsável pela maior parcela do total de recursos apoiados (62%).

Além de apresentar projetos que contemplam ações variadas e em diferentes estágios de execução, a carteira do fundo também é caracterizada pelas diferentes naturezas jurídicas dos responsáveis pelos projetos, conforme ilustram os gráficos 2 e 3.

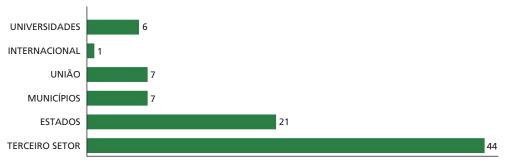
Os gráficos 4 e 5 retratam a abrangência territorial dos projetos apoiados e o valor percentual do apoio por estado. Conforme ilustrado, todos os estados da Amazônia Legal mantêm projetos com apoio do Fundo Amazônia. Observa-se ainda que os quatro estados com maior participação no valor total do apoio financeiro (Acre, Amazonas, Mato Grosso e Pará) têm, em conjunto, mais de 77% do total da área da Amazônia Legal.<sup>7</sup>

<sup>\*</sup> Eventuais diferenças entre o número de projetos e o valor total do apoio deste relatório e os referentes a anos anteriores devem-se ao cancelamento ou à redução de valores de projetos (ver Anexo 7).

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> A lista dos projetos que já receberam recursos é apresentada na nota explicativa 5 das demonstrações financeiras do Fundo Amazônia, no Anexo 1.

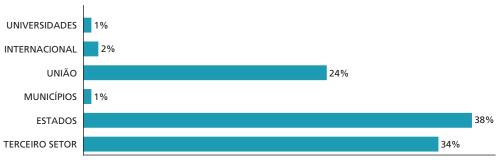
<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Informação disponível em: <a href="http://www.ibge.gov.br">http://www.ibge.gov.br</a>.

GRÁFICO 2: NÚMERO DE PROJETOS APOIADOS, POR NATUREZA JURÍDICA DO RESPONSÁVEL



Fonte: BNDES.

GRÁFICO 3: VALOR PERCENTUAL DO TOTAL DO APOIO, POR NATUREZA JURÍDICA DO RESPONSÁVEL



Fonte: BNDES.

GRÁFICO 4: NÚMERO DE PROJETOS APOIADOS, POR ESTADO

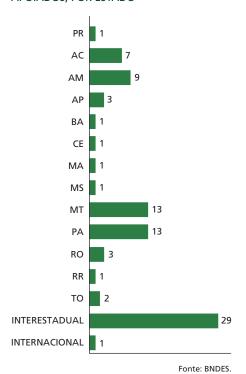
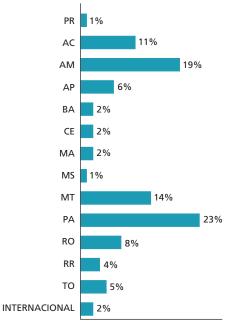


GRÁFICO 5: VALOR PERCENTUAL DO TOTAL DO APOIO, POR ESTADO



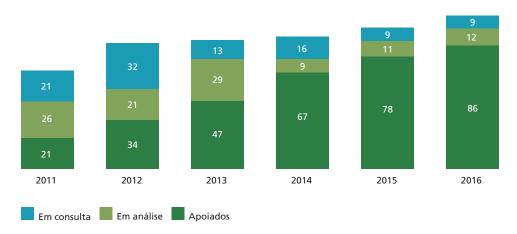
Fonte: BNDES.

A evolução anual da carteira do Fundo Amazônia (projetos em consulta, em análise e apoiados) está

representada nos gráficos 6 e 7.

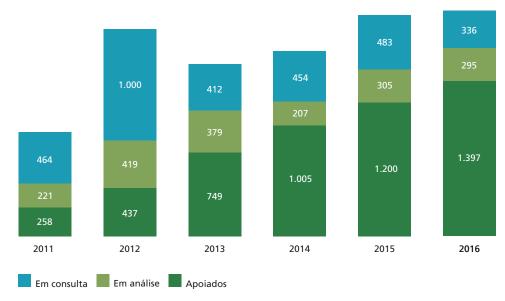
Conforme ilustrado nos gráficos 6 e 7, em 2016, o número de projetos apoiados cresceu 10% em relação ao acumulado até 2015 (de 78 para 86 projetos), ao passo que o volume total da colaboração financeira aos projetos aumentou 16% (de R\$ 1.200.317.325,33 para R\$ 1.396.920.499,52).8

GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROJETOS, POR SITUAÇÃO OPERACIONAL NO BNDES



Fonte: BNDES. Nota: O número de projetos apoiados refere-se ao acumulado do ano em questão com os anos anteriores.

GRÁFICO 7: EVOLUÇÃO DO VALOR TOTAL DOS PROJETOS (R\$ MILHÕES), POR SITUAÇÃO OPERACIONAL NO BNDES



Fonte: BNDES. Nota: O valor relativo aos projetos apoiados refere-se ao acumulado do ano em questão com os anos anteriores.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Diferenças percebidas entre os valores atuais e os referentes a posições da carteira em períodos anteriores devemse ao cancelamento ou à redução de valores de projetos (ver Anexo 5).

É importante destacar que, do total de recursos disponíveis para aplicação em projetos, no valor de R\$ 3.531 milhões, R\$ 2.389 milhões (68%) já estão alocados no portfólio de projetos do Fundo Amazônia, distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 336 milhões para projetos que tiveram suas propostas formalmente protocoladas no BNDES e encontram-se em análise preliminar da capacidade institucional da proponente e da aderência do projeto às diretrizes e aos critérios aplicáveis ao Fundo Amazônia;
- R\$ 295 milhões para projetos que foram enquadrados nas diretrizes e nos critérios do Fundo Amazônia e encontram-se sob análise mais detalhada quanto a seus méritos e viabilidade;
- R\$ 1.397 milhões para projetos apoiados pelo Fundo Amazônia;
- R\$ 361 milhões para fomento de novos projetos ou de projetos já fomentados, porém, ainda em elaboração e não protocolados formalmente no BNDES.

O Gráfico 8 mostra o número de pedidos de colaboração financeira negados na fase de análise preliminar, por falta de requisitos de elegibilidade do Fundo Amazônia ou informações e/ou documentos pelo postulante.

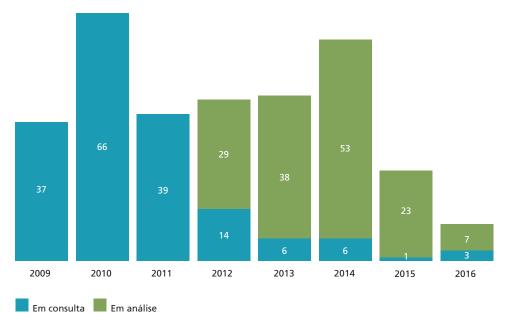


GRÁFICO 8: NÚMERO DE PEDIDOS DE APOIO FINANCEIRO APRESENTADOS, MAS NÃO APOIADOS

Fonte: BNDES.

Desde 2014, observa-se uma queda significativa do número de pedidos de colaboração financeira negados, decorrente principalmente da mudança das diretrizes e critérios de aplicação dos recursos do Fundo Amazônia, definidos pelo COFA, que, além de introduzir novos focos bianuais de atuação, estabeleceu duas modalidades de apoio para o Fundo Amazônia, quais sejam: projetos "estruturantes" e projetos selecionados por meio de chamadas públicas, promovidas pelo Fundo Amazônia ou por intermédio de instituições parceiras (ver Anexo 3).

#### Aspectos contábeis e financeiros

As transações contábeis e financeiras relativas ao Fundo Amazônia são registradas e reportadas conforme a legislação vigente e os princípios e normas promulgados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), órgão independente que, entre suas atribuições privativas, normatiza os procedimentos contábeis e de auditoria independente que devem ser adotados no Brasil. Por meio de seus colegiados e grupos de trabalho, o CFC busca a convergência das práticas adotadas no país aos padrões definidos nas normas internacionais.

As tabelas a seguir resumem as informações constantes nas demonstrações financeiras auditadas e em suas notas explicativas referentes ao ano de 2016. As demonstrações completas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, são apresentadas no Anexo 1.

TABELA 5: BALANÇO PATRIMONIAL DO FUNDO AMAZÔNIA EM 31.12.2016 (R\$ MIL)

ATIVO		PASSIVO	
Circulante		Circulante	
Aplicações financeiras	2.877.949	Recursos de projetos	2.877.949
Despesas antecipadas	75.772	Recursos de custeio	75.772
		Patrimônio líquido	
		Superávit acumulado	-
Total do ativo	2.953.722	Total do passivo	2.953.722

Fonte: BNDES

Do total do ativo circulante, R\$ 2.877.949 mil correspondem ao montante disponível, em 31 de dezembro de 2016, para desembolsos a projetos apoiados. Esse montante está investido nos fundos Gaia e Gaia II, geridos pelo Banco do Brasil. Tais fundos têm perfil conservador (aplicações em renda fixa – títulos públicos brasileiros) e foram contratados para manter a atualização monetária e remunerar os saldos disponíveis para apoio financeiro a projetos (ver "Receita financeira" na Tabela 6).

Os valores doados são registrados como ativos financeiros do Fundo Amazônia e têm contraprestação vinculada ao apoio a projetos. A contrapartida é registrada, portanto, no passivo, na rubrica recursos de projetos. Dessa forma, as doações recebidas não implicam aumento patrimonial para o fundo.

TABELA 6: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2016 (R\$ MIL)

RECEITAS	461. 845
Receita de doações para investimentos	134.145
Receita de doações para custeio	2.557
Receita financeira	325. 142
(-) DESPESAS	(461. 845)
Despesas com doações para investimento	(134.145)
Despesas administrativas	(2.557)
Despesas com remuneração de recursos de projetos	(325.142)
Superávit/déficit do período	0

Fonte: BNDES

Enquanto o balanço patrimonial mostra saldos acumulados, a demonstração de resultados considera apenas o que ocorreu em um ano específico. O total de R\$ 134.145 mil apresentado nas rubricas "Receita de doações para investimentos" e "Despesas com doações para investimento" refere-se aos valores efetivamente desembolsados em 2016 a projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

O montante de R\$ 2.557 mil informado na Tabela 6 refere-se à apropriação realizada pelo BNDES, no exercício de 2016, dos custos e das despesas relacionados ao Fundo Amazônia.

Os rendimentos dos fundos Gaia e Gaia II, no valor R\$ 325.142 mil, são considerados receita e despesa porque correspondem à remuneração dos recursos disponíveis para desembolsos a projetos, apresentados no balanço patrimonial como saldo das rubricas "Caixa e equivalentes de caixa" e "Recursos de projetos".

De acordo com o entendimento da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal, as doações ao Fundo Amazônia não devem integrar, na data de seu ingresso, a base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Para fins de apuração desses tributos, sempre que houver um desembolso a um projeto apoiado, uma receita e uma despesa devem ser reconhecidas, na mesma data e no exato valor desembolsado. Assim, a base de cálculo para o IR e a CSLL relativa às doações ao fundo é sempre igual a zero, não havendo qualquer recolhimento desses tributos aos cofres públicos.

#### **Auditorias**

Anualmente, o Fundo Amazônia passa pelos seguintes processos de auditoria:

- Auditoria financeira (financial audit), para avaliar a veracidade dos saldos registrados em suas demonstrações financeiras, bem como a adequação da alocação desses saldos nas demonstrações financeiras do BNDES.
- Auditoria de cumprimento (compliance audit), para avaliar se os projetos apoiados, tendo em vista seus objetivos, produtos, serviços e ações previstas, estão de acordo com as determinações do Decreto 6.527/08, as diretrizes e os critérios do COFA, o PAS e o PPCDAm.

Os procedimentos de auditoria financeira relativos ao ano de 2016 foram realizados pela empresa KPMG Auditores Independentes. O referido auditor concluiu pela adequação das demonstrações financeiras apresentadas pelo BNDES. A auditoria de cumprimento foi executada pela BDO RCS Auditores Independentes, que também concluiu pela conformidade dos projetos apoiados pelo fundo em 2016.

O parecer dos auditores independentes e o relatório da auditoria de cumprimento são expostos nos anexos 1 e 2, respectivamente.



Monitoramento e avaliação de resultados

#### Contextualização

O Fundo Amazônia apoia ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e promoção do uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia Legal. Sua principal referência é o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

O PPCDAm fundamenta-se no diagnóstico periódico sobre a extensão, a dinâmica e os vetores do desmatamento. O Quadro Lógico do Fundo Amazônia – ferramenta de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de resultados e impactos – foi elaborado levando em conta principalmente os diagnósticos desse plano, no qual são apontadas como as principais causas do desmatamento na Amazônia:

- a expansão da agropecuária, impulsionada pela crescente demanda por commodities no mercado globalizado;
- a impunidade de atos ilícitos ambientais em razão da baixa capacidade dos órgãos governamentais para fiscalizar e punir tais atos em um território de dimensões superlativas;
- a existência de terras públicas não destinadas e baixa segurança jurídica quanto aos títulos de propriedade imobiliária na região, o que enseja ocupação extralegal de terras públicas, conflitos pela posse de terras e desestímulo a investimentos privados; e
- a baixa atratividade econômica para manter a floresta em pé, decorrente da falta de infraestrutura econômica adequada e de incentivos para promover as cadeias produtivas sustentáveis.

Foi também identificada uma grande necessidade de investimentos em inovação e produção científica voltadas ao monitoramento e controle do desmatamento, o ordenamento territorial e o uso sustentável da Amazônia Legal.

Na construção do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, consideraram-se também as sete áreas temáticas definidas no Decreto 6.527/2008, que regulamenta o funcionamento do fundo, a saber:

- 1. gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- 2. controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- 3. manejo florestal sustentável;
- atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- 5. Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE),, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- 6. conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- 7. recuperação de áreas desmatadas.

O decreto que autorizou a criação do Fundo Amazônia dispôs que poderão ser utilizados até 20% dos recursos do fundo no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

Considerando esse contexto, foi definido o objetivo geral (alvo estratégico) do Fundo Amazônia, convergindo-se para uma proposição resumida e focada nessa região, sem prejuízo de o fundo estar autorizado a apoiar o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e outros países tropicais. Assim, o objetivo geral do Fundo Amazônia foi enunciado em seu quadro lógico da seguinte forma: "Redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal".

#### Quadro Lógico do Fundo Amazônia

O Quadro Lógico do Fundo Amazônia foi elaborado em 2009 e consolidado em 2010. Trata-se de uma matriz em que se inserem as orientações estratégicas sobre a aplicação de seus recursos, explicitando-se objetivo geral, objetivos específicos, resultados e atividades, bem como os indicadores de execução e de efetividade que buscam mensurar os resultados e impactos alcançados, além de identificar riscos externos que estão fora da governabilidade do fundo.

Considerando a sequência lógica de causa e efeito desde as atividades dos projetos apoiados até o objetivo geral do fundo, e incluindo suas interações com os indicadores que foram definidos e os riscos identificados, o Fundo Amazônia apresenta a seguinte lógica de intervenção:

INDICADORES

ATIVIDADES

RESULTADOS

OBJETIVOS
ESPECÍFICOS

GERAL

SUPOSIÇÕES IMPORTANTES (RISCOS)

FIGURA 3: SEQUÊNCIA LÓGICA DE INTERVENÇÃO

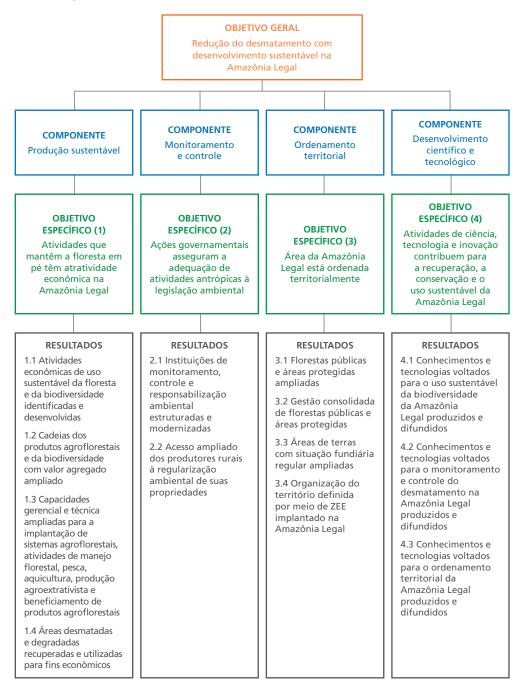
Fonte: Elaboração própria

O Quadro Lógico do Fundo Amazônia, em face da situação-problema a ser enfrentada e das condicionantes estabelecidas para sua atuação, está alinhado aos três eixos do PPCDAm<sup>9</sup> – (i) fomento às atividades produtivas sustentáveis; (ii) monitoramento e controle ambiental; e (iii) ordenamento fundiário e territorial –, bem como incorpora uma quarta componente voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico, de caráter transversal.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Em dezembro de 2016, foi aprovado o Plano Operativo 2016-2020 do PPCDAm (4ª fase), que agrupou as ações em quatro eixos, três advindos das fases anteriores do PPCDAm e um novo eixo denominado "Instrumentos Normativos e Econômicos". Em 2017, o Quadro Lógico do Fundo Amazônia passará por uma revisão a fim de refletir essa mudança.

Na Figura 4, pode ser visualizada a lógica de intervenção do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. A numeração ao lado dos objetivos e resultados nessa figura permite a identificação, nos relatos dos projetos aprovados em 2016 e concluídos em 2017 (ver seções específicas), de para quais objetivos e resultados esses projetos contribuem a partir da análise de seus indicadores de produtos e impactos.

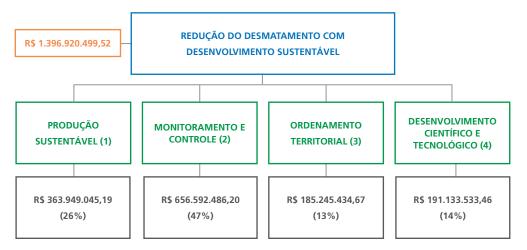
FIGURA 4: QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA



# Distribuição dos recursos por componente do quadro lógico

O Fundo Amazônia contabilizou apoio a 86 projetos até 2016. As ações e os recursos desses projetos são distribuídos pelas quatro componentes do quadro lógico da seguinte forma:

FIGURA 5: DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PELAS COMPONENTES DE APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA



Parte dos projetos apoiados tem ações no Brasil fora da Amazônia Legal e em outros países com florestas tropicais, no montante de R\$ 121 milhões. Esse valor está distribuído pelas componentes do Quadro Lógico do Fundo Amazônia da seguinte forma: R\$ 17 milhões da componente "monitoramento e controle" referem-se a ações em outros países, e R\$ 97 milhões, a ações no Brasil fora da Amazônia Legal. Por sua vez, R\$ 7 milhões da componente "desenvolvimento científico e tecnológico" destinam-se a ações em outros países, objetivando a produção e a difusão de conhecimentos e tecnologias voltados para o monitoramento das mudanças de uso da terra e do aproveitamento florestal nos países-membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

#### Monitoramento de indicadores regionais

O Fundo Amazônia identificou em seu quadro lógico alguns indicadores regionais ou sistêmicos que se relacionam com as políticas públicas para as quais visa contribuir por meio dos projetos que apoia.

O monitoramento dessas políticas públicas ajuda a compreender o progresso alcançado na promoção da redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia. Para esse monitoramento, são analisados, em uma perspectiva comparativa, os indicadores do Fundo Amazônia no nível de seu objetivo geral e, quando possível, dos objetivos específicos. O marco zero (linha de base) de cada indicador é o ano de 2009, já que nele foram aprovadas as primeiras operações do Fundo Amazônia sem que, todavia, tenham ocorrido liberações de recursos para esses projetos.

O atual ano de avaliação é 2016. Sempre que possível, é realizado um comparativo com esse ano. Nos casos em que essa informação não existe, são utilizados os últimos dados disponíveis.

Importante mencionar que a contribuição do Fundo Amazônia para o comportamento do conjunto desses indicadores, apesar de já ser identificável e relevante, conforme atesta a avaliação dos projetos concluídos com o apoio do fundo, não é exclusiva, somando-se a iniciativas e ações de uma pluralidade de agentes públicos e privados que atuam nesse vasto território que é a Amazônia.

# Objetivo geral: redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal

#### Indicador: (1) Desmatamento anual na Amazônia Legal

Um dos indicadores selecionados para medir a evolução do objetivo geral foi "Desmatamento anual na Amazônia Legal", conforme medido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Dados preliminares do Inpe indicam que o desmatamento na Amazônia Legal em 2016 foi de 7.989 km². Em relação a 2004, a taxa de desmatamento na Amazônia foi reduzida em 71%. Quando se comparam as taxas de desmatamento de 2016 às de 2009 (linha de base), verifica-se que nesse período houve um crescimento de 7% da taxa de desmatamento. Todavia, quando se compara a média do desmatamento anual ocorrido no período de 2010 a 2016 com a linha de base do Fundo Amazônia (2009), constata-se que houve uma queda de 18% da área desmatada nesse período.

TABELA 7: EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL - 2004-2016 E 2009-2016

Desmatamento Amazônia Legal					
2004 2009 2016 Variação Variação 2009/2016 2004/2016					
27.772	7.464	7.989	(71)	7	

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe.

TABELA 8: EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL - 2009/2010-2016

	Desmatamento Amazônia Legal	
2009 (A) Linha de base	Desmatamento médio de 2010 a 2016 (B)	Variação (B)/(A)
7.464	6.155	(18)

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe.

Não obstante a queda do desmatamento médio de 2010 a 2016 quando comparado com 2009, o fato é que houve um acentuado aumento do desmatamento nos últimos dois anos (2015 e 2016), o que é grave. Na introdução deste relatório (ver seção "Dados sobre o desmatamento na Amazônia Legal"), é mencionado que a difícil situação fiscal ora verificada no Brasil, em nível federal e estadual, é um fator determinante para esse mau resultado.

Registre-se que a Política Nacional sobre Mudança do Clima prevê redução de 80%, até 2020, da média da taxa anual de desmatamento observada entre 1996 e 2005. Ou seja, a meta a ser alcançada em 2020 pelo Brasil é de no máximo 3.925 km² de desmatamento anual na Amazônia Legal.

Uma análise preliminar do Ministério do Meio Ambiente sobre a dinâmica do desmatamento por categoria de uso da terra na Amazônia para o ano de 2016 identificou que ele ocorreu principalmente em: áreas privadas/outras (32%), assentamentos da reforma agrária (30%) e glebas públicas não destinadas (25%), o que sinaliza quais políticas públicas deverão ser desenvolvidas e quais ações deverão ter seu apoio priorizado. As unidades de conservação (UC) responderam por 12% da área desmatada, e as terras indígenas (TI), por 1%.

Compete ao Governo Federal e aos governos estaduais o estabelecimento de políticas e programas específicos para o enfrentamento dos vetores do desmatamento. No âmbito do Fundo Amazônia, compete a seu comitê orientador (COFA) – composto por 23 membros representantes de órgãos do Governo Federal, dos governos estaduais e da sociedade civil – estabelecer e revisar suas diretrizes e critérios de apoio.

Destaque-se que um dos principais agentes no combate ao desmatamento é o setor público brasileiro, por meio de suas várias estruturas administrativas, tanto na esfera federal quanto nas esferas estaduais e municipais, sem prejuízo da relevante contribuição da sociedade civil, que não só denuncia os malfeitos ambientais como também promove iniciativas pioneiras, que com frequência são incorporadas pela ordem estabelecida.

Apesar de atuar em caráter complementar ao Governo Federal e aos governos estaduais, o Fundo Amazônia tem sido estratégico para a trajetória de redução do desmatamento, por apoiar a continuidade e a ampliação de várias iniciativas essenciais para a redução do desmatamento e também viabilizar ações indutoras de transformações. No atual contexto, com o aumento na taxa de desmatamento, a atuação do Fundo Amazônia se torna ainda mais relevante, ao sustentar a continuidade do combate ao desmatamento e da promoção do uso sustentável da biodiversidade na Amazônia.

Pela análise do indicador "Desmatamento anual na Amazônia Legal", conclui-se, portanto, que o objetivo geral do Fundo Amazônia (redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal) vem sendo atingido no que tange à dimensão de redução do desmatamento, quando comparada à média do desmatamento anual no período de 2010 a 2016 com a taxa de desmatamento de 2009 (uma redução de 18%). Todavia, quando se compara a taxa medida em 2016 com a taxa verificada em 2009, contata-se que houve um aumento de 7%, o que torna ainda mais desafiadora a meta de reduzir a taxa de desmatamento anual da Amazônia Legal a 3.925 km² até 2020.

# Indicador: (2) Participação do PIB dos estados da Amazônia Legal em relação ao PIB nacional

O segundo indicador selecionado para medir a evolução do objetivo geral do Fundo Amazônia é a participação do produto interno bruto (PIB) dos estados da Amazônia Legal em relação ao PIB brasileiro. Isto é, soma-se o PIB dos nove estados da Amazônia Legal e compara-se esse subtotal ao total do PIB nacional.

O PIB é um indicador básico do comportamento da economia que demonstra o desenvolvimento econômico de uma determinada região. Porém, não é um indicador ideal para a medição de desenvolvimento sustentável, pois não inclui, por exemplo, informações como passivos ambientais gerados. Portanto, esse indicador precisa ser analisado conjuntamente com o indicador de redução do desmatamento.

A informação mais atual disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a evolução do PIB de cada estado é relativa ao ano de 2013. Na Tabela 9, constata-se que é crescente a participação do PIB da Amazônia Legal em relação ao PIB brasileiro, tendo ocorrido, no período de 2009 a 2013, um crescimento de 8,04% para 8,45% na participação dos estados da Amazônia Legal no PIB nacional.

TABELA 9: EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO PIB DOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL EM RELAÇÃO AO PIB NACIONAL (%)

2009	2010	2011	2012	2013*
8,04	7,98	8,29	8,30	8,45

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE em parceria com os órgãos estaduais de estatística, secretarias estaduais de governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).
\*Dados sujeitos a revisão.

Nesse mesmo período, o PIB brasileiro teve um crescimento acumulado de 17,3%. <sup>10</sup> O crescimento da participação do PIB da Amazônia Legal em relação ao PIB brasileiro, associada associado à queda de 21% do desmatamento observado no período de 2010 a 2013, indica um progresso na redução do desmatamento com crescimento da economia na região amazônica.

Não obstante essa boa notícia, estima-se que no biênio 2015-2016 tenha ocorrido uma redução do PIB brasileiro superior a 7%. <sup>11</sup> Todavia, não se encontram disponíveis dados sobre como se deu essa contração da economia brasileira por estado da federação nesse biênio, e, por conseguinte, qual foi seu impacto sobre a região amazônica.

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> 2010 – 7,5%; 2011 – 4,0%; 2012 – 1,9% e 2013 – 3,0% (Fonte: IBGE).

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Segundo o IBGE, o PIB nacional em 2015 sofreu contração de 3,8% em relação ao ano anterior, sendo que até a elaboração deste relatório o valor oficial do PIB nacional para 2016 não havia sido ainda apurado. Entretanto, o boletim *Focus*, de 30.12.2016 (publicação do Banco Central do Brasil com o resumo das expectativas de mercado a respeito de alguns indicadores da economia brasileira), apontava uma retração de 3,5% no PIB para o ano.

#### Objetivo específico: (1) Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica na Amazônia Legal (componente "produção sustentável")

#### Indicador: Produção da extração vegetal e da silvicultura

Para o monitoramento dessa componente, foi selecionado o indicador de produção da extração vegetal e da silvicultura verificada nos estados da Amazônia Legal, cujos dados se baseiam em publicação anual do IBGE.

Os dados da produção da extração vegetal são obtidos pelo IBGE mediante consulta a entidades públicas e privadas, produtores, técnicos e órgãos ligados direta ou indiretamente aos setores da produção, comercialização, industrialização e fiscalização de produtos vegetais nativos.

A extração vegetal compreende o processo de exploração dos recursos vegetais nativos mediante a coleta de produtos. A Amazônia é uma importante fonte de produção de açaí, castanha-do-brasil, borracha nativa, amêndoas e outros produtos oleaginosos e fibras diversas, produtos esses que têm representatividade econômica e são comercializados dentro e fora da região.

A evolução da produção e da receita desses produtos é acompanhada pelo Fundo Amazônia por sua relevância econômica no contexto regional. Ainda não está sendo monitorada a evolução do extrativismo madeireiro por falta de informações sistematizadas que permitam a clara segregação entre a madeira nativa extraída legalmente e a madeira extraída ilegalmente.

No conjunto dos produtos oleaginosos, está sendo acompanhada a produção extrativista de, entre outros produtos, amêndoas de cumaru, pequi e copaíba. A partir deste relatório, passa-se também a monitorar a evolução da cadeia produtiva do babaçu, cuja oleaginosa (amêndoa) é utilizada, sobretudo, na indústria alimentícia. Como o babaçu tem uma grande participação na economia extrativista regional, optou-se por acompanhá-lo em separado das demais oleaginosas. No conjunto das fibras, estão sendo monitoradas, entre outras, a piaçava e o buriti.

Na Tabela 10, é apresentada a evolução da produção física (em toneladas) da extração vegetal desses produtos nos anos de 2009 e 2015.

TABELA 10: PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL (TONELADAS)

Produtos	2009 (ton.)	2015 (ton.)	Variação (%)
Açaí	115.767	216.071	87
Castanha-do-brasil	37.468	40.642	8
Borracha (látex coagulado e líquido)	3.459	1.499	(57)
Oleaginosos	1.240	1.990	60
Babaçu	103.359	73.893	(29)
Fibras	2.848	2.404	(16)
Total histórico	264.141	336.499	27

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE.

Na Tabela 11, observa-se a evolução desses mesmos produtos sob a ótica de receita gerada.

TABELA 11: PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL (R\$ MIL)

Produtos	2009 (R\$ mil)	2009 (R\$ mil)*	2015 (R\$ mil)	Variação (%)
Açaí	160.312	238.700	480.637	101
Castanha-do-brasil	52.261	77.815	107.444	38
Borracha (látex coagulado e líquido)	7.597	11.312	5.244	(54)
Oleaginosos	6.570	9.783	10.725	10
Babaçu	114.847	171.004	99.968	(42)
Fibras	4.495	6.693	6.021	(10)
Total histórico	346.082	515.305	710.039	38

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE. \* Valores atualizados para reais de 2015 pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

Observa-se que a produção do açaí, fruto cada vem mais utilizado na confecção de alimentos e bebidas, foi ampliada em 87% na Amazônia Legal no período 2009-2015, sendo que a receita, em valores atualizados, dobrou nesse mesmo período, alcançando R\$ 481 milhões em 2015. Comparando-se a produção de açaí em 2015 com a de 2014 (em toneladas), constata-se um aumento de 9% em um único ano.

A castanha-do-brasil, também conhecida como castanha-do-pará, é outro importante produto do extrativismo regional, sendo colhida do fruto ("ouriço") da castanheira, que é uma das árvores mais altas da floresta amazônica. Depois de um declínio nas últimas décadas, 12 observa-se que a produção da castanha-do-brasil começa a se recuperar, tendo havido um aumento no volume produzido de 8% no período 2009-2015. A receita, como no caso do açaí, também cresceu mais rápido do que o volume produzido nesse mesmo período (38%), alcançado o montante de R\$ 107 milhões em 2015.

O Fundo Amazônia tem como prioridade a estruturação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Essa priorização tem se materializado por meio de seu apoio financeiro a diversos projetos cujo objetivo é a ampliação e o aprimoramento da coleta e do beneficiamento dos produtos extrativistas pelos indígenas e comunidades tradicionais.

As ações apoiadas contemplam atividades como a construção de barracões para o armazenamento da produção; aquisição de caminhões, caminhonetes, tratores e lanchas para coleta e distribuição dos produtos; a implantação ou ampliação e modernização de unidades de beneficiamento desses produtos e a capacitação técnica e gerencial dos indígenas e extrativistas envolvidos nos projetos.

<sup>12</sup> Fonte: Panorama nacional da cadeia de valor da castanha-do-brasil, publicado pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora).

A produção de oleaginosos cresceu mais do que a receita. Enquanto a primeira aumentou 60%, a receita ampliou somente 10%, alcançando R\$ 11 milhões em 2015.

As fibras tiveram uma queda na produção (16%) no período 2009-2015, acompanhada por uma leve queda de 10% na geração de receitas, montando a R\$ 6 milhões anuais em 2015. As borrachas, entre as quais se consideram o látex coagulado e o líquido, tiveram uma considerável queda na produção (57% a menos entre 2009 e 2015), acompanhada por uma baixa de 54% na geração de receitas, montando a R\$ 5 milhões em 2015.

Como mencionado, a partir deste relatório anual, passa-se a acompanhar a evolução do babaçu. O babaçu é uma palmeira com sementes oleaginosas, das quais se extrai um óleo que é empregado na alimentação e para fins medicinais. Sua principal área de ocorrência no Brasil é o estado do Maranhão. Alguns outros estados da Amazônia Legal também produzem babaçu (Tocantins, Pará, Amazonas e Mato Grosso), mas em 2015 esses estados em conjunto responderam por menos de 0,4% da produção de babaçu.

A decisão de passar a acompanhar a evolução da produção extrativista do babaçu está relacionada à ampliação, em 2016, da área de atuação territorial do Fundo Amazônia, de bioma Amazônia para Amazônia Legal.<sup>13</sup> Essa ampliação fez com que uma área maior do estado do Maranhão passasse a ter projetos de produção sustentável elegíveis ao apoio do Fundo Amazônia.

O Fundo Amazônia já apoia desde 2014 um projeto que objetiva a conservação e o manejo sustentável de babaçuais em três municípios integrantes do bioma Amazônia, no estado do Maranhão.<sup>14</sup> Com essa ampliação da área de atuação, espera-se que o fundo venha a apoiar um maior número de projetos tendo como objeto essa cadeia produtiva, contribuindo para a conservação dos babaçuais e para a geração de ocupação e renda para a população da região.

A análise do comportamento dessa cesta de produtos da floresta amazônica evidencia que, no período considerado (2009-2015), ocorreu um crescimento de 38% da receita gerada por esses produtos, correspondendo a um crescimento de 27% do volume produzido. Excluindo-se o babaçu dessa análise, o crescimento de receita nesse período foi de 77% e o de volume produzido, de 63%. Pode-se concluir, portanto, que a evolução desses indicadores sinaliza que o objetivo específico "atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica na Amazônia Legal" está sendo alcançado.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Pelo Decreto 8.773, de 11.05.2016, foi autorizada a ampliação da área de atuação territorial do Fundo Amazônia, de bioma Amazônia para Amazônia Legal.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Projeto APL Babaçu, tendo como responsável por sua execução a Associação em Áreas de Assentamento no estado do Maranhão (Assema).

# Objetivo específico: (2) Ações governamentais asseguram a adequação de atividades antrópicas à legislação ambiental (componente "monitoramento e controle")

Indicador: (i) Número de postos avançados (unidades regionais) dos órgãos estaduais de meio ambiente

Indicador: (ii) Número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local

Indicador: (iii) Número de autorizações ou licenças ambientais concedidas anualmente pelos órgãos estaduais de meio ambiente

Para o monitoramento dessa componente, foram criados indicadores que visam medir a capacidade dos órgãos ambientais da Amazônia Legal para implementar a legislação ambiental vigente.

Dois dos indicadores medem, respectivamente, os níveis de desconcentração e de descentralização identificados na gestão ambiental, a saber: "número de postos avançados (unidades regionais) dos órgãos estaduais de meio ambiente" e "número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local".

A desconcentração da gestão ambiental por meio da implantação de postos avançados ou unidades regionais dos órgãos estaduais de meio ambiente aproxima esses órgãos dos habitantes e agentes econômicos das regiões mais afastadas, o que promove uma gestão ambiental mais eficiente.

Por sua vez, cabe aos municípios a competência para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos conselhos estaduais de meio ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade. <sup>15</sup> O indicador que mede o número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local visa verificar o grau de participação dos municípios na implementação da legislação ambiental em seus territórios.

Um terceiro indicador monitora o "número de autorizações ou licenças ambientais concedidas anualmente pelos órgãos estaduais de meio ambiente". O licenciamento é um instrumento importante da Política Nacional de Meio Ambiente, e o aumento da concessão de licenças e demais atos autorizativos sinaliza um maior grau de controle dos órgãos estaduais de meio ambiente sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais.

Considerando a ausência de divulgação pública de informações que permitam acompanhar esses indicadores, são apresentados na Tabela 12 dados obtidos com órgãos estaduais de meio ambiente da Amazônia Legal.

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Lei Complementar 140, de 8.12.2011.

TABELA 12: INDICADORES REGIONAIS DA COMPONENTE "MONITORAMENTO E CONTROLE"

Estado	N° postos avançados dos órgãos estaduais de meio ambiente (cumulativo)*		Nº municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local (cumulativo)**		N° de autorizações ou licenças ambientais concedidas (anual)***	
	2009	2016	2009	2016	2009	2016
Pará	4	4	10	107	3.259	1.358
Acre	5	5	1	1	2.239	1.322
Amazonas	0	1	2	1	2.723	3.986
Roraima	1	0	13	14	183	2.799
Tocantins	20	15	0	3	3.360	3.276
Mato Grosso	11	9	5	37	5.430	8.489
Rondônia	14	18	1	18	2.480	3.083
Total	55	52	32	181	19.674	24.313
Comparação 2016-2009 (%)	-5	%	46	6%	24	1%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados fornecidos pelos órgãos estaduais de meio ambiente.

Uma análise conjunta dos indicadores monitorados revela evolução em duas das três dimensões acompanhadas, destacando-se um significativo crescimento (466%) no número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local. O número de atos autorizativos expedidos pelos órgãos estaduais de meio ambiente também experimentou um aumento no período acompanhado de sete anos (24%). Por fim, houve uma pequena redução (-5%) no número de postos avançados dos órgãos estaduais de meio ambiente.

O crescimento do número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local sinaliza um aumento da capacidade dessas entidades para assumir atribuições relacionadas ao licenciamento e à gestão ambiental, revelando uma tendência de se tornarem cada vez mais um importante *locus* da gestão ambiental.

O Fundo Amazônia vem contribuindo para essa evolução por meio do apoio a projetos que visam fortalecer institucionalmente os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente; aprimorar o processo de licenciamento ambiental; capacitar o corpo servidores; desconcentrar a gestão ambiental por meio do fortalecimento de unidades regionais; e descentralizar e fortalecer a gestão ambiental municipal.

<sup>\*</sup> Número consolidado (cumulativo): conjunto de todos os postos avançados do órgão estadual de meio ambiente.

<sup>\*\*</sup> Número consolidado (cumulativo): conjunto de todos os municípios no estado aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local.

<sup>\*\*\*</sup> Número de licenças: prévia, de instalação, de operação, de propriedade rural; atos de renovação, retificação, declaratórios, de anuência prévia e autorizações: ambiental, para desmatamento, para utilização de matéria-prima, para exploração de manejo florestal, de transito e comercialização de pescado e para transporte de cargas perigosas expedidas no ano.

#### Objetivo específico: (3) Área da Amazônia Legal está ordenada territorialmente (componente "ordenamento territorial")

Indicador: (i) Área de terras indígenas (TI) e unidades de conservação (UC) federais na Amazônia Legal com instrumento de gestão territorial

#### Indicador: (ii) Desmatamento em áreas protegidas na Amazônia Legal

Para o monitoramento dessa componente foram criados dois indicadores. <sup>16</sup> O primeiro monitora a extensão das áreas protegidas federais com instrumento de gestão territorial elaborado e o segundo acompanha a taxa de desmatamento em áreas protegidas (UCs federais, estaduais e TIs na Amazônia Legal).

O indicador "área de terras indígenas e unidades de conservação da natureza federais na Amazônia Legal com instrumento de gestão territorial" acompanha a evolução da elaboração de instrumentos de gestão territorial em TIs e UCs federais que possuam, respectivamente, Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PGTA) e planos de manejo. O uso desses instrumentos em áreas protegidas tem contribuído de forma importante para a redução dos desmatamentos nesses domínios territoriais.

O plano de manejo de uma UC é um documento mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma UC, se estabelece seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Por sua vez, os PGTAs de TIs são ferramentas de implementação da PNGATI, podendo ser definidos como instrumentos que visam à valorização do patrimônio material e imaterial indígena, à recuperação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações indígenas. Esses planos devem expressar o protagonismo, a autonomia e a autodeterminação dos povos na negociação e no estabelecimento de acordos internos que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial, bem como ser um subsídio que oriente a execução de políticas públicas direcionadas aos povos indígenas.<sup>17</sup>

<sup>16</sup> Foi excluído o indicador "Área dos estados com presença do bioma Amazônia com zoneamento ecológico-econômico na escala 1:250.000 (ou maiores) concluído" pelo fato de este não apresentar acréscimo de área por três anos consecutivos.

<sup>17</sup> Definição de PGTA a partir do documento "Orientações para elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas", da Fundação Nacional do Índio (Funai), de 2013.

TABELA 13: ÁREA DE UCS FEDERAIS E TIS COM INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL (PLANOS DE MANEJO OU PGTAS)

Áreas protegidas	Número de UCs federais e TIs com instrumentos de gestão territorial		Variação 2009/2016 (%)	Área (km²) de UCs federais e TIs com instrumento de gestão territorial		Variação área (%) 2009/2016
	2009	2016		2009	2016	
UCs federais	28	64	129	160.741	388.130	141
TIs	41	67	63	186.037	271.154	46
Total	69	131	90	346.778	659.284	90

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do ICMBio e da Funai.

A partir da análise dos dados da Tabela 13 sobre áreas protegidas com instrumento de gestão territorial no período entre 2009 e 2016, verifica-se que ocorreu um considerável crescimento de áreas protegidas com esses instrumentos na Amazônia.

O Fundo Amazônia tem apoiado diversos projetos de fortalecimento e consolidação das áreas protegidas da Amazônia. Em 2015, foram aprovados os primeiros projetos de apoio à elaboração e à implementação de PGTAs selecionados no âmbito da Chamada Pública de Apoio à Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas, promovida pelo Fundo Amazônia. Em 2016 foram aprovados três novos projetos, que beneficiarão 22 terras indígenas na Amazônia, mediante a implementação das ações previstas nos PGTAs das TIs que já dispõem desse instrumento de gestão e a sua elaboração para o caso das TIs que ainda não dispõem dessa ferramenta de planejamento e gestão.

Apresenta-se na Tabela 14 a variação da taxa do desmatamento em áreas protegidas na Amazônia Legal (federais e estaduais)

TABELA 14: DESMATAMENTO EM ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA LEGAL

Áreas protegidas	Número de áreas protegidas	Taxa de desmatamento em 2009 (km²)	Taxa de desmatamento em 2015 (km²)	Variação (%)
UCs federais	174	287,35	175,63	-39
UCs estaduais	178	320,09	442,87	38
TIs	379	246,51	85,03	-66
Total	731	853,95	703,53	-18

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe/Prodes.

Na Tabela 14, verifica-se que a taxa de desmatamento foi reduzida (-18%) nas 731 áreas protegidas federais e estaduais da Amazônia Legal, considerado o período de 2009 a 2015, destacando-se a redução do desmatamento em TIs (-66%).

Em face da carteira já existente de projetos de apoio aos povos indígenas e do conjunto de novos projetos que estão em processo de análise, pode-se dizer que o Fundo Amazônia desponta como um importante parceiro na implementação da política indigenista brasileira.

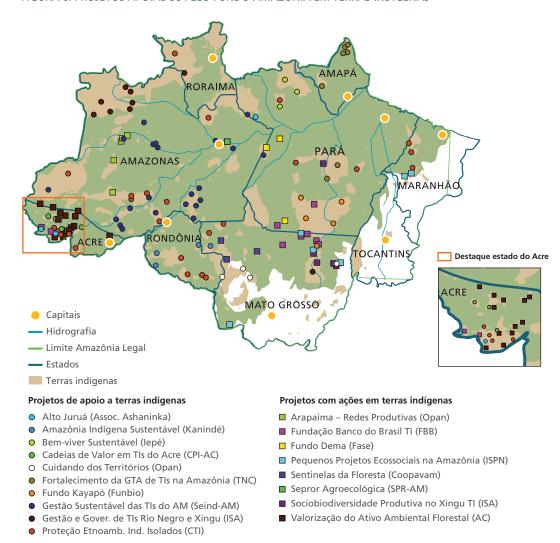


FIGURA 6: PROJETOS APOIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA EM TERRAS INDÍGENAS

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe/Prodes.

Objetivo específico: (4) Atividades de ciência, tecnologia e inovação contribuem para a recuperação, a conservação e o uso sustentável da Amazônia Legal (componente "desenvolvimento científico e tecnológico")

# Indicador: Número de patentes solicitadas ou depositadas

Para o monitoramento da componente de desenvolvimento científico e tecnológico, foi selecionado o indicador "número de patentes solicitadas ou depositadas", que permite uma primeira avaliação do grau de fortalecimento do sistema regional de inovação.

TABELA 15: PEDIDOS DE PATENTES DEPOSITADOS NO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL POR RESIDENTES

Brasil	2009	2016	Variação (%)
Біазіі	7.709	8.082	4,8
Estados da Amazônia	2009	2016	Variação (%)
Acre	3	4	33,3
Amazonas	63	38	-39,7
Amapá	3	2	-33,3
Maranhão	24	59	145,8
Mato Grosso	29	54	86,2
Pará	25	49	96,0
Rondônia	13	28	115,4
Roraima	1	0	-100,0
Tocantins	8	15	87,5
Total	169	249	47,3

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do INPI.

No período de 2009 a 2016, houve um crescimento de 47,3% no número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes nos estados da Amazônia. Já para o Brasil em geral, considerado o mesmo período, foi verificado um aumento de 4,8%.

Apesar do considerável crescimento do número de pedidos de patentes nos últimos sete anos, é baixo o número de pedidos de patentes depositados na região em termos absolutos (3,08% do total dos pedidos no Brasil). Isso demonstra a necessidade de se fortalecer esse tema relevante para o conhecimento e a exploração sustentável das riquezas da região, para o aprimoramento do monitoramento do desmatamento e também para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de formas e métodos que contribuam para o ordenamento territorial da região.

As razões que levam a esse cenário são complexas e têm raízes históricas. Vão desde diferenças nos níveis de investimento em educação superior e pesquisa até fatores como o nível de desenvolvimento do setor industrial em cada um desses estados ou regiões.

Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia ligados a ciência e tecnologia visam enfrentar esse desafio por meio de ações como construção, reforma ou estruturação de centros de estudos avançados para pesquisa em biotecnologia; levantamento e processamento de dados biológicos e socioeconômicos georreferenciados; e desenvolvimento de modelos para estimativa de biomassa e sequestro de carbono em ecossistemas.

## Síntese do monitoramento dos indicadores regionais relacionados à ação do Fundo Amazônia

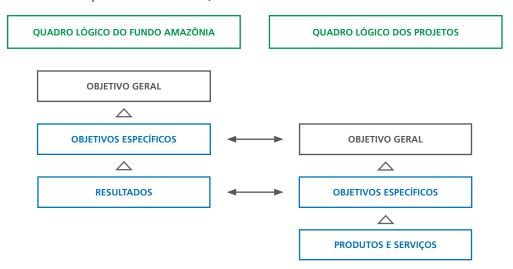
- Crescimento de 7% da taxa de desmatamento na Amazônia Legal no período de 2009 a 2016. Todavia, quando se compara a média do desmatamento anual ocorrido no período de 2010 a 2016 com o desmatamento ocorrido em 2009 (linha de base do Fundo Amazônia), constata-se uma queda de 18% da área desmatada.
- Crescimento da participação do PIB da Amazônia brasileira em relação ao PIB brasileiro (2009-2013).
- Aumento de 27% no volume produzido e de 38% da receita gerada pelo conjunto dos produtos do extrativismo monitorados (2009-2015).
- Ampliação da descentralização da gestão ambiental para os municípios (466%), bem como do número de atos autorizativos expedidos pelos órgãos estaduais de meio ambiente (24%), e decréscimo do número de postos avançados dos órgãos estaduais de meio ambiente (-5%) no período 2009-2016.
- Aumento de 90% na área de UCs federais e TIs com instrumento de gestão territorial entre 2009 e 2016; e redução de 18% na área desmatada em áreas protegidas estaduais e federais na Amazônia Legal entre 2009 e 2015.
- Crescimento de 47% no número de pedidos de patentes depositadas no INPI por residentes nos estados da Amazônia brasileira entre 2009 e 2016.

#### Quadro lógico dos projetos

Para cada projeto, é construído um quadro lógico específico, em diálogo com os beneficiários e de forma integrada com os objetivos definidos no Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A Figura 7 ilustra de que forma os resultados e efeitos ao nível dos projetos devem contribuir para o desenvolvimento das quatro componentes e, dessa forma, para o alcance do objetivo geral do Fundo Amazônia.

FIGURA 7: INSERÇÃO DE PROJETOS NO QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA



# Acompanhamento e monitoramento de resultados dos projetos do Fundo Amazônia

No acompanhamento dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, além do monitoramento dos indicadores do quadro lógico de cada projeto, são executados diversos procedimentos, descritos a seguir, visando prevenir ou solucionar situações que coloquem em risco sua implantação.

O período de acompanhamento de cada projeto vai desde a assinatura do contrato até a conclusão das obrigações nele assumidas. Para subsidiar o acompanhamento, o responsável pela execução do projeto apoiado pelo Fundo Amazônia encaminha relatórios de desempenho contendo as seguintes informações, entre outras: (i) resumo das principais atividades realizadas no período; (ii) quadro de usos e fontes do projeto, indicando o total financeiro realizado no período e o acumulado; e (iii) comprovação de que a entidade está em dia com suas obrigações fiscais e trabalhistas.

O acompanhamento pelo BNDES compreende, também, a verificação da execução física e financeira do projeto, isto é, a comprovação da realização das atividades previstas e a correspondente prestação de contas, o que inclui visita ao local do projeto, quando necessário, análise dos dados financeiros do beneficiário e verificação do atendimento das condições estabelecidas no contrato. Cada liberação de recursos está condicionada à verificação do cumprimento das normas e cláusulas contratuais pertinentes.

Na conclusão do projeto, o beneficiário apresenta um relatório de avaliação de seus resultados. O principal objetivo desse relatório é consolidar informações sobre a execução do projeto apoiado e seus resultados e impactos. O documento deve conter, ainda, informações sobre a evolução do projeto, o monitoramento dos indicadores de seu quadro lógico, a sustentabilidade futura dos resultados, problemas que surgiram em sua implantação, bem como conhecimentos gerados e lições aprendidas.

# Resultados dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia

Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia são acompanhados individualmente. As atividades realizadas pelos projetos em fase de execução são relatadas na página do Fundo Amazônia na internet, 18 onde, para cada projeto apoiado, é reservada uma seção específica em que são informados, entre outros: nome da organização responsável pela execução do projeto; abrangência territorial do projeto e seus beneficiários; valor do projeto e valor da colaboração financeira do Fundo Amazônia; prazo de execução previsto; valores já desembolsados e datas dos desembolsos; contexto em que o projeto se insere e informações sintéticas sobre ele; sua árvore de objetivos (lógica de intervenção) e resumo das atividades já realizadas.

Para monitorar os resultados dos projetos apoiados, foi desenvolvida uma gama de indicadores comuns aos projetos que permitem sua consolidação e proporcionam

<sup>18</sup> Disponível em: <a href="http://www.fundoamazonia.gov.br">http://www.fundoamazonia.gov.br</a>.

uma visão agregada dos produtos e serviços entregues e dos impactos resultantes de suas ações. Cabe mencionar que, em alguns casos, os resultados são de natureza qualitativa, o que exige que sejam analisados de forma individual.

Além do acompanhamento dos projetos durante sua execução, o Fundo Amazônia divulga uma avaliação dos resultados e impactos de cada projeto concluído. No capítulo "Projetos concluídos" do presente relatório, são apresentadas informações sobre os dois projetos concluídos neste ano, inclusive com uma avaliação de seus resultados e impactos. Dessa forma, de uma carteira de 86 projetos apoiados, 12 foram concluídos e tiveram sua avaliação divulgada nos relatórios anuais do Fundo Amazônia. Sempre que possível, é feita uma análise dos impactos dos projetos concluídos na taxa de desmatamento de sua área de influência. No presente relatório, passaram a ser incorporados novos indicadores que acompanham a questão da equidade de gênero nos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

São apresentadas, a seguir, tabelas com a consolidação dos resultados e impactos mensurados a partir de indicadores selecionados nos quadros lógicos dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia. Nessas tabelas, foi adotado um código de cores para facilitar a identificação dos indicadores conforme sua natureza (de produto ou de impacto).

# Componente "fomento às atividades produtivas sustentáveis"

Ao fim de 2016, o apoio às atividades produtivas sustentáveis representava 26% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia. Um dos objetivos do PPCDAm é promover uma economia florestal de bases sustentáveis, mediante a valorização dos produtos (madeireiros e não madeireiros) e serviços ambientais da floresta, de modo a criar uma alternativa econômica que viabilize a conservação da vegetação nativa.

O conjunto de projetos apoiados nesse eixo abrange, por exemplo, atividades extrativistas, de beneficiamento (industrialização) de produtos extrativistas e da agricultura familiar, de segurança alimentar (produção de alimentos para consumo próprio), de artesanato e de turismo de base comunitária. Entre os produtos apoiados, podem ser citados: borracha, sementes, artesanato, farinha de mandioca, cacau, turismo, madeira, mel, resina, sabonetes, óleos, babaçu e açaí (fruto comestível de uma palmeira).



TABELA 16: INDICADORES DA COMPONENTE "FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS (1)" – VALORES ACUMULADOS

Indicadores de produção sustentável (componente 1)	Até 2015 (acumulado)	Até 2016 (acumulado)	Variação 2016/2015 (%)
Oficinas e cursos de capacitação	569	700	23
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (total)	13.651	18.883	38
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (mulheres)	*	887	-
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (indígenas)	*	891	-
Organizações comunitárias fortalecidas	130	354	172
Projetos de pequeno porte (até R\$ 100 mil) apoiados por entidades aglutinadoras**	2.609	2.626	1
Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras	51	57	12
Imóveis rurais com projetos de produção sustentável	3.759	3.985	6
Imóveis rurais beneficiados com assistência técnica	4.922	5.951	21
Unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar e do extrativismo implantadas	41	88	115
Indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas (total)	86.158	105.650	23
Indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas (mulheres)	8.029	8.884	11
Área de floresta diretamente manejada em decorrência dos projetos apoiados (hectares)	9.246.417	9.523.015	3
Área reflorestada – hectares (regeneração em andamento)	6.923	9.259	34
Área recuperada utilizada para fins econômicos (hectares)	7.201	7.248	1
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (total)	4.644	6.093	31
Receita obtida com a comercialização de produtos <i>in natura</i> (R\$ mil)	50.016	64.196	28
Receita obtida com a comercialização de produtos beneficiados (R\$ mil)	12.015	29.601	146

Fonte: BNDES.

\*\* O conceito de projeto nesse caso compreende, por exemplo, a simples aquisição de um equipamento para uma atividade produtiva que tenha sido planejada comunitariamente.

Código de CORES/LEGENDA	Indicador de produto	Indicador de impacto
-------------------------	----------------------	----------------------

<sup>\*</sup> Novo indicador sem série histórica.

Os dados apresentados na Tabela 16 são cumulativos, isto é, os resultados mensurados em 2016 são adicionados aos dados medidos nos anos anteriores. <sup>19</sup> Percebe-se, na comparação entre os resultados de 2016 e 2015, que: (i) ocorreu um significativo aumento no número de indivíduos capacitados para a prática de atividades produtivas sustentáveis (38%); (ii) mais do que dobrou o número de unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar e do extrativismo, implantadas com recursos do Fundo Amazônia, de um acumulado de 41 unidades até 2015 para um total de 88 unidades ao fim de 2016; e (iii) houve um expressivo crescimento no número de organizações comunitárias fortalecidas, que passou de 130 para 354 em um ano.

Destacaram-se, ainda, o crescimento de 34% da área reflorestada (regeneração em andamento), bem como o crescimento da receita obtida pelas comunidades com a comercialização de produtos *in natura* (28%) e de produtos beneficiados (146%).<sup>20</sup> O crescimento da receita com atividades produtivas sustentáveis sinaliza que efetivamente está ocorrendo geração de renda a partir de atividades econômicas que valorizam a "floresta em pé" nos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

Foram beneficiados diretamente cerca de 105 mil pessoas no conjunto das atividades apoiadas pelo Fundo Amazônia nessa componente, o que representa um crescimento de 23% em relação a 2015.

#### Componente "monitoramento e controle"

Ao fim de 2016, o apoio às ações de monitoramento e controle representava 47% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia. O eixo "monitoramento e controle" tem sido reconhecido em avaliações independentes do PPCDAm como o que mais evoluiu e, consequentemente, como aquele com maior participação na redução do desmatamento na Amazônia desde 2004.

Entre as ações apoiadas pelo Fundo Amazônia, destacam-se as seguintes: (i) ampliação e fortalecimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) como instrumento de gestão ambiental rural e de monitoramento do desmatamento dos estabelecimentos rurais; (ii) ampliação e aprimoramento do monitoramento ambiental por satélites realizado pelo Inpe e implantação de um sistema de detecção de desmatamento na Amazônia com uso de imagens de radar orbital a cargo do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) do Ministério da Defesa; e (iii) controle do desmatamento na Amazônia Legal mediante ações de fiscalização a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Os dados são cumulativos, isto é, os resultados mensurados em cada ano são adicionados aos dados medidos nos anos anteriores. Portanto, o dado informado em 2016 incorpora os resultados medidos nesse ano acrescido dos resultados acumulados até 2015. Por sua vez, o valor informado para 2015 incorpora os resultados medidos em 2015 acrescidos dos resultados acumulados até 2014.

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> A receita contabilizada nesses dois indicadores não abrange: (i) receitas auferidas após a conclusão dos projetos apoiados (o monitoramento das receitas geradas pelos projetos é feita a partir de sua linha de base – marco zero – até sua conclusão; (ii) o valor dos alimentos produzidos e beneficiados pelos projetos apoiados que são consumidos pelas próprias comunidades, contribuindo para sua segurança alimentar; e (iii) receitas de indivíduos capacitados em técnicas de produção sustentável nos casos em que os projetos apoiados não contemplam investimentos diretos em atividades produtivas.

TABELA 17: INDICADORES DA COMPONENTE "MONITORAMENTO E CONTROLE (2)" – VALORES ACUMULADOS

Indicadores de monitoramento e controle (componente 2)	Até 2015 (acumulado)	Até 2016 (acumulado)	Variação 2016/2015 (%)
Órgãos ambientais fortalecidos (federais, estaduais e municipais)	98	114	16
Servidores capacitados (total)	2.660	4.422	66
Servidores capacitados (mulheres)	*	285	
Montante desembolsado para projetos de combate a incêndios florestais e queimadas ilegais (R\$ mil)	57.742	60.243	4
Indivíduos capacitadas em tecnologias de monitoramento	312	312	0
Servidores capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (total)	*	1.707	
Imóveis rurais inscritos no CAR (protocolo)	207.564	281.031	35
Área de imóveis rurais inscritos no CAR - protocolo (ha)	57.042.458	68.317.504	20

Fonte: BNDES.

\* Novo indicador sem série histórica.

Código de CORES/LEGENDA	Indicador de produto	Indicador de impacto
-------------------------	----------------------	----------------------

A implementação do CAR foi definida pelo COFA como uma das ações prioritárias a serem apoiadas pelo Fundo Amazônia. A inscrição no CAR é uma etapa importante no processo de regularização ambiental dos imóveis rurais, funcionando como indutor de sistemas de produção mais adaptados à Amazônia e, portanto, com sustentabilidade ambiental.

Ademais, por meio do CAR são identificados os ativos e passivos ambientais dos estabelecimentos rurais, permitindo tanto a gestão desses ativos<sup>21</sup> quanto o planejamento e execução de ações para a recuperação das áreas desmatadas que por determinação legal necessitam ser reflorestadas. Uma importante função do CAR é que, no caso das posses rurais, por meio desse cadastro são identificados formalmente os posseiros desses imóveis (indivíduos que ocupam um imóvel rural sem disporem de um título de sua propriedade), estabelecendo a possibilidade de sua responsabilização em caso de infrações ambientais que venham a ocorrer nesses imóveis.

Do conjunto dos indicadores que monitoram a evolução da componente monitoramento e controle, merece destaque o crescimento do número de servidores (funcionários públicos) capacitados para as diversas atividades relacionadas à gestão ambiental, que montam a 4.422 em 2016, um crescimento de 66% quando comparado com o número de servidores capacitados até 2015.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> O proprietário ou possuidor de imóvel com reserva legal conservada e inscrita no CAR, cuja área ultrapasse o mínimo exigido pela legislação brasileira, poderá, por exemplo, utilizar a área excedente para fins de constituição de cotas de reserva ambiental, sendo que essas cotas poderão ser negociadas para cumprir a obrigação de reserva legal em outra propriedade.

Quanto à efetividade, o número de imóveis inscritos no CAR cresceu 35% em um ano, já sendo 281 mil imóveis inscritos com apoio do Fundo Amazônia, correspondendo a uma área de aproximadamente 683 mil km². A título de comparação menciona-se que a área de imóveis inscritos no CAR com apoio do fundo corresponde aproximadamente ao somatório dos territórios dos principais doadores do Fundo Amazônia, a saber, governos da Noruega e da Alemanha.

O Fundo Amazônia, ainda no eixo de monitoramento e controle, apoia ações de prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas. Apresenta-se, a seguir, uma avaliação preliminar de alguns impactos já identificados nos cinco projetos executados por Corpos de Bombeiros Militares (CBM) da Amazônia nos seguintes estados: Acre, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins. Todos esses projetos estão em fase adiantada de execução, sendo que o projeto do CBM do Acre foi concluído em 2016 (veja a avaliação desse projeto no capítulo "Projetos concluídos" deste relatório).

O total do apoio do Fundo Amazônia destinado a esses projetos é de R\$ 62.776.480,00, dos quais cerca de R\$ 60 milhões já foram desembolsados. Eles têm por objetivo apoiar ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas nesses estados, por meio de um conjunto integrado de ações, tais como a estruturação física e operacional das unidades dos CBM e a realização de capacitações e treinamentos.

O Fundo Amazônia realizou em 2016 uma oficina com os executores desses projetos sobre a temática de monitoramento e avaliação de impactos de projetos de prevenção e combate a incêndios florestais. Também participaram dessa oficina representantes do Ministério do Meio Ambiente e do Inpe, além da equipe da cooperação técnica alemã que estruturou a oficina (GIZ).<sup>22</sup> Para a orientação dos executores dos projetos foi produzido pela GIZ em conjunto com a equipe do Fundo Amazônia um guia para orientar o monitoramento de impactos dos projetos com os corpos de bombeiros militares.<sup>23</sup>

Na Tabela 18 podem ser conferidos alguns dos indicadores monitorados nesses projetos. São destacados os números de focos de calor na área de abrangência dos projetos, bem como os números de focos de calor verificados e de incêndios e queimadas combatidos pelos CBMs. Esclareça-se que a atividade de verificação do CBM consiste em apurar se os focos de calor identificados por satélites ou outra forma de monitoramento remoto de fato representam um incêndio florestal ou queimada não autorizada.

Cabe observar que o número de focos de calor é influenciado por questões sazonais, variando muito de um ano para o outro em função de períodos de seca ou de elevada pluviosidade. Para mitigar essa realidade foram adotadas para as linhas de base desse indicador a média dos dez anos anteriores ao início da implementação de cada um dos projetos. Portanto, o crescimento ou a redução do número de focos de calor não está exclusivamente relacionado à atuação dos CBM.

<sup>22</sup> Mais informações sobre a cooperação técnica do Fundo Amazônia com a GIZ podem ser conferidas na seção "Articulação institucional e cooperação técnica" do capítulo "Governança, captação e comunicação" deste relatório.

<sup>23</sup> Esse guia se encontra publicado na página do Fundo Amazônia na internet: <a href="http://www.fundoamazonia.gov.br">http://www.fundoamazonia.gov.br</a>

Vale mencionar que ainda não se encontra disponível informação oficial que avalie o tamanho das áreas queimadas, apesar de haver previsão de que o Inpevenha a disponibilizar essa informação no futuro.

TABELA 18: CONSOLIDAÇÃO DOS INDICADORES DE IMPACTOS DOS PROJETOS DOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES APOIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA

Indicadores de monitoramento de projetos dos CBMs apoiados pelo Fundo Amazônia				
Indicador	Estado (Ano da linha de base) (Abrangência territorial)	Linha de base	2015	Variação (%)
	ACRE (2011) (estado)	4.131	5.512	33%
	MATO GROSSO (2012) (15 municípios)	5.020	3.694	-26%
Número de focos de calor na área	PARÁ (2013) (estado)	30.925	45.202	46%
de abrangência do projeto	RONDÔNIA (2012) (14 municípios)	5.738	8.298	45%
	TOCANTINS (2012) (31 municípios)	899	1.095	22%
TOTAL		46.713	63.801	37%
	ACRE	562	2.052	265%
Número de focos	MATO GROSSO	0	3.473	
de calor verificados	PARÁ	4.105	8.787	114%
pelo CBM	RONDÔNIA	452	663	47%
	TOCANTINS	710	1.003	41%
TC	DTAL	5.829	15.978	174%
Número de incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos diretamente pelo CBM	ACRE	281	1.026	265%
	MATO GROSSO	0	323	
	PARÁ	596	2.835	376%
	RONDÔNIA	409	596	46%
	TOCANTINS	710	1.003	41%
тс	DTAL	1.996	5.783	190%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe (BDQueimadas) e dos planos de monitoramento dos projetos de apoio aos CBM da Amazônia.

Como resultado agregado, verifica-se que no conjunto dos cinco estados apoiados houve um aumento dos focos de calor da ordem de 37% nas áreas de abrangência dos projetos. Ao mesmo tempo, a capacidade de verificação desses focos pelos CBMs foi ampliada em 174%, o que significa um aumento da capacidade de identificação de incêndios florestais e queimadas não autorizadas. Concomitantemente, a resposta com o combate direto aos incêndios florestais ou queimadas não autorizadas registrou um aumento de 190%, o que representa uma melhora regional no desempenho de combate a incêndios e queimadas.

Na área de abrangência do projeto do CBM do estado de Mato Grosso, verificou-se a diminuição de 26% no número dos focos de calor. Os indicadores de verificação e

combate a incêndios florestais não eram acompanhados anteriormente ao projeto, tendo sido informado que ações dessa natureza eram poucas. Logo, é interessante observar que, com o apoio do Fundo Amazônia, foi estruturada a capacidade do CBM de Mato Grosso de combater incêndios florestais e queimadas não autorizadas, tendo sido verificada em 2015 a natureza de 94% dos focos de calor identificados por satélite e combatidos 323 incêndios nesse ano.

Nos demais estados, houve aumento no número de focos de calor. No Acre, a capacidade de verificação e de combate foi praticamente quadruplicada, ao passo que o número de focos de calor cresceu 33%. No Pará, a verificação de focos de calor mais do que dobrou e o número de missões de combate a incêndios florestais quadruplicou, em face de um aumento no número de focos de calor de 46%. A abrangência das ações de verificação e combate aumentou no Pará não só pela equipagem do CBM, mas também pela estruturação de núcleos operacionais de resposta rápida (NORRs) no estado e pelo estabelecimento de um novo grupamento de bombeiros no município de Itaituba.

Em Rondônia, a verificação e o combate cresceram cerca de 47% em relação à linha de base, ao passo que o número de focos aumentou 45%. Já no Tocantins, a capacidade de verificação de focos e combate foi ampliada em 41% em relação ao marco zero do projeto, sendo que nesse caso essa ampliação significou que 91% dos focos de calor foram identificados e combatidos nos 31 municípios de abrangência do projeto.

Apesar de não existir um indicador de área de florestas queimadas, com base na análise dos demais indicadores, nota-se que a capacidade de verificação de focos de calor e combate aos incêndios florestais e queimadas não autorizadas aumentou significativamente nos cinco estados apoiados. A partir dos dados monitorados, observa-se que no marco zero (linha de base) desses projetos, os CBMs combateram, em um ano, 1.996 incêndios florestais nos territórios abrangidos pelo conjunto dos projetos. Esse número foi ampliado para 5.783 incêndios combatidos em 2015. Isso sugere que o apoio do fundo contribuiu para que 3.787 incêndios florestais (ou queimadas) adicionais fossem combatidos em 2015 quando comparado com o número de incêndios combatidos no marco zero (linha de base).

Todavia, resta muito a ser feito, tanto para ampliar o recorte territorial das ações de combate a incêndios florestais (de um conjunto de municípios e estados para a totalidade dos municípios de todos os nove estados que integram a Amazônia Legal), quanto para ampliar a capacidade de resposta em termos absolutos, haja vista o grande número de focos de calor e a ainda limitada capacidade de verificação e combate em alguns dos estados apoiados, apesar do expressivo progresso já obtido com os cinco projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

Por fim, cabe ressaltar que o apoio do Fundo Amazônia ao setor público não abrange o pagamento de salários de servidores públicos, sendo essa uma das contrapartidas dos órgãos públicos beneficiados com seu apoio.

#### Componente "ordenamento territorial"

Ao fim de 2016, o apoio às ações de ordenamento fundiário e territorial representava 13% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia. A ocupação da floresta é inerente ao processo de desenvolvimento da região; todavia, essa ocupação precisa ser ordenada. Entre os instrumentos disponíveis, destaca-se o apoio do Fundo Amazônia à consolidação da gestão de UCs e à implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

TABELA 19: INDICADORES DA COMPONENTE "ORDENAMENTO TERRITORIAL (3)" – VALORES ACUMULADOS

Indicadores de ordenamento territorial (componente 3)	Até 2015 (acumulado)	Até 2016 (acumulado)	Variação 2016/2015 (%)
Unidades de conservação apoiadas	94	106	12
Terras indígenas apoiadas	*	86	
Indivíduos de etnia indígena diretamente beneficiados pelo apoio do Fundo Amazônia	22.352	27.244	22
Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas (total)	362	683	89
Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas (indígenas)	0	152	100
Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos	*	339	
Área de unidades de conservação criadas (km²)	7.083	7.083	0
Extensão de áreas protegidas com gestão ambiental e/ou controle de seu território fortalecido (km²)	199.417	397.417	99

Fonte: BNDES.

\* Novo indicador sem série histórica.

Código de CORES/LEGENDA	Indicador de produto	Indicador de impacto
-------------------------	----------------------	----------------------

A importância das UCs federais e estaduais e a contribuição relevante das TIs para a conservação dos recursos naturais e da floresta evidenciam-se quando se compara a área da Amazônia Legal já desmatada (cerca de 19% da cobertura florestal original – ou 15% da área total da Amazônia Legal)<sup>24</sup> à área desmatada dessas áreas protegidas (aproximadamente 2,5% de sua área total). Ou seja, a existência de áreas protegidas funciona como um importante inibidor das atividades de desmatamento, e essas áreas (UCs e TIs) correspondem em seu conjunto a 47% da área total da Amazônia Legal.

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> Fonte: Inpe/Prodes: <a href="http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php">http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php</a>>.

O Fundo Amazônia vem ampliando o apoio a projetos que beneficiam populações indígenas, o que se pode notar pela evolução do indicador que mensura o número de indígenas diretamente beneficiados pelos projetos apoiados, que cresceu 22% em 2016, acumulando mais de 27 mil indígenas beneficiados. Como já mencionado neste relatório, em 2016 foram aprovados três novos projetos que beneficiarão 22 TIs na Amazônia. Cabe registrar que os investimentos em atividades produtivas sustentáveis em TIs e UCs (de uso sustentável) são monitorados na componente "produção sustentável (1)" do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Também foi verificada a evolução do indicador que monitora o número de indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas, que aumentou 89% em 2016, contabilizando 683 indivíduos, dos quais 152 indígenas.

O indicador que monitora a extensão das áreas protegidas com gestão ambiental ou controle de seu território fortalecido praticamente dobrou em valores acumulados de 2015 para 2016. Agora são cerca de 400 mil km² de áreas protegidas (UCs e TIs) que se beneficiam com ações do Fundo Amazônia para a consolidação de sua gestão ou controle de seu território, abrangendo investimentos (já realizados ou em processo de execução) tais como:

- implantação de estruturas de monitoramento e realização de expedições de vigilância;
- II. construção de pequenas unidades de beneficiamento de alimentos (casas de farinha e moendas de cana-de-açúcar);
- III. construção de estruturas para armazenamento da produção extrativista;
- IV. instalação de equipamentos para geração de energia fotovoltaica em comunidades indígenas;
- V. construção de casas para hospedagem de turistas;
- VI. estruturação das cadeias de produtos da sociobiodiversidade (açaí, castanhado-brasil, cacau, madeira, oleaginosas, pirarucu, artesanato etc.) para geração de ocupação e renda para as comunidades que vivem na floresta;
- VII. produção de alimentos para garantir a segurança alimentar dessas comunidades por meio de sistemas agroflorestais, manejo de quelônios e peixes, exploração da meliponicultura etc.

# Componente "desenvolvimento científico e tecnológico"

Ao fim de 2016, o apoio às ações de desenvolvimento científico e tecnológico representava 14% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia. O apoio a esse eixo tem um caráter estratégico e transversal, beneficiando as demais componentes.

TABELA 20: INDICADORES DA COMPONENTE "DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (4)" – VALORES ACUMULADOS

Indicadores de desenvolvimento científico e tecnológico (componente 4)	Até 2015 (acumulado)	Até 2016 (acumulado)	Variação 2016/2015 (%)
Valor total desembolsado para pesquisa científica e tecnológica (R\$ milhões)	34,0	55,8	64
Número de pesquisadores e técnicos envolvidos nas atividades de pesquisa científica e tecnológica residentes na região amazônica durante a execução dos projetos	260	274	5
Número de publicações científicas, pedagógicas ou informativas produzidas	92	111	21

Fonte: BNDES

Código de CORES/LEGENDA	Indicador de produto	Indicador de impacto

A análise da Tabela 20 mostra que, em 2016, os desembolsos a projetos de desenvolvimento científico e tecnológico evoluíram de modo significativo (64%) em relação ao total acumulado dos desembolsos já efetuados para essa componente até 2015.

Os principais projetos em execução são: Inventário Florestal Nacional – Amazônia, sob a responsabilidade do Serviço Florestal Brasileiro (SFB); Projeto Integrado da Amazônia, implementado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Monitoramento da Cobertura Florestal na Amazônia Regional, a cargo da OTCA; e Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia, do Inpe.

Os projetos que estão sendo executados pela OTCA e pelo Inpe também contribuem com suas ações para a componente "monitoramento e controle" do Fundo Amazônia. Entretanto, os valores computados no indicador "valor total desembolsado para pesquisa científica e tecnológica" na Tabela 20 referem-se exclusivamente aos investimentos relativos à componente "desenvolvimento científico e tecnológico".

No capítulo "Projetos concluídos" deste relatório são apresentados os resultados do projeto Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, desenvolvido no âmbito do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), um núcleo de pósgraduação vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA). Esse projeto promoveu uma pesquisa interdisciplinar sobre os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica da Amazônia.

A primeira etapa da pesquisa foi realizada em todos os estados da Amazônia Legal a partir de dados de fontes secundárias e gerou indicadores e informações que apontaram as mesorregiões, em cada um desses estados, com maior vulnerabilidade socioambiental.

Na segunda etapa da pesquisa foram conduzidas atividades de pesquisa-ação em conjunto com representantes de instituições sociais, econômicas, educacionais e políticas locais, visando a caracterização do sistema ecológico, econômico e

social; a avaliação da dinâmica socioeconômica; a avaliação das experiências recentes de gestão e manejo de recursos naturais de cada mesorregião, bem como propostas ações prioritárias para superar os problemas identificados.

O conjunto desses resultados foi consolidado em quatro livros organizados sob a forma de uma coletânea denominada Formação Regional da Amazônia. Os conhecimentos gerados por essa pesquisa estão disponíveis para utilização pelas partes interessadas no desenvolvimento da região amazônica, já tendo inclusive subsidiado o trabalho desenvolvido pelo próprio Fundo Amazônia em seu processo de análise e concessão de apoio financeiro a projetos.

# Salvaguardas do Fundo Amazônia

A decisão 1/CP.16 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) definiu as salvaguardas para Redução de Emissões provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal (REDD+). As salvaguardas formam um conjunto de sete diretrizes que visam potencializar os impactos socioambientais positivos e reduzir os impactos negativos relacionados às atividades de REDD+. As salvaguardas de REDD+ também são conhecidas como salvaguardas de Cancun, pois a cidade mexicana sediou a 16ª Conferência das Partes (COP 16) em 2010.

As salvaguardas devem garantir que as iniciativas de REDD+ abordem de maneira adequada questões sensíveis como os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, a participação social, a preservação de ecossistemas naturais, a permanência dos resultados de REDD+ alcançados e o risco de deslocamento da pressão por desmatamento e degradação florestal para outras áreas.

As iniciativas de REDD+ devem promover e apoiar:

- ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes;
- II. estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional;
- III. respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, leis nacionais e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;
- IV. participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais;
- V. ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 da Decisão 1/CP 16 não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos, assim como para contribuir para outros benefícios sociais e ambientais;
- VI. ações para evitar os riscos de reversões de resultados de REDD+; e
- VII. ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.<sup>25</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> Texto anterior sobre salvaguardas extraído da página do Ministério do Meio Ambiente: <a href="http://redd.mma.gov.br/">http://redd.mma.gov.br/</a> pt/salvaguardas>.

O Fundo Amazônia precede a aprovação das salvaguardas de Cancun, mas, desde sua criação, foi estabelecido por seu comitê orientador (COFA) um conjunto de diretrizes e critérios que, associados às políticas operacionais do BNDES, seu gestor, funcionam desde então como suas salvaguardas.

O Fundo Amazônia está adequando seus processos para a verificação da observância das salvaguardas de Cancun na análise de projetos, bem como no acompanhamento e monitoramento de sua efetividade. Registre-se que as salvaguardas de Cancun estão sendo sistematizadas pela Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+).

O Brasil iniciou em 2015 o desenvolvimento de seu Sistema Nacional de Informações sobre Salvaguardas de REDD+ (SISREDD+), sendo o Ministério do Meio Ambiente responsável por sua coordenação. A Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas, criada no âmbito da CONAREDD+, é composta por especialistas e representantes da sociedade civil e de entidades públicas e privadas, e tem a atribuição de contribuir para o desenvolvimento do SISREDD+. Quando o SISREDD+ estiver em operação, suas informações serão disponibilizadas para toda a sociedade.

O Brasil já submeteu à UNFCCC o 1° Sumário de Salvaguardas, <sup>26</sup> com informações sobre como as salvaguardas de Cancun foram abordadas e respeitadas pelo Brasil durante a implementação de ações de redução de emissão provenientes do desmatamento no bioma Amazônia entre 2006 e 2010. Esse sumário será atualizado no âmbito da mencionada Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas, inclusive no que tange às ações apoiadas pelo Fundo Amazônia.

Anualmente, o Fundo Amazônia é objeto de uma auditoria de cumprimento (compliance audit), destinada a assegurar a observância, entre outras, das diretrizes e dos critérios estabelecidos pelo COFA na aprovação dos projetos que apoia. Adicionalmente, a partir de 2016, começaram a ser realizadas avaliações de efetividade dos projetos concluídos, em que os avaliadores externos se manifestam sobre o atendimento das salvaguardas de Cancun nesses projetos.<sup>27</sup>



<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> "Sumário de informações sobre como as salvaguardas de Cancun foram abordadas e respeitadas pelo Brasil durante a implementação de ações de redução de emissão provenientes do desmatamento no bioma Amazônia entre 2006 e 2010": <a href="http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/salvaguardas\_1sumario.pdf">http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/salvaguardas\_1sumario.pdf</a>

<sup>27</sup> Essas avaliações podem ser consultadas na página do Fundo Amazônia na internet: <a href="http://www.fundoamazonia.gov.br">http://www.fundoamazonia.gov.br</a>

# Avaliação de efetividade

A carteira do Fundo Amazônia tem 86 projetos, dos quais 12 foram concluídos. Os resultados e impactos dos projetos concluídos foram avaliados pelas equipes responsáveis por sua execução. Informações sobre esses projetos e seus impactos são divulgados nos relatórios anuais do Fundo Amazônia e também na página do fundo na internet.

Em 2016, com o apoio técnico da GIZ, foi elaborado e divulgado o marco conceitual para a realização de avaliações de efetividade dos projetos executados com recursos do Fundo Amazônia.<sup>28</sup> Ainda nesse ano foram avaliados dois dos primeiros projetos concluídos com o apoio do fundo, a saber: (i) projeto Olhos d'Água da Amazônia, implementado pelo Município de Alta Floresta, no estado de Mato Grosso; e (ii) projeto Sementes do Portal, a cargo do Instituto Ouro Verde, realizado em sete municípios no extremo norte do estado de Mato Grosso.

As avaliações desses dois projetos se inserem na estratégia de se realizarem avaliações *ex post* dos projetos concluídos (cerca de dois ou três anos após a conclusão), sem prejuízo de que no futuro também se façam avaliações de conjuntos de projetos, em função do interesse em se analisar a efetividade do apoio do fundo a setores ou territórios ou segundo outro recorte específico. As duas avaliações independentes conduzidas em 2016 podem ser conferidas em sua íntegra na página do Fundo Amazônia na internet.<sup>29</sup>

A condução de avaliações de efetividade no âmbito do Fundo Amazônia tem as seguintes finalidades principais:

- auxiliar o Fundo Amazônia na prestação de contas a seus doadores sobre o tipo de projeto apoiado e seus impactos;
- possibilitar a aprendizagem institucional do próprio fundo, contribuindo para melhorar a qualidade dos projetos e a priorização dos investimentos, subsidiando, assim, a tomada de decisões;
- III. verificar a observância pelos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia das salvaguardas de Cancun acordadas no âmbito da UNFCCC para ações de REDD+; e
- IV. verificar o alinhamento dos projetos com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento.

Vale mencionar que em 2016 o KfW, banco de desenvolvimento alemão que doou ao fundo EUR 21 milhões, realizou uma avaliação *ex post* do Fundo Amazônia. O KfW ressalvou não se tratar de uma avaliação definitiva, já que o Fundo Amazônia continua a operar e conta com uma carteira de projetos que em sua maioria encontram-se em fase de execução.

O objetivo foi avaliar o conceito do Fundo Amazônia, bem como a orientação estratégica de sua carteira de projetos e seu mecanismo de alocação de recursos. Concluiu que o fundo se tornou um dos pilares de apoio ao PPCDAm, que seu portfólio de projetos implementa os elementos de uma estratégia

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> Disponível em: <a href="http://www.fundoamazonia.gov.br">http://www.fundoamazonia.gov.br</a>

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br>

REDD+ e que tem potencial para dar seguimento aos sucessos do Brasil no combate ao desmatamento e complementá-los com medidas de proteção florestal e de produção sustentável.

Nessa avaliação foram observados e classificados cinco aspectos sobre o funcionamento do fundo, a saber: relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade dos resultados. A média final desses aspectos atribuiu nota 2 na classificação geral da atuação do fundo, isto é, a segunda melhor nota em uma escala de 1 a 6. Isso significa, segundo essa avaliação do KfW, que o Fundo Amazônia teve um bom desempenho, totalmente em linha com as expectativas e sem quaisquer deficiências significativas.<sup>30</sup>

## Gestão de riscos do Fundo Amazônia

A gestão de riscos é parte integrante da gestão do Fundo Amazônia e dos projetos que apoia. Consideram-se riscos os fatores externos que possam influenciar negativamente a execução dos projetos ou a manutenção dos resultados alcançados pelo fundo.

Para a gestão de riscos do Fundo Amazônia, definiu-se o seguinte formato:

- apresentação dos riscos identificados com base no quadro lógico, partindo da lógica de intervenção representada pelo objetivo geral do Fundo Amazônia e seus objetivos específicos;
- avaliação no que diz respeito à probabilidade de ocorrência de cada risco identificado; e
- definição de medidas prevendo sua mitigação, quando possível, pelo Fundo Amazônia ou outros atores.

A gestão de riscos ocorre por meio da revisão periódica do comportamento tanto dos riscos quanto dos efeitos das medidas de mitigação. Na revisão dos riscos realizada em 2016 foi introduzido um novo risco ("novas estratégias e tecnologias são incorporadas pelos infratores para desmatar ilegalmente"), relacionado ao crescimento do crime ambiental pelo uso de recursos tecnológicos por esses criminosos para desmatar em áreas com menor risco de detecção de ilícitos ambientais. Adicionalmente foi reavaliado de médio para alto o grau do risco insuficiência das ações de fiscalização e repressão do desmatamento para assegurar a competividade da economia de base florestal sustentável, em decorrência do aumento de 29% do desmatamento ocorrido na Amazônia em 2016.

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> Disponível em: <a href="https://www.kfw-entwicklungsbank.de/PDF/Evaluierung/Ergebnisse-und-Publikationen/PDF-Dokumente-A-D\_EN/Brasilien\_Amazonienfonds\_2016\_E.pdf">https://www.kfw-entwicklungsbank.de/PDF/Evaluierung/Ergebnisse-und-Publikationen/PDF-Dokumente-A-D\_EN/Brasilien\_Amazonienfonds\_2016\_E.pdf</a>.

### Monitoramento e avaliação de resultados

OBJETIVO GERAL				
Lógica de intervenção	Riscos identificados	Probabilidade	Resposta/mitigação do risco	
Redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal	Fluxos migratórios na Amazônia pressionam o meio ambiente	0	Há uma frente pioneira que avança desmatando as florestas no oeste e sul do Pará e no sul do Amazonas, o denominado "arco do desmatamento", com a expansão das atividades agropecuárias. Outra pressão sobre a floresta são os grandes empreendimentos de infraestrutura na Amazônia, tais como hidrelétricas e o asfaltamento de rodovias, que têm provocado a migração de trabalhadores e facilitado o acesso a essa região.  O Fundo Amazônia apoia projetos para enfrentar essas pressões em todas as suas frentes. Em 2016 foram aprovados projetos de	
			monitoramento e repressão do desmatamento ilegal, bem como projetos que apoiam a consolidação da gestão de TIs que se encontram em área de influência dos grandes projetos de infraestrutura. O Fundo Amazônia continua avaliando o risco como médio.	
	Novas estratégias e tecnologias são incorporadas pelos infratores para desmatar ilegalmente		Os responsáveis pelo desmatamento têm ampliado sua capacidade com novas estratégias e a incorporação de novas tecnologias para desmatar ilegalmente, utilizando informações territoriais e sistemas de informações geográficas (SIG). A partir dessas atividades prévias de inteligência eles buscam, por exemplo, áreas desocupadas para desmatar com diversas finalidades (atividades madeireiras e agropecuárias).	
Redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal			É necessário acelerar o processo de destinação de glebas públicas (onde ocorreu 25% do desmatamento na Amazônia em 2016), bem como implementar em maior escala os instrumentos de controle ambiental, tais como o CAR (32% do desmatamento na Amazônia em 2016 ocorreu em áreas privadas).	
Š			O Fundo Amazônia vem apoiando sistematicamente o aperfeiçoamento das ferramentas de monitoramento do desmatamento com o uso de imagens de satélites, de forma que o desmatamento possa ser detectado em áreas em que ele não era visível anteriormente e em polígonos cada vez menores, além do apoio prioritário que vem dando ao CAR. O Fundo Amazônia avalia o risco como médio.	
Redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal	Mudanças na legislação ambiental brasileira reduzem a proteção da floresta		O novo Código Florestal (Lei 12.651/12) poderá gerar o reconhecimento de um excedente ambiental que permita o desmatamento legalizado na Amazônia. Por outro lado, esse normativo introduziu o CAR, os programas de regularização ambiental (PRA) e as cotas de reserva ambiental (CRA). Juntos, esses novos instrumentos deverão reduzir o desmatamento, promover a restauração de áreas alteradas e criar oportunidades de compensação financeira para os proprietários com ativos ambientais excedentes.	
			O Fundo Amazônia apoia a inscrição no CAR, registro eletrônico que tem efeito inibidor sobre o desmatamento ao integrar informações ambientais referentes aos estabelecimentos rurais. Também apoia a validação da inscrição no CAR pelos órgãos ambientais, uma etapa importante no processo de regularização dos produtores rurais, que sinaliza a sua utilização como instrumento de gestão e fiscalização ambiental.	
			Vários dos novos instrumentos de gestão ambiental introduzidos em 2012 encontram-se em fase de implementação, sendo cedo para avaliar os impactos dessa nova legislação no que tange à proteção das florestas. Portanto, o Fundo Amazônia continua avaliando o risco como médio.	
Redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal	Mudanças climáticas provocam a ocorrência de períodos de estiagem prolongada e incêndios florestais	•	As últimas projeções sobre as mudanças climáticas no Brasil produzidas pelo Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) preveem uma diminuição das chuvas no bioma Amazônia que levará a um aumento na intensidade do período seco e na frequência de fogo, tanto acidental como intencional. Já ocorreram duas secas severas, uma em 2005 e outra em 2010.	
		0	Para mitigar esse risco, o Fundo Amazônia, além de apoiar ações de conservação florestal e de repressão ao desmatamento, apoia também projetos de corpos de bombeiros militares na Amazônia, visando o fortalecimento da capacidade de prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas, bem como um projeto para o fortalecimento operacional do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo). O Fundo Amazônia continua avaliando o risco como alto.	

### Monitoramento e avaliação de resultados

COMPONENTE 1					
Lógica de intervenção	Riscos identificados	Probabilidade	Resposta/mitigação do risco		
			Em 2015 e 2016, o Brasil experimentou recessão econômica, e a economia regional da Amazônia desacelerou. A produção na indústria de transformação, as vendas no comércio e a construção civil sofreram retração, com aumento do desemprego. No entanto, a atividade econômica da região Norte, que é parte da Amazônia, começou a apresentar sinais de retomada gradual no segundo semestre de 2016.		
Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica na	Deterioração da conjuntura econômica prejudica o desenvolvimento da economia de base florestal sustentável		Apesar da grave crise econômica, as cadeias produtivas de base florestal apoiadas pelo fundo experimentaram crescimento de receita. As cadeias do açaí e da castanha-do-brasil tiveram em conjunto um crescimento de sua receita anual (ajustada pela inflação) de 6% entre 2014 e 2015.		
Amazônia Legal			O Fundo Amazônia tem apoiado a estruturação e a ampliação de cadeias produtivas de base florestal e a sustentabilidade ambiental das atividades agrícolas dos pequenos produtores rurais, além de contribuir, mediante o apoio a ações de monitoramento e estruturação dos órgãos ambientais, para a sustentabilidade ambiental do agrobusiness regional. Diante dessa conjuntura, o Fundo Amazônia avalia o risco como médio.		
		COM	1PONENTE 2		
Lógica de intervenção	Riscos identificados	Probabilidade	Resposta/mitigação do risco		
Ações governamentais asseguram a adequação das atividades antrópicas à legislação ambiental	Implementação de política de reforma agrária não alinhada com a política ambiental	<ul><li>O</li><li>O</li><li>O</li></ul>	Em análise preliminar do desmatamento por categoria de uso da terra, foi verificado que em 2016 os assentamentos da reforma agrária responderam por 29,9% da área total desmatada na Amazônia Legal, participação superior à média anual observada no período de 2004 a 2015 (24,5%), o que evidencia que os assentamentos são responsáveis em caráter crescente pelo aumento do desmatamento na Amazônia.  A atual política de reforma agrária visa contribuir para a diminuição do desmatamento em assentamentos e está alinhada com as principais políticas ambientais voltadas à preservação e ao uso sustentável das florestas da Amazônia, notadamente com o avanço das ações do Programa Assentamentos Verdes promovidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).  O Fundo Amazônia, por sua vez, tem contribuído para a mitigação desse risco por meio de projetos de apoio à implementação do CAR em áreas de assentamentos da reforma agrária e de projetos que apoiam a produção sustentável nessa categoria fundiária. Esse apoio deverá ser ampliado no curto prazo. O Fundo Amazônia continua avaliando o risco como médio.		
Ações governamentais asseguram a adequação das atividades antrópicas à legislação ambiental	Insuficiência das ações de fiscalização e repressão do desmatamento para assegurar a competividade da economia de base florestal sustentável		A repressão da extração madeireira ilegal, que apresenta menores custos frente às atividades legais, é um dos componentes fundamentais para que haja o desenvolvimento de uma economia madeireira legal e competitiva.  Para que essa repressão seja eficaz é necessário não só dar continuidade como ampliar a escala do combate à ilegalidade, implementando novas práticas de fiscalização e aperfeiçoando as tecnologias empregadas. Faz-se também necessário aumentar o nível de coordenação dos atores envolvidos nessas atividades de comando e controle.  O Fundo Amazônia tem apoiado, por meio de diversos projetos, ações de monitoramento, fiscalização e repressão de crimes ambientais. Em 2016 aprovou um novo projeto para apoiar as atividades do Ibama de fiscalização ambiental e controle do desmatamento na Amazônia Legal.  Diante da grande escala territorial da Amazônia, do recrudescimento do desmatamento que cresceu 29% em 2016, e, especialmente, das restrições fiscais impostas aos governos em decorrência da recessão econômica, o Fundo Amazônia reavalia esse risco como alto.		

# Monitoramento e avaliação de resultados

COMPONENTE 3				
Lógica de intervenção	Riscos identificados	Probabilidade	Resposta/mitigação do risco	
Área da	Crescimento da	0	Entre 2009 e 2015, a área dedicada à plantação de soja nos municípios da Amazônia Legal cresceu 66% (de 6,7 milhões para 11,2 milhões de hectares) e o rebanho bovino foi ampliado em 12% (de 74 milhões para 84 milhões de cabeças). Nesse mesmo período, a taxa de desmatamento anual na Amazônia Legal foi reduzida em aproximadamente 17%, ficando em 6.207 km² (620 mil hectares) no ano de 2015.	
Amazônia Legal demanda por novas terras para cultivo e pastagem	0	O Fundo Amazônia tem apoiado ações de monitoramento e controle do desmatamento, desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis de base florestal e regularização ambiental dos estabelecimentos rurais na Amazônia, bem como ações que contribuem para a melhoria da produtividade da agropecuária, como a implantação de unidades demonstrativas de boas práticas para pecuária de leite e corte e o aprimoramento da prática do manejo de pastagens. O Fundo Amazônia continua avaliando o risco como médic		

COMPONENTE 4					
Lógica de intervenção	Riscos identificados	Probabilidade	Resposta/mitigação do risco		
			O número de doutores por mil habitantes na Amazônia é significativamente mais baixo do que no restante do país. O número de grupos de pesquisa também é o mais baixo se comparado a outras regiões do Brasil. A Amazônia continua carente de investimentos em atividades científicas e tecnológicas.		
Atividades de ciência, tecnologia e inovação contribuem para a recuperação, a conservação e o uso sustentável da Amazônia Legal	Evasão da região de quadros técnicos qualificados e pesquisadores		Em 2016 o Fundo Amazônia deu continuidade ao apoio para o desenvolvimento científico e tecnológico e à fixação de pesquisadores na região por meio do financiamento para promover a produção e a disseminação de conhecimentos e tecnologias voltados para a recuperação, conservação e uso sustentável da biodiversidade da Amazônia Legal; para produzir informações acerca dos recursos florestais, estoques de carbono e uso do território pelas populações da região; e para a produção e difusão de tecnologias para o processamento de imagens de radar e para o desenvolvimento de outros conhecimentos e tecnologias para o monitoramento da Amazônia.		
			É lento o processo de fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura de ciência, tecnologia e inovação na Amazônia. Portanto, mantémse significativo o risco de evasão da região de quadros técnicos qualificados e pesquisadores. O Fundo Amazônia avalia que o risco continua sendo médio.		



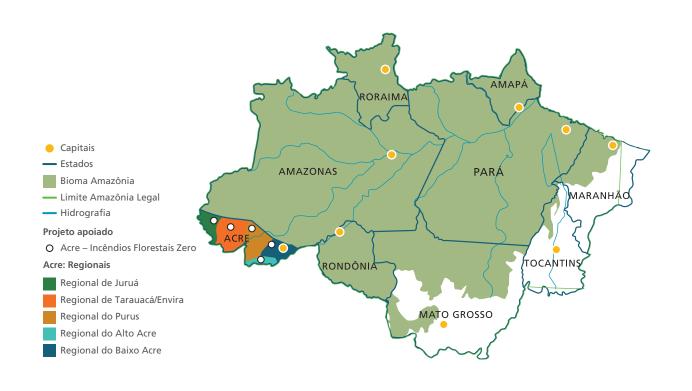


Projetos concluídos

# Projetos concluídos em 2016

# **Acre: Incêndios Florestais Zero**

Militar do Estado  ABRANGÊNCIA  TERRITORIAL  Estado do Acre	Corpo de Bombeiros o do Acre (CBMAC) <sup>31</sup>	População do estado do Acre  OBJETIVO  Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Acre		VALOR TOTAL DO PROJETO R\$ 13.337.700,00  VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA R\$ 13.280.700,00  PERÍODO DE EXECUÇÃO 3° trimestre 2012 a 4° trimestre de 2016
EVOLUÇÃO DO PRO	DJETO			THE RESERVE OF THE PARTY OF THE
DATA DA APROVAÇÃO	DATA DA CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO		ESEMBOLSADO EM RELAÇÃO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA
8.5.2012	5.7.2012	R\$ 13.280.700,00	100%	ALC: NO COLOR STREET, STREET, ST. ST.



<sup>31 &</sup>lt;www.bombeiros.ac.gov.br>

### Contextualização

Em 2005, ocorreram milhares de incêndios florestais no estado do Acre, impulsionados pela severa seca que atingiu seu território. Estima-se que, nesse ano, uma área superior a 337 mil hectares de florestas foi impactada com incêndios na região leste do estado. Em 2010, o estado decretou situação de alerta ambiental, em razão da elevada incidência de incêndios florestais e queimadas descontroladas em seu território.<sup>32</sup>

Acredita-se que essas ocorrências estejam relacionadas ao aquecimento global e seus impactos na frequência e intensidade das chuvas. Cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) concluíram, a partir da análise de uma série histórica de dados de pluviosidade na região da bacia amazônica, com medições desde 1902, que a seca de 2010 foi a mais drástica já registrada, superando a de 2005, até então considerada a maior do século na Amazônia.<sup>33</sup>

Em face dessa realidade, foi lançado, em 2011, pelo governo do estado, o Plano Integrado de Prevenção, Controle e Combate às Queimadas e aos Incêndios Florestais do Estado do Acre, com o objetivo de promover a integração das instituições federais, estaduais, municipais, da iniciativa privada, bem como da sociedade em geral, para o desenvolvimento de ações de prevenção, controle e combate às queimadas e aos incêndios florestais no estado do Acre.

Esse plano prevê ampla gama de medidas para a prevenção e o combate de queimadas descontroladas e incêndios florestais, incluindo ações educativas da população rural para o uso de técnicas alternativas ao fogo na prática agropastoril; o apoio à formação de brigadas civis e a execução de ações de combate ao fogo pelo Corpo de Bombeiros Militar do estado do Acre (CBMAC).

## O projeto

O projeto contribuiu para a estruturação dos batalhões de Educação, Proteção e Combate a Incêndios Florestais do CBMAC, localizados nas cinco regiões do estado, por meio da aquisição de veículos especiais, tanques-reboque, *kits* de combate a incêndios florestais e outros equipamentos. Foram também capacitados oficiais do CBMAC em perícia, auditoria e gestão ambiental por meio de curso de pós-graduação universitária, além de capacitados brigadistas civis em técnicas de prevenção e combate a queimadas e incêndios florestais.

# Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente "monitoramento e controle" (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seu objetivo específico, que definiu os impactos imediatos que o projeto buscou alcançar, foi definido como:

<sup>32</sup> Fonte: Plano Integrado de Prevenção, Controle e Combate às Queimadas e aos Incêndios Florestais do Estado do Acre.

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> Ver <a href="http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod\_Noticia=2639">http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod\_Noticia=2639</a>.

"Corpo de Bombeiros Militar do Acre (CBMAC) mais bem estruturado para o monitoramento e combate ao desmatamento provocado por incêndios florestais e queimadas não autorizadas".

A severidade e frequência de incêndios florestais e queimadas estão relacionadas com a ocorrência de períodos prolongados de seca, o emprego do fogo nas atividades produtivas e, ainda, como uma das etapas do desmatamento ilegal para a grilagem de terras,<sup>34</sup> quando após a remoção das árvores de maior porte (e valor) o fogo é utilizado para a abertura de novas áreas para fins agropastoris.

A estruturação do CBMAC para o aprimoramento e ampliação de ações de monitoramento e combate a incêndios florestais e a formação de brigadistas civis em técnicas de prevenção e combate a incêndios florestais contribuem diretamente para a redução da perda de cobertura vegetal decorrente de incêndios florestais e queimadas. Isso por sua vez contribui para o objetivo geral do Fundo Amazônia de "redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na região amazônica".

#### **OBJETIVO GERAL**

# Componente Monitoramento e Controle (2)

Ações do governo do estado do Acre asseguram a adequação das atividades antrópicas à legislação ambiental

### **OBJETIVO ESPECÍFICO (2.1)**

Corpo de Bombeiros Militar do Acre CBMAC mais bem estruturado para o monitoramento e combate ao desmatamento provocado por incêndios florestais e queimadas não autorizadas

### PRODUTOS E SERVÇOS

Capacitação do gestores do CBMAC em cursos de pós-graduação em Ciências Ambientais e de cidadãos em técnicas de combate ao fogo para formação de brigadas civis

### PRODUTOS E SERVÇOS

Estruturação física e operacional do batalhões terrestres do CBMAC para monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento, queimadas não autorizadas e incêndios florestais

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> Grilagem de terras, no Brasil, é a prática ilegal de tomar posse de terras devolutas – públicas – ou de terceiros, incluindo, muitas vezes, a falsificação de documentos.

### Atividades realizadas

Visando contribuir para a estruturação dos Batalhões de Educação, Proteção e Combate a Incêndios Florestais do CBMAC, foram adquiridos com recursos do projeto 11 caminhões pesados autoflorestais, para o transporte de água e de combatentes; 20 caminhonetes; 20 motocicletas; 21 tanques-reboque, com capacidade de 1.200 litros de água, e sete reboques para transporte de material. Foram também adquiridos 21 *kits* móveis de combate a incêndio, com capacidade para 600 litros de água, além de 500 *kits* de emprego individual e coletivo e 500 *kits* de equipamentos de proteção individual, bem como um ônibus especial para o transporte da tropa.

Foram capacitados, como contrapartida do estado do Acre, cinco gestores do CBMAC, que concluíram o curso de pós-graduação em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental na União Educacional do Norte (Uninorte).

O CBMAC realizou também ações de mobilização e treinamento de produtores rurais em técnicas de prevenção e combate ao fogo, para a formação de brigadas civis. Foram ainda entregues equipamentos aos brigadistas (enxadas, rastelos, abafadores e bombas costais), para utilização na primeira intervenção a possíveis incêndios florestais.

### Aspectos institucionais e administrativos

A prevenção e o combate às queimadas e aos incêndios florestais dependem da ação integrada de órgãos públicos das diversas esferas de governo, com a necessária mobilização da sociedade civil. Em 2013 foi criada pelo estado do Acre a Unidade de Situação de Monitoramento de Eventos Hidrometeorológicos, isto é, um centro operacional cujo objetivo é identificar possíveis ocorrências de eventos críticos pelo monitoramento diário de tempo, clima, níveis de rios e focos de calor em todo o território do Acre. As informações e os dados recepcionados pelas plataformas de coleta são processados, analisados e direcionados pela Unidade de Situação para o CBMAC e para a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, para tomada de decisão.

Participam da gestão dessa unidade de situação as seguintes entidades: Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (Funtac), por intermédio da Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto (Ucegeo), Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), CBMAC, Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec), Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac) e as instituições membros da Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais (CEGdRA), como colaboradoras. Registre-se que a estruturação da Unidade de Situação contou com o apoio financeiro do Fundo Amazônia, por meio do projeto Valorização do Ativo Ambiental Florestal, em fase adiantada de execução pelo estado do Acre.

### Indicadores de resultados e impactos

As atividades do projeto contribuíram para os resultados da componente "monitoramento e controle" (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

### Componente Monitoramento e Controle (2)

Objetivo específico 2.1: Corpo de Bombeiros Militar do Acre (CBMAC) mais bem estruturado para monitoramento e combate ao desmatamento provocado por incêndios florestais e queimadas não autorizadas.

Os principais indicadores pactuados para o monitoramento desse objetivo foram:

- Número de brigadistas civis capacitados (indicador de produto)
   Foram capacitados 1.815 indivíduos em técnicas de prevenção e combate a queimadas e incêndios florestais para formação de brigadas civis, superando a meta prevista de 1.000.
- Número de incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos pelos parceiros sem a presença do CBMAC (indicador de impacto)
  No período de 2012 a 2015, foram contabilizados 1.219 incêndios florestais ou queimadas não autorizadas que foram identificados e combatidos por brigadistas civis capacitados e/ou equipados pelo CBMAC no âmbito do projeto. Este indicador sugere que as parcerias com municípios na formação de brigadas locais de incêndio, além dos esforços de outras instituições participantes do Plano Integrado de Prevenção, Controle e Combate às Queimadas e aos Incêndios Florestais do Estado do Acre, têm apresentado efeito positivo.
- Número de servidores capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (indicador de impacto)
   Foram capacitados cinco oficiais do CBMAC em perícia, auditoria e gestão ambiental por meio de curso de pós-graduação universitária, sendo que todos os cinco oficiais estão utilizando os conhecimentos adquiridos em suas atividades na corporação de bombeiros.
- Número de focos de calor (impacto)

Em 2015, foram contabilizados 5.512 focos de calor no estado do Acre, com base nos pontos identificados pelo satélite de referência (AQUA) do Banco de Dados de Queimadas do Inpe/CPTEC. Como linha de base desse indicador tem-se 4.131 focos de calor, apurados considerada a média de focos de calor no estado do Acre dos dez anos anteriores a 2012, primeiro ano de implementação do projeto. Portanto, verificou-se que no período de implementação do projeto houve um aumento de 33% no número de focos de calor no estado do Acre.

O crescimento ou a redução do número de focos de calor no estado do Acre não está preponderantemente relacionado à atuação do CBMAC, sendo este um indicador influenciado especialmente por questões climáticas, variando muito de um ano para o outro em função de períodos de seca ou de elevada pluviosidade. Entretanto, o projeto também atuou na disseminação de técnicas de prevenção de incêndios florestais e queimadas, o que contribui para a redução dos focos de calor. Nesse contexto, o indicador em tela não é um indicador suficiente para

aferir a efetividade do projeto apoiado pelo Fundo Amazônia, sendo, todavia, uma referência para os demais indicadores do projeto.

- Número de focos de calor verificados pelo CBMAC (impacto)
  Em 2015, foram contabilizados 2.052 focos de calor que foram verificados in loco pelo CBMAC no estado do Acre. Essa verificação, realizada pelo CBMAC, consistiu em apurar se os focos de calor identificados pelo monitoramento remoto de fato representavam um incêndio florestal ou queimada não autorizada. Considerando que no ano de 2011 haviam sido verificados 562 focos de calor, constata-se que, com a implementação do projeto, ocorreu uma melhora significativa na capacidade de verificação dos bombeiros, que mais que triplicou no período.
- Número de incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos diretamente pelo CBMAC (impacto)
  Em 2015, foram contabilizados 1.026 incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos diretamente pelo CBMAC vis-à-vis 281 ações de combate em 2011 (marco zero). Essa evolução evidencia que a capacidade de resposta com o combate direto aos incêndios florestais e queimadas também mais do que triplicou no período de implementação do projeto. Em termos absolutos, somente em 2015 foram combatidos 745 queimadas ou incêndios florestais a mais que no ano de 2011, ano anterior ao início do projeto apoiado pelo Fundo Amazônia.

Ainda não se encontra disponível informação oficial que avalie o tamanho das áreas queimadas anualmente na Amazônia, porém há previsão de que o Inpevenha a disponibilizar essa informação no futuro.

Analisando-se as ações apoiadas pelo projeto e os resultados monitorados, verifica-se que o CBMAC está mais bem aparelhado com recursos operacionais e mais bem articulado com outros órgãos públicos para atuar na prevenção e combate a queimadas e incêndios florestais.

Esse fato se evidencia especialmente pela ampliação substantiva de sua capacidade de verificação da natureza dos focos de calor e pela ampliação de sua atividade de combate direto aos incêndios florestais e queimadas. O maior engajamento da sociedade civil, por meio da formação de brigadistas, também foi um resultado importante do projeto, que se traduziu no combate a 411 incêndios florestais ou queimadas por essas brigadas civis somente em 2015. O conjunto desses indicadores sugere que o projeto foi exitoso ao contribuir expressivamente para a prevenção e o combate aos incêndios florestais e queimadas, o que por sua vez contribuiu para reduzir a perda de cobertura vegetal pelo fogo.

# Lições aprendidas

A obtenção de bons resultados no projeto requereu a articulação do CBMAC com outras instituições envolvidas no combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas, tais como o Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), as secretarias de Meio Ambiente

municipais, os órgãos ambientais do estado do Acre etc., que trabalhando em conjunto puderam desenvolver ações mais eficazes de prevenção e combate ao fogo.

No que tange ao monitoramento dos impactos do projeto, foi identificado que há variáveis que podem distorcer a medição dos resultados alcançados, tais como períodos de seca, que variam ciclicamente e estão fora de controle dos agentes públicos responsáveis pelo combate ao fogo. Essa característica impacta a dinâmica de alguns indicadores, que não devem ser analisados isoladamente.

E, ainda, o treinamento de voluntários, formando brigadas nas zonas rurais para a prevenção e o combate a incêndios florestais e queimadas, promove diretamente a redução do desmatamento e a conscientização ambiental quanto às más consequências do uso indiscriminado das queimadas para a limpeza dos roçados. Essas são ações complementares fundamentais para a prevenção dos incêndios florestais e das queimadas, sendo necessária a articulação com as secretarias dos municípios para realizar um trabalho de divulgação e envolvimento das populações locais.

### Sustentabilidade dos resultados

A sustentabilidade em longo prazo dos resultados alcançados com o apoio do Fundo Amazônia depende das condições orçamentárias do estado do Acre, a quem cabe a manutenção dos principais equipamentos adquiridos no âmbito do projeto, bem como prover os recursos de custeio do CBMAC.

Grande parte dos investimentos do projeto concentrou-se na aquisição de veículos especiais, tanques-reboque etc., que requerem manutenção e, no futuro, renovação da frota. Em períodos de crise fiscal, como a vivida no momento pela maioria dos estados brasileiros por conta da forte retração da economia nacional, surgem restrições na capacidade de investimento dos órgãos de governo. Caso essa situação se prolongue, pode vir a prejudicar os resultados alcançados pelo projeto. Todavia, esse não é o cenário mais provável, haja vista a gradual melhora das expectativas dos agentes econômicos no início de 2017.

O apoio das populações locais nos municípios rurais, treinadas para a prevenção e o combate a incêndios florestais em sua fase inicial, é um elemento que contribuirá para a redução das áreas queimadas, o que deve se sustentar mesmo após a conclusão do projeto e praticamente independe de novos aportes de recursos públicos.

Por fim, apesar do expressivo progresso já obtido com o apoio do Fundo Amazônia, entende-se que resta ampliar ainda mais a capacidade de resposta do CBMAC, para que este esteja estruturado para realizar ações de verificação da natureza dos focos de calor apontados pelos sistemas de monitoramento e adequadamente aparelhado, com recursos humanos e materiais, para combater todos os incêndios florestais e queimadas não autorizadas identificados.

### Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia

#### RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)<sup>35</sup>

### ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Todos os estados do bioma Amazônia

### **EVOLUÇÃO DO PROJETO**

DATA DA APROVAÇÃO 2.8.2011 DATA DA CONTRATAÇÃO

9.12.2011

### BENEFICIÁRIOS

R\$ 2.704.084,90

UFPA, comunidade científica e população da Amazônia Legal

### **OBJETIVO**

Desenvolver projeto interdisciplinar de pesquisa sobre os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica da Amazônia, no âmbito da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, vinculada ao Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 2.704.084,90

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

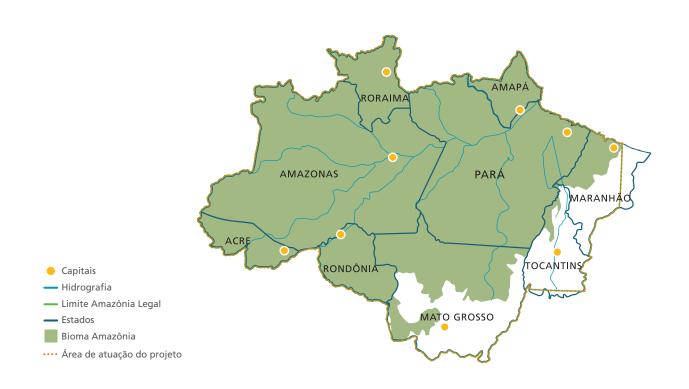
R\$ 2.704.084,90

### PERÍODO DE EXECUÇÃO

2° trimestre 2012 a 2° trimestre de 2016

VALOR TOTAL VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO
DESEMBOLSADO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

100%



<sup>35 &</sup>lt;www.naea.ufpa.br> e <www.amazonia.ufpa.br/ippa/menu/149>

### Contextualização

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é um núcleo de pós-graduação vinculado à UFPA, cujas três grandes linhas de pesquisa são: Sociedade, Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas; Economia Regional e Desenvolvimento Sustentável e, por último, Gestão Ambiental e Manejo de Ecossistemas.

Adicionalmente, o NAEA é responsável pela secretaria executiva do Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, que congrega programas de pós-graduação dos nove estados da Amazônia nas temáticas de políticas públicas e de desenvolvimento sustentável regional.

Vinculada a esse fórum está a Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, cuja missão é contribuir para a concepção, a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável para a região, apoiada nos conhecimentos científicos e tradicionais e na participação qualificada dos atores regionais. O projeto Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia foi coordenado pelo NAEA e implementado no âmbito dessa incubadora, tendo envolvido universidades públicas dos nove estados que compõem a Amazônia Legal.

### O projeto

O projeto promoveu pesquisa interdisciplinar sobre os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica da Amazônia. A primeira etapa da pesquisa foi realizada em todos os estados da Amazônia Legal a partir de dados de fontes secundárias e gerou indicadores e informações que apontaram as mesorregiões, em cada um desses estados, com maior vulnerabilidade socioambiental. A ideia de vulnerabilidade socioambiental incorpora os diversos aspectos econômicos, sociais, político-institucionais e ambientais que determinam a capacidade da mesorregião para evitar o desmatamento e articular seu desenvolvimento sustentável.

Na segunda etapa da pesquisa foram conduzidas atividades de pesquisaação<sup>36</sup> em conjunto com representantes de instituições sociais, econômicas, educacionais e políticas locais, visando a caracterização do sistema ecológico, econômico e social; a avaliação da dinâmica socioeconômica; a avaliação das experiências recentes de gestão e manejo de recursos naturais de cada mesorregião; e a proposta de ações prioritárias para superar os problemas identificados.

# Lógica de intervenção

O projeto apoiado se inseriu na componente "desenvolvimento científico e tecnológico" (4) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seu objetivo específico, que definiu os impactos imediatos que o projeto buscou alcançar,

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> Metodologia de pesquisa que busca a realização de diagnósticos e a construção de soluções para problemas de modo colaborativo e participativo, envolvendo os pesquisadores e os atores locais interessados na solução dos problemas que emergem em um dado contexto.

foi definido da seguinte forma: "capacidade e desempenho das organizações públicas e privadas que atuam na prevenção do desmatamento e na gestão socioambiental dos estados e municípios amazônicos fortalecidos" (4.2).

Ao investigar os impactos da expansão da fronteira econômica nos nove estados da Amazônia Legal e ao aplicar a metodologia denominada "pesquisa-ação" nas mesorregiões identificadas consideradas de maior vulnerabilidade socioambiental, o projeto produziu informações e identificou ações prioritárias para reduzir a vulnerabilidade dessas mesorregiões, bem como catalisou processos coletivos que contribuem para a prevenção e a redução do desmatamento na Amazônia, objetivo maior do Fundo Amazônia.

#### OBJETIVO GERAL

# Componente Desenvolvimento Científico e Tecnológico (4)

Atividades de ciência, tecnologia e inovação contribuem para a recuperação, conservação e uso sustentável do bioma

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO (4.2)**

Capacidade e desempenho das organizações públicas e privadas que atuam na prevenção do desmatamento e na gestão socioambiental dos estados e municípios amazônicos fortalecidos

### **PRODUTOS E SERVÇOS**

Produto 1: Pesquisa interdisciplinar sobre os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica nos nove estados da Amazônia Legal

### PRODUTOS E SERVÇOS

Produto 2: "Pesquisa Ação" sobre os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica na mesorregião identificada na pesquisa do Produto 1 como sendo a de maior vulnerabilidade socioambiental de cada um dos nove estados da Amazônia Legal

### Atividades realizadas

O projeto permitiu a implementação de pesquisa que abrangeu, de forma integrada, os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica nos nove estados da Amazônia Legal. Os resultados da pesquisa foram consolidados em livros organizados sob a forma de uma coletânea denominada Formação Regional da Amazônia, composta por quatro volumes, a saber: 1. Formação institucional da Amazônia; 2. Formação socioeconômica da Amazônia; 3. Formação socioambiental da Amazônia; e 4. Sustentabilidade dos municípios da Amazônia.

Integraram a pesquisa as atividades de identificação, caracterização e análise da capacidade e do desempenho das instituições que operam a gestão socioambiental nos estados da Amazônia Legal, por meio de seu mapeamento institucional, no período 1960-2010. Os resultados desse trabalho foram consolidados no livro 1 da mencionada coletânea.

Foi desenvolvida uma avaliação da relação entre desenvolvimento institucional, desenvolvimento econômico, qualidade de vida e desmatamento na Amazônia, por meio da análise da dinâmica socioeconômica e dos impactos ambientais decorrentes do processo de expansão da fronteira econômica brasileira nos nove estados da Amazônia Legal, no período 1960-2010. Para tanto, foram produzidos dez estudos, sendo um referente à Amazônia brasileira e nove referentes a cada um dos estados da região amazônica. Esses estudos foram consolidados no livro 2 da referida coletânea.

Foram também realizados dez estudos de identificação, caracterização e análise das áreas legalmente protegidas (inclusive terras indígenas) e das iniciativas públicas e privadas de conservação e gestão dos recursos naturais, sendo um referente à Amazônia e nove referentes a cada um dos estados que a constitui. Esses estudos constam no terceiro volume da coletânea.

Ainda no âmbito da primeira etapa da pesquisa, foi estruturado e calculado o Índice de Sustentabilidade dos Municípios Amazônicos (Isma) para os municípios amazônicos. Esse índice, que aponta o grau de vulnerabilidade socioambiental dos municípios, foi calculado por meio da ponderação de uma série de indicadores, divididos em quatro dimensões: econômica; ambiental; político-institucional e sociocultural. A metodologia, dimensões e indicadores que compõem o Isma, bem como seu cálculo para os municípios da Amazônia Legal relativo a 2010, constam do volume 4.

A partir da definição do Isma e de sua combinação com as demais análises da pesquisa, foram identificadas as mesorregiões mais críticas em cada estado da Amazônia Legal, isto é, as mesorregiões mais vulneráveis à ocorrência do desmatamento e da degradação ambiental, bem como foi eleito um municípiobase a partir do qual foi realizada a segunda etapa da pesquisa.

As mesorregiões estaduais mais críticas e os municípios-base selecionados foram os seguintes: Acre (Vale do Juruá – município de Cruzeiro do Sul); Amapá (Norte do Amapá – município de Oiapoque); Amazonas (Sul Amazonense – município de Lábrea); Mato Grosso (Norte Matogrossense – município de Alta Floresta); Maranhão (Centro Maranhense – município de Grajaú); Pará (Marajó – município de Breves); Rondônia (Madeira-Guaporé – município de Guajará Mirim); Roraima (Sul – município de Mucajaí); Tocantins (Ocidental – município de Tocantinópolis).

Na segunda etapa da pesquisa, denominada pesquisa-ação, foram constituídos comitês gestores locais da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia mediante a mobilização dos atores sociais de cada mesorregião. Esses comitês contaram com a participação dos pesquisadores e de diversos atores regionais, entre os quais, representantes do meio acadêmico das mesorregiões mais vulneráveis; das prefeituras dos municípios localizados nessas mesorregiões; do poder legislativo desses municípios; de organizações dos governos estaduais e federal com atuação nessas mesorregiões; de povos indígenas, comunidades

quilombolas, associações produtivas, sindicatos de produtores rurais e outras organizações da sociedade civil atuantes nessas mesorregiões.

Nesse processo colaborativo foram identificados os principais problemas das dimensões político-institucional, econômica, sociocultural e ambiental das nove mesorregiões, bem como propostas ações prioritárias para superar seus problemas. Na dimensão econômica, por exemplo, foram ainda identificados os principais produtos e cadeias econômicas dessas mesorregiões com elevada potencialidade de expansão econômica. Para tanto foram avaliadas, entre outras, a existência de demanda pelo mercado consumidor dos produtos e serviços dessas mesorregiões, a viabilidade ambiental de sua exploração em larga escala e a existência de capital social para seu desenvolvimento.

Ressalte-se que a metodologia da pesquisa-ação aproximou os pesquisadores dos atores locais, ao realizar eventos com a participação das comunidades locais e suas diferentes organizações representativas, sendo dada oportunidade a essas comunidades de discutirem seus problemas de forma coletiva. Isso possibilitou um melhor entendimento dos problemas, bem como uma avaliação de sua magnitude em função de quão reiterada foi sua abordagem pelos diversos públicos.

Os resultados da pesquisa-ação sobre a sustentabilidade dos municípios e a vulnerabilidade das nove mesorregiões constam do volume 4 da coletânea Formação Regional da Amazônia, no qual também se encontram informações sobre o Isma e os dados de seu cálculo para 711 municípios da Amazônia Legal relativo ao ano de 2010.

### Aspectos institucionais e administrativos

O projeto motivou a formalização de cooperação técnica entre o NAEA, da Universidade Federal do Pará, e outros vinte programas de pós-graduação com foco em desenvolvimento regional sustentável de 11 universidades da Amazônia Legal: Universidade Federal do Pará; Universidade Federal do Amazonas; Universidade Federal de Mato Grosso; Universidade Federal do Amapá; Universidade Federal de Rondônia; Universidade Federal do Tocantins; Universidade Federal do Acre; Universidade Federal de Roraima; Universidade Estadual de Mato Grosso; Universidade Estadual do Maranhão e Universidade da Amazônia. Essa cooperação viabilizou a institucionalização da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, em solenidade pública que ocorreu na Universidade Federal do Pará, em 2011.

Além da formalização da rede entre as universidades, foi instituído um comitê gestor do projeto, integrado por um coordenador-geral e nove coordenadores dos núcleos regionais da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, entre outros.

### Indicadores de resultados e impactos

As atividades do projeto contribuíram para os resultados da componente "Desenvolvimento Científico e Tecnológico" (4) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

### Componente Desenvolvimento Científico e Tecnológico (4)

Objetivo Específico 4.2: Capacidade e desempenho das organizações públicas e privadas que atuam na prevenção do desmatamento e na gestão socioambiental dos estados e municípios amazônicos fortalecidos

Os principais indicadores de produtos pactuados para o monitoramento desse objetivo foram:

- Número de estados da Amazônia Legal com identificação, caracterização e análise da capacidade e do desempenho das instituições que operam sua gestão socioambiental.
- Número de estados da Amazônia Legal com avaliação da relação entre desenvolvimento institucional, desenvolvimento econômico, qualidade de vida e desmatamento.
- Número de estados da Amazônia Legal com identificação, caracterização e análise preliminar das áreas legalmente protegidas e das iniciativas públicas e privadas de gestão dos recursos naturais e produção sustentável.
- Número de mesorregiões da Amazônia Legal com caracterização do sistema ecológico, econômico e social.
- Número de mesorregiões da Amazônia Legal com avaliação de sua dinâmica socioeconômica.
- Número de mesorregiões da Amazônia Legal com avaliação das experiências recentes de gestão e manejo de recursos naturais.
- Número de indicadores socioambientais desenvolvidos com valores de linha de base.
  - Foi comprovada a realização da pesquisa em todas suas dimensões nos nove estados da Amazônia Legal, conforme metas estabelecidas pelo projeto, bem como construído e calculado o Índice de Sustentabilidade dos Municípios Amazônicos (Isma). O conjunto desses resultados foi consolidado em quatro livros organizados sob a forma de uma coletânea denominada Formação Regional da Amazônia.
- Número de representantes das instituições sociais, econômicas, educacionais e políticas responsáveis pelo desenvolvimento sustentável da região envolvidos nas atividades da pesquisa-ação (indicador de produto).
   Participaram ativamente da pesquisa-ação 285 representantes de instituições regionais responsáveis pelo desenvolvimento sustentável na região.

Os principais indicadores de impactos pactuados para o monitoramento desse objetivo foram:

 Número de comitês regionais da incubadora implantados nas mesorregiões da Amazônia. Foram implantados nove comitês regionais da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia.

 Número de pesquisadores e técnicos envolvidos nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) fixados na região.

Foram fixados cinquenta pesquisadores e técnicos durante a realização da pesquisa, trabalhando em todos os nove estados da Amazônia brasileira.

Número de publicações pedagógicas ou informativas.

Foram publicados quatro livros organizados sob a forma de uma coletânea denominada Formação Regional da Amazônia.

 Número de eventos integradores (seminários e fóruns) exclusivamente dedicados à divulgação dos resultados da pesquisa.

Foram realizados dois eventos integradores exclusivamente dedicados à divulgação dos resultados da pesquisa, a saber: (i) II Congresso Amazônico de Desenvolvimento Sustentável, Palmas (TO), 24 a 26 de outubro de 2012, campus da Universidade Federal de Tocantins; e (ii) III Congresso Amazônico de Desenvolvimento Sustentável, Cuiabá (MT), 19 a 22 de novembro de 2014, campus da Universidade Federal de Mato Grosso.

O conjunto dos indicadores acompanhados evidencia que o projeto Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, coordenado pelo NAEA e implementado no âmbito dessa incubadora, logrou alcançar seus objetivos, produzindo pesquisa de qualidade documentada em coletânea de livros disponibilizada à academia, gestores e público em geral. Ademais, por meio de eventos integradores, foi dada ampla divulgação aos resultados alcançados, inclusive com a disponibilização de um sistema de indicadores de sustentabilidade dos municípios da Amazônia que foi desenvolvido e calculado no âmbito da pesquisa.

Por fim, o projeto apoiado viabilizou a implantação de nove comitês regionais da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, promovendo maior integração das universidades e centros de pesquisa com os demais atores da região, ampliando a capacidade regional de concepção, formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

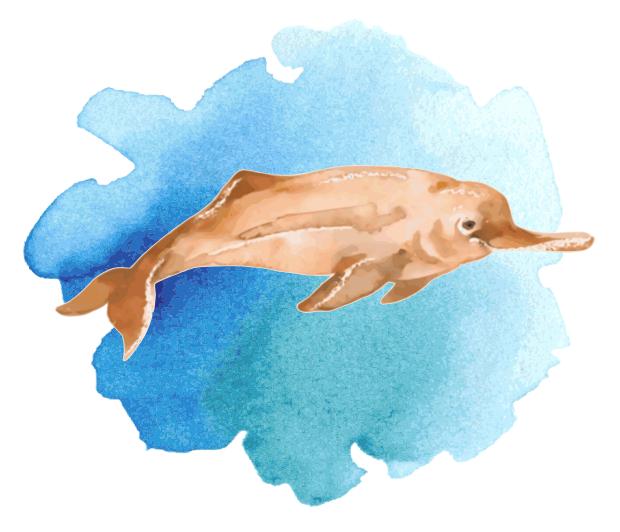
Ademais, os conhecimentos gerados por essa pesquisa estão disponíveis para utilização pelas partes interessadas no desenvolvimento da região amazônica, já tendo inclusive subsidiado o trabalho desenvolvido pelo próprio Fundo Amazônia em seu processo de análise e concessão de apoio financeiro a projetos.

### Lições aprendidas

Foi verificado que é possível promover a aproximação entre a academia regional e a sociedade da Amazônia por meio da articulação sistemática e permanente das universidades com as três esferas de governo que atuam na região, com o setor produtivo e com a sociedade civil. A pesquisa e a institucionalização da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia deu início a um processo de integração e compartilhamento do conhecimento da academia com esses atores.

### Sustentabilidade dos resultados

O projeto contribuiu para a expansão e consolidação da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia ao promover o fortalecimento de suas atividades nos nove estados da Amazônia Legal brasileira. Promoveu também a construção de uma governança democrática nas mesorregiões mais vulneráveis ambientalmente a partir da articulação estabelecida com os diversos públicos dessas regiões. Essa organização e articulação regional resultante do projeto também é um de seus legados, sendo provável que dê novos frutos mesmo depois de concluído o apoio do Fundo Amazônia.



# Projetos concluídos até 2015

Além dos projetos concluídos em 2016, há outros dez projetos apoiados pelo Fundo Amazônia encerrados até o ano de 2015, que se encontram listados a seguir. Informações detalhadas sobre esses projetos bem como seus resultados e impactos podem ser conferidos nos relatórios de atividades do Fundo de Amazônia de 2013, 2014 e 2015 e também no *site* <fundoamazonia.gov.br>.

Projetos/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Ilhas de Belém Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Estado do Pará	Implementar metodologia para apoio à formulação de zoneamento econômico e ambiental em escala local de ilhas situadas no entorno da cidade de Belém e ampliar a infraestrutura de pesquisa do Programa de Pósgraduação de Ecologia Aquática e Pesca da UFPA.	17.01.2012	1.138.083,93
Preservar Porto dos Gaúchos Município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso	Município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso	Fortalecer a gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.	22.03.2011	120.655,00
Nova Cartografia Social na Amazônia Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Todos os estados do bioma Amazônia	Desenvolver projeto interdisciplinar de pesquisa sobre os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica da Amazônia, no âmbito da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, vinculada ao Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia	30.11.2010	4.614.587,03
Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável Instituto Floresta Tropical	Estados do Pará, Amazonas e Rondônia	Apoiar a expansão da prática de manejo florestal sustentável por meio de ações de capacitação técnica, sensibilização dos atores-chave e dos trabalhadores e da pesquisa aplicada.	23.11.2010	7.449.000,00
Olhos d'Água da Amazônia Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso	Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no município, por meio da realização do diagnóstico ambiental e da viabilização do processo de registro das pequenas propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), além de promover ações de fomento à recuperação de áreas de preservação permanente degradadas próximas às nascentes localizadas nas pequenas propriedades.	17.08.2010	2.781.340,40

(Continua)

### (Continuação)

Projetos/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – Fase 2 Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	Todos os estados do bioma Amazônia	Apoiar a criação e a consolidação de UCs no bioma Amazônia, de forma a assegurar a conservação da biodiversidade e a manutenção dos processos e serviços ecológicos da região.	8.12.2009	19.949.058,91
Sementes do Portal Instituto Ouro Verde	Sete municípios que compõem a região conhecida como Portal da Amazônia, no extremo norte de Mato Grosso: Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte e Matupá	Promover a recuperação ambiental de 1.200 hectares de áreas degradadas (recomposição de áreas de proteção permanente e reserva legal) e a revalorização da agricultura familiar em seis municípios do Território Portal da Amazônia, por meio da difusão de sistemas agroflorestais, que combinam o uso sustentável da floresta com geração de renda. Adicionalmente, a comunidade indígena Terena será capacitada a coletar as sementes que serão utilizadas nos sistemas agroflorestais.	08.12.2009	5.397.778,87
Gestão Socioambiental de Municípios do Pará Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia)	Onze municípios do estado do Pará: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Moju, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Paragominas, Rondon do Pará, Tailândia e Ulianópolis	Mobilizar os governos estaduais e municipais, os produtores rurais, sindicatos e associações objetivando acelerar a adesão ao CAR; monitorar o desmatamento por meio de imagens de satélite; e auxiliar no planejamento da paisagem e restauração de áreas degradadas na bacia do rio Uraim em Paragominas.	01.12.2009	9.736.473,00
Virada Verde The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil)	Sete municípios do estado de Mato Grosso: Cotriguaçu, Juruena, Sapezal, Campos de Júlio, Nova Mutum, Tapurah e Nova Ubiratã; e cinco municípios do estado do Pará: Bannach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu e Tucumã	Contribuir para a mobilização dos atores locais em 12 municípios de Mato Grosso e do Pará, com vistas à adesão ao CAR e monitorar o desmatamento na região por meio de imagens de satélite.	01.12.2009	16.000.000,00
Bolsa Floresta Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	Vinte unidades de conservação (UC) estaduais no Amazonas, abrangendo cerca de 10 milhões de hectares	Promover a contenção do desmatamento e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais residentes nas UCs estaduais do Amazonas.	24.11.2009	19.166.347,89



Projetos aprovados em 2016

# Terceiro setor

### **Renda Florestal**

### RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável – Fundo Vale<sup>37</sup>

### ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Amazônia Legal

### **EVOLUÇÃO DO PROJETO**

DATA DA APROVAÇÃO

7.12.2016

### **BENEFICIÁRIOS**

Comunidades extrativistas, pequenos produtores rurais e agricultores familiares, aquicultores, pescadores artesanais, assentados da reforma agrária, silvicultores, comunidades quilombolas rurais e povos indígenas.

#### **OBJETIVO**

Fortalecimento e consolidação de negócios sustentáveis comunitários relacionados a cadeias produtivas de base florestal na Amazônia Legal

# VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 65.000.000,00

### VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 35.000.000,00

### PRAZO DE EXECUÇÃO

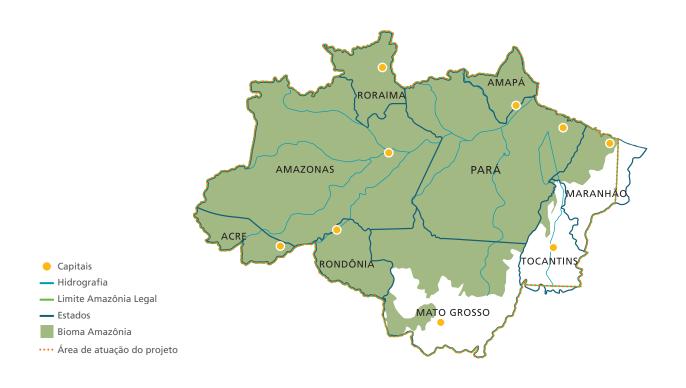
36 meses (a partir da data da contratação)

### DATA DA CONTRATAÇÃO

# VALOR TOTAL DESEMBOLSADO

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

0%



<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> Site do responsável pelo projeto em elaboração.

### Contextualização

O fomento a atividades produtivas sustentáveis desponta como eixo essencial no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) para enfrentar a nova dinâmica do desmatamento e transformar o padrão de ocupação da Amazônia. Desenvolver essas atividades de forma estruturante, com ganhos de produtividade, incorporação de novas tecnologias e acesso a mercados, configura-se como um foco estratégico para seguir com a redução das taxas de desmatamento na Amazônia.

O grande potencial econômico dos recursos naturais e da biodiversidade da região amazônica para gerar trabalho e renda e viabilidade do uso integrado lavoura-pecuária-floresta são reconhecidos e avaliados positivamente por diversos entes públicos, organizações da sociedade civil e pesquisadores do meio acadêmico. No entanto, a maioria dos empreendimentos se defronta com uma série de desafios que comprometem sua trajetória rumo à sustentabilidade financeira com perspectivas de crescimento.

### O projeto

O projeto visa o fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis em todos seus elos, buscando, de forma estruturante, superar os gargalos existentes com investimentos em logística, acesso a mercados, utilização de novos instrumentos financeiros e desenvolvimento técnico e gerencial para obter aumento da produtividade, melhoria da qualidade e agregação de valor aos produtos.



# Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente «produção sustentável» do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

# OBJETIVO GERAL Componente Produção Sustentável (1)

Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica na Amazônia

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO (1.1)**

Atividades de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas

### **OBJETIVO ESPECÍFICO (1.2)**

Cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado

### **OBJETIVO ESPECÍFICO (1.3)**

Capacidades para a implantação e gestão de negócios de cadeias de produtos agroflorestais ampliadas

### PRODUTOS E SERVIÇOS

Mapear as principais cadeias produtivas com a rede de parceiros atuais

### PRODUTOS E SERVIÇOS

Implementar chamada pública de projetos para o desenvolvimento de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade

#### PRODUTOS E SERVICOS

Desenvolver plataforma financeira para alavancar os projetos das cadeias produtivas com novos instrumentos financeiros

#### PRODUTOS E SERVICOS

Promover novos mercados e rodadas de negócios para gerar oportunidades e parcerias entre os atores nos elos das cadeias produtivas

### PRODUTOS E SERVIÇOS

Promover rede de aprendizagem e cooperação e oficinas de intercâmbio para trocas de experiências e articulação de soluções

### PRODUTOS E SERVIÇOS

Promover capacitação e assessoramento técnico para o desenvolvimento e gestão de cadeias de produtos da sociobiodiversidade

#### PRODUTOS E SERVIÇOS

Desenvolver portal com informações sobre a base legal das atividades das cadeias produtivas sustentáveis e orientações sobre a montagem de estruturas físicas de produção



# Programa Bolsa Floresta+

### RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Fundação Amazonas Sustentável<sup>38</sup>

### ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

16 unidades de conservação (UC) do Amazonas com cerca de 10,9 milhões de hectares

#### BENEFICIÁRIOS

População das UCs atendidas pelo projeto, principalmente moradores ribeirinhos em situação de pobreza ou extrema pobreza

#### **OBJETIVO**

Dar continuidade e expandir as ações do Programa Bolsa Floresta, em UCs estaduais no Amazonas, por meio de: (i) apoio ao desenvolvimento de pequenos empreendimentos e arranjos produtivos florestais sustentáveis; (ii) capacitação de líderes e fortalecimento das associações de moradores locais para a gestão de projetos ambientais, sociais e geradores de renda; (iii) sistematização e disseminação de conteúdos, metodologias, lições aprendidas e soluções inovadoras; e (iv) realização e implantação de chamada pública de pequenos e médios projetos geradores de renda na região do entorno das mencionadas UCs

# VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 31.518.490,00

### VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 31.518.490,00

# PRAZO DE EXECUÇÃO

42 meses (a partir da data da contratação)

### **EVOLUÇÃO DO PROJETO**

DATA DA APROVAÇÃO 5.4.2016 DATA DA CONTRATAÇÃO

25.5.2016

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO

R\$ 10.235.460,00

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

32%



<sup>38 &</sup>lt;http://fas-amazonas.org/>.

### Contextualização

O estado do Amazonas possui a maior extensão territorial de áreas protegidas do Brasil, estando o equivalente a 54,8% do seu território legalmente protegido. Desse total, 19 milhões de hectares são unidades de conservação (UC) estaduais. Entretanto, a criação de uma UC de uso sustentável não garante a preservação ambiental, sendo necessárias várias outras iniciativas de gestão, fiscalização e, principalmente, valorização do ativo florestal para que seja atrativa sua manutenção.

A ausência de oportunidades de trabalho e de geração de renda faz da derrubada da floresta uma das opções de sustento na região, o que torna necessária a implementação de programas e projetos que ofereçam alternativas econômicas sustentáveis a seus moradores, de modo a reduzir as pressões de desmatamento. Nesse contexto, uma estratégia eficaz é o desenvolvimento de uma economia baseada em produtos derivados do manejo florestal sustentável.

O Programa Bolsa Floresta (PBF), executado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS) desde 2007, contribui para viabilizar essa estratégia, mediante o pagamento às comunidades tradicionais por serviços e produtos ambientais, tais como manejo sustentável dos recursos naturais, conservação e proteção ambiental.

A FAS é uma organização não governamental (ONG) sediada no estado do Amazonas. Em 2010, teve seu primeiro projeto aprovado no âmbito do Fundo Amazônia, cujo objetivo foi apoiar a implementação de ações do PBF nas modalidades renda e associação, por meio do desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis para geração de renda e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais que vivem na floresta, do fortalecimento do protagonismo das associações de moradores e da capacitação para o planejamento e a gestão de empreendimentos coletivos.

## O projeto

O projeto Programa Bolsa Floresta+ atua em 16 UCs de uso sustentável do estado do Amazonas, e tem por finalidade:

- I. a continuidade das ações no âmbito da componente "bolsa floresta renda", mediante assessoria para manejo sustentável e realização de investimentos diretos (equipamentos, obras e instalações) para aumento da escala de produção de pequenos empreendimentos comunitários. Serão também apoiadas ações que contribuam para melhor inserção no mercado dos produtos e serviços de 16 arranjos produtivos sustentáveis da região, tais como: elaboração de planos de negócios, desenvolvimento de produtos e certificações, além de assistência técnica;
- II. o fortalecimento das associações representativas das UCs no âmbito da componente "bolsa floresta associação", por meio de apoio financeiro tanto para ações estruturantes (reparos nas sedes, compra de equipamentos) quanto para a organização de assembleias, reuniões e outras despesas necessárias para que a tomada de decisões e a gestão dos investimentos sejam realizadas de forma coletiva;

- III. a gestão do conhecimento acumulado pela FAS e pelas comunidades na implementação de soluções para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Essas ações visam sistematizar e disseminar boas práticas e lições aprendidas para os diversos atores interessados na temática, de modo que seja possível tornar tal conhecimento público e replicar as ações em outras localidades. Serão apoiadas publicações técnico-científicas sobre arranjos produtivos sustentáveis prioritários, avaliação dos impactos sociais e econômicos dos investimentos em geração de renda e seminários em torno da temática, possibilitando a apropriação desse conhecimento pelo meio acadêmico, governo e terceiro setor, também estando contemplada a disseminação do conhecimento para os moradores da região abrangida pelo projeto, por meio de ações de divulgação, spots de rádio, oficinas, fóruns comunitários e círculos de discussão; e
- IV. a realização de uma chamada pública com o objetivo de apoiar pequenos e médios projetos produtivos sustentáveis de base comunitária, na região do entorno das UCs, visando diminuir a pressão de desmatamento ao redor das áreas protegidas.

### Lógica de intervenção

O projeto se insere nas componentes "produção sustentável" e "ordenamento territorial" do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

# OBJETIVO GERAL Componente Produção Sustentável (1)

Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica no estado do Amazonas

# OBJETIVO GERAL Componente Ordenamento Territorial (3)

Atividades de organização social empoderam as comunidades nas unidades de conservação (UC) estaduais do Amazonas para a gestão territorial e o uso sustentável dos recursos naturais

### **OBJETIVO ESPECÍFICO (1.1)**

Atividades econômicas de uso sustentável dos recursos naturais identificadas e desenvolvidas em 16 UCs estaduais, em suas áreas de entorno e em corredores ecológicos no estado do Amazonas

### **OBJETIVO ESPECÍFICO (1.2)**

Economia de base florestal com valor agregado ampliado em 16 UCs estaduais, em suas áreas de entorno e em corredores ecológicos no estado do Amazonas

### **OBJETIVO ESPECÍFICO (1.3)**

Capacidade técnica de líderes comunitários ampliada em gestão e boas práticas de manejo de recursos naturais com conhecimentos e tecnologias disseminados

### OBJETIVO ESPECÍFICO (3.2)

Organizações sociais fortalecidas nas 16 UCs estaduais abrangidas pelo Programa Bolsa Floresta no estado do Amazonas

### PRODUTOS E SERVIÇOS

Execução de investimentos em produção sustentável pelas associações de moradores nas 16 UCs estaduais

### PRODUTOS E SERVIÇOS

Elaboração de planos de negócios e estruturação de cadeias produtivas eleitas como prioritárias nas 16 UCs estaduais

#### PRODUTOS E SERVIÇOS

Implementação de pequenos e médios projetos produtivos sustentáveis de base comunitária, selecionados por meio de chamada pública, em áreas de entorno das UCs e em corredores ecológicos

#### PRODUTOS E SERVIÇOS

Capacitação de líderes para autogestão das associações e boas práticas de manejo de recursos naturais

#### PRODUTOS E SERVIÇOS

Sistematização e disseminação de metodologias, lições aprendidas e soluções inovadoras, por meio de publicações, vídeos e eventos de comunicação

#### PRODUTOS E SERVICOS

Estruturação, manutenção e fortalecimento das associações de moradores das UCs estaduais atendidas pelo Programa Bolsa Floresta

# Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas

### RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)<sup>39</sup>

### ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Oito terras indígenas (TI) do sul do Amazonas, contemplando 1.095.169 hectares: Tls Boca do Acre, Apurinã Km 124 BR-317, Água Preta/Inari, Caititu, Jiahui, Nove de Janeiro, Ipixuna e Tenharim do Igarapé Preto

### **BENEFICIÁRIOS**

2.179 indígenas das oito terras indígenas abrangidas pelo projeto

### **OBJETIVO**

Apoiar: (i) a implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) no sul do Amazonas na bacia do rio Purus (TI Boca do Acre, TI Apurinã Km 124 BR-317, TI Água Preta/Inari e TI Caititu) e na bacia do rio Madeira (TI Jiahui, TI Nove de Janeiro e TI Ipixuna); e (ii) a elaboração de PGTA da TI Tenharim do Igarapé Preto na bacia do rio Madeira

# VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 12.734.317,80

### VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 11.448.505,00

### PRAZO DE EXECUÇÃO

42 meses (a partir da data da contratação)

### **EVOLUÇÃO DO PROJETO**

DATA DA APROVAÇÃO 1.11.2016 DATA DA CONTRATAÇÃO

26.12.2016

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

0%



<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> <www.iieb.org.br>. Projeto selecionado no âmbito da Chamada Pública de Apoio à Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas.

### Contextualização

O PGTA é um instrumento da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) – instituída pelo Decreto 7.747, de 5 de junho de 2012 –, de caráter dinâmico, concebido para expressar o protagonismo, a autonomia e autodeterminação dos povos indígenas.

O PGTA materializa o planejamento, pactuado por toda a comunidade indígena envolvida, do uso de seu território para fins culturais, ambientais e econômicos. Em geral, desenvolve-se em torno de três eixos temáticos principais – proteção territorial, manejo e uso sustentável de recursos naturais e formação –, mas traduz as particularidades de cada contexto e as estratégias locais de gestão dos territórios indígenas.

O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) é uma associação civil socioambientalista fundada em 1988 cuja missão é capacitar, gerar e disseminar conhecimentos e fortalecer a articulação de atores sociais para construir uma sociedade sustentável.

A região sul amazonense, onde se localizam as TIs beneficiárias do projeto, está entre as parcelas do estado com os piores indicadores sociais, econômicos, institucionais e ambientais. A região, que faz fronteira com Acre, Rondônia e Mato Grosso, é caracterizada pelo intenso desmatamento, ocorrência de conflitos fundiários, violência, grilagem de terras e expropriação territorial de populações tradicionais e indígenas.

### O projeto

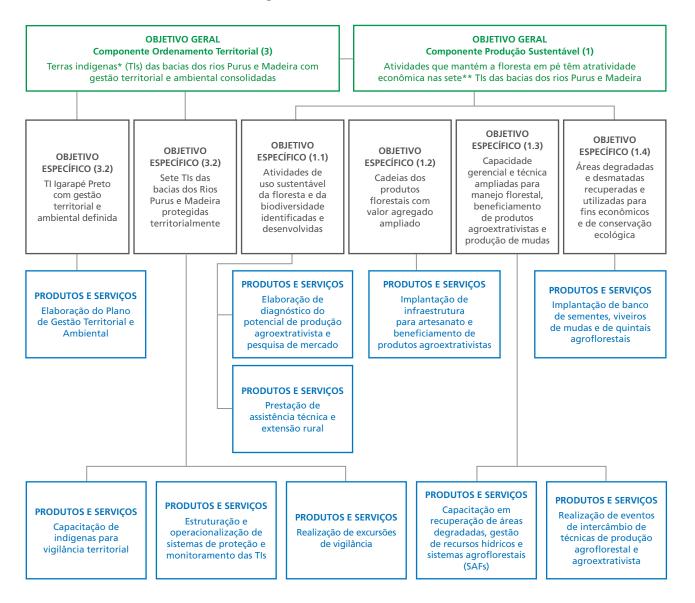
O projeto apoia a implementação dos PGTA nas TIs da bacia do rio Purus (TI Boca do Acre, TI Apurinã Km 124 BR-317, TI Água Preta/Inari e TI Caititu) e da bacia do rio Madeira (TI Jiahui, TI Nove de Janeiro e TI Ipixuna), desenvolvendo ações de:

- fortalecimento das associações indígenas, com programa de formação para as lideranças e melhoria da infraestrutura de comunicação e transporte das associações;
- II. controle e proteção territorial, por meio da formação de agentes indígenas em proteção territorial e da realização de excursões de vigilância nas TIs;
- III. gestão ambiental, recuperação de áreas degradadas e recursos hídricos, contemplando a formação de agentes ambientais, instalação e manutenção de viveiros florestais e realização de mutirões agroflorestais
- IV. manejo e uso sustentável dos recursos naturais, com a elaboração de diagnósticos do potencial da produção agroextrativista e realização de pesquisa de mercado para essa produção, bem como a prestação de assistência técnica e extensão rural (Ater) especializada e instalação de infraestrutura para manejo de produtos indígenas;
- V. monitoramento do avanço do desmatamento dessas sete TIs, a partir da instalação de sistemas de informação geográfica nas associações indígenas envolvidas no projeto e da capacitação de indígenas para operá-los.

Na TI Tenharim do Igarapé Preto, o projeto apoia ações para a elaboração do seu PGTA, como sensibilização e mobilização, levantamentos e pesquisas de campo e discussão, elaboração, pactuação e entrega do PGTA.

## Lógica de intervenção

O projeto se insere nas componentes «ordenamento territorial» e «produção sustentável» do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.



\*TIs no Rio Purus: Apurină Km 124 BR 317, Boca do Acre, Água Preta/Inari, Caititu; TIs no Rio Madeira: Ipixuna, Jiahui, Nove de Janeiro e Igarapé Preto. \*\* Todas as TIs mencionadas acima, exceto a TI Igarapé Preto.

## Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas

#### **RESPONSÁVEL PELO PROJETO**

Centro de Trabalho Indigenista (CTI)40

#### **ABRANGÊNCIA TERRITORIAL**

Cinco terras indígenas nos estados do Amazonas, Maranhão e Pará, contemplando 9.375.076 hectares: TI Vale do Javari (AM), TI Krikati (MA), TI Governador (MA), TI Andirá-Marau (PA e AM) e TI Nova Jacundá (PA)

DATA DA

**CONTRATAÇÃO** 

#### **EVOLUÇÃO DO PROJETO**

DATA DA **APROVAÇÃO** 

28.9.2016

## BENEFICIÁRIOS

19.531 habitantes das cinco terras indígenas abrangidas pelo projeto

#### **OBJETIVO**

Apoiar: (i) a implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Vale do Javari (AM) e das TIs Krikati e Governador (MA); e (ii) a elaboração de PGTA da TI Andirá-Marau (PA e AM) e da TI Nova Jacundá (PA), no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

#### **VALOR TOTAL DO PROJETO**

R\$ 11.934.540,00

#### **VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA**

R\$ 11.934.540.00

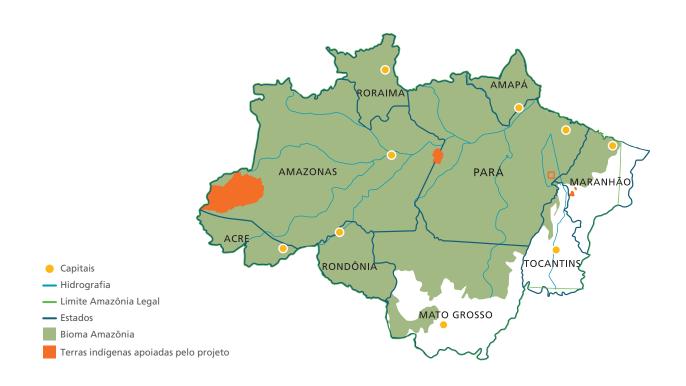
#### PRAZO DE EXECUÇÃO

36 meses (a partir da data da contratação)

**VALOR TOTAL** 

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA **DESEMBOLSADO** 

0%



<sup>40 &</sup>lt;www.trabalhoindigenista.org.br>. Projeto selecionado no âmbito da Chamada Pública de Apoio à Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas.

## Contextualização

O PGTA é um instrumento da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) – instituída pelo Decreto 7.747, de 5 de junho de 2012 –, de caráter dinâmico, concebido para expressar o protagonismo, a autonomia e autodeterminação dos povos indígenas.

O PGTA materializa o planejamento, pactuado por toda a comunidade indígena envolvida, do uso de seu território para fins culturais, ambientais e econômicos. Em geral, desenvolve-se em torno de três eixos temáticos principais – proteção territorial, manejo e uso sustentável de recursos naturais e formação –, mas traduz as particularidades de cada contexto e as estratégias locais de gestão dos territórios indígenas.

O CTI é uma associação civil, fundada em 1998, que atua em terras indígenas inseridas nos biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica e que tem por finalidade desenvolver trabalhos de ação indigenista, visando a autodeterminação e o bem-estar das populações indígenas que se encontram em território nacional.

## O projeto

O projeto apresentado pelo CTI compreende atividades de elaboração de PGTA em duas TIs e de implementação de PGTA em outras três, envolvendo extensão territorial relevante (9.375.076 ha) e público-alvo de grande diversidade étnica (19.531 indígenas de sete etnias) que habita os estados de Amazonas, Maranhão e Pará.

O projeto apoia a implementação dos PGTAs nas TIs Vale do Javari (AM), Krikati (MA) e Governador (MA), desenvolvendo ações de:

- I. controle e monitoramento territorial, com formação de gestores ambientais indígenas, expedições de monitoramento e oficinas para sistematização de informações georreferenciadas em banco de dados;
- II. conservação e manejo de recursos naturais, com enriquecimento de roças para segurança alimentar, recuperação e plantio de variedades alimentares e medicinais tradicionais, recuperação de áreas degradadas, manejo de palheiras e quelônios, estudos da ictiofauna, da cadeia produtiva dos recursos pesqueiros e do potencial agroextrativista, e assistência técnica e extensão rural;
- III. fortalecimento na transmissão de conhecimentos e tecnologias tradicionais;
- IV. educação para a gestão socioambiental, com a consolidação do Centro Timbira de Ensino e Pesquisa Penxwyj Hempejxà.

Nas TIs Andirá-Marau (PA e AM) e Nova Jacundá (PA), o projeto apoia ações para a elaboração dos seus PGTAs, como pactuação de planos de trabalho, formação de agentes indígenas, expedições para etnomapeamento, oficinas de construção coletiva e reuniões para validação do PGTA.

Também são contempladas no projeto ações de apoio à governança e estruturação organizacional e física das oito associações indígenas das TIs Vale do Javari, Krikati e Governador.



## Lógica de intervenção

O projeto se insere nas componentes «ordenamento territorial» e «produção sustentável» do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

#### **OBJETIVO GERAL OBJETIVO GERAL** Componente Produção Sustentável (1) Componente Ordenamento Territorial (3) Autonomia produtiva fortalecida, com potencial de sustentabilidade Cinco Terras Indígenas (TIs) nos estados do Amazonas, Pará e econômica, contribuindo para a preservação da biodiversidade em Maranhão com gestão territorial e ambiental fortalecidas três terras indígenas nos estados do Amazonas e Maranhão **OBJETIVO** OBJETIVO **OBJETIVO** ESPECÍFICO (1.3) OBJETIVO ESPECÍFICO (1.1) ESPECÍFICO (1.4) Capacidades gerencial ESPECÍFICO (3.2) Atividades produtivas **OBJETIVO** e técnica ampliadas Áreas degradadas de uso sustentável TIs Vale do Javari ESPECÍFICO (3.2) recuperadas e utilizadas para o desenvolvimento da biodiversidade (AM), Krikati (MA) para fins de segurança TIs Andirá-Marau (AM e de atividades produtivas identificadas e e Governador PA) e Nova Jacundá (PA) de uso sustentável da alimentar e de desenvolvidas nas TIs (MA) protegidas biodiversidade nas TIs conservação ecológica com gestão definida Vale do Javari (AM), territorialmente e com nas TIs Krikati (MA) Vale do Javari (AM). Krikati (MA) gestão fortalecida Krikati (MA) e Governador (MA) e Governador (MA) e Governador (MA) **PRODUTOS PRODUTOS PRODUTOS PRODUTOS** E SERVIÇOS **E SERVIÇOS E SERVIÇOS** E SERVIÇOS Recuperação de Reforma e Realização de Encontros de expedições de áreas degradadas estruturação formação para com espécies de escritórios mapeamento transmissão de nativas não e capacitação participativo conhecimentos madeireiras nas dos dirigentes das TIs Krikati e tradicionais na TI TIs Krikati e Governador Vale do Javari Governador indígenas PRODUTOS E PRODUTOS E PRODUTOS E **SERVIÇOS** SERVIÇOS **SERVIÇOS** Reforma e Formação estruturação do Formação e de gestores Centro Timbira de habilitação dos ambientais Ensino e Pesquisa indígenas das indígenas TIs Krikati e Penxwyj Hempejxà Governador para acesso ao PNAE **PRODUTOS E** SERVIÇOS Estruturação de bancos de dados cartográficos, atualização de etnomapas e realização de oficinas para sistematização de informações **PRODUTOS E SERVICOS PRODUTOS PRODUTOS PRODUTOS PRODUTOS PRODUTOS** Plantio de rocas **E SERVIÇOS E SERVIÇOS E SERVIÇOS E SERVIÇOS E SERVIÇOS** e adensamento Conservação Elaboração de Elaboração Elaboração dos Elaboração de de quintais com e manejo de proposta de do inventário frutíferas para PGTAs das TIs diagnóstico e quelônios, manejo sustentável do potencial monitoramento da segurança alimentar Andirá-Marau palheiras e agroextrativista de recursos caça nas TIs Krikati (AM e PA) e Nova e resgate de capoeiras antigas das TIs Krikati e pesqueiros no sementes crioulas Jacundá (PA) e Governador na TI Vale do Javari médio Javari Governador nas TIs Krikati e Governador

## Gestão e Governança de Terras Indígenas nas Bacias do Rio Negro e Xingu – PGTAs

## RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Instituto Socioambiental (ISA)41

#### ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Nove terras indígenas (TI) no bioma Amazônia, numa área superior a 24 milhões de hectares

#### **BENEFICIÁRIOS**

População das TIs atendidas pelo projeto, representando cerca de 60 mil indígenas

#### **OBJETIVO**

Apoiar a implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) do Parque Indígena do Xingu e a elaboração de PGTAs para as TIs ianomâmis e da região do Alto Rio Negro, com a sistematização do conhecimento e fortalecimento de estruturas de governança locais e das organizações indígenas.

## VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 12.317.000,00

#### VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 11.712.000,00

#### PRAZO DE EXECUÇÃO

42 meses (a partir da data da contratação)

#### **EVOLUÇÃO DO PROJETO**

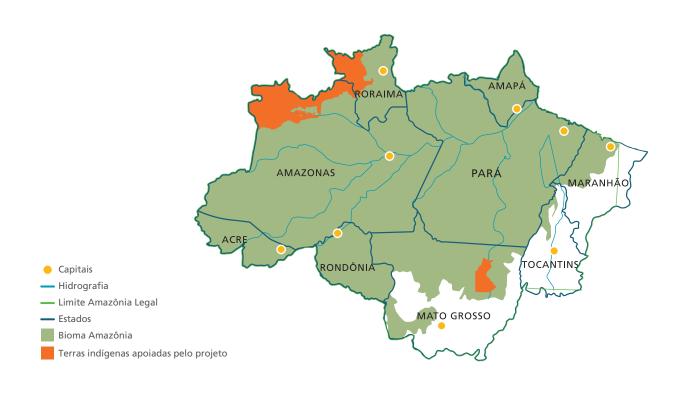
DATA DA APROVAÇÃO 27.6.2016 DATA DA CONTRATAÇÃO 19.8.2016

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO

R\$ 1.682.929,57

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

14%



<sup>41 &</sup>lt;www.socioambiental.org>. Projeto selecionado no âmbito da Chamada Pública de Apoio à Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas.

## Contextualização

O projeto se enquadra no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), criada pelo Decreto 7.747, de 5 de junho de 2012, que prevê a elaboração e implementação de PGTAs em terras indígenas (TIs). Os PGTAs representam uma nova forma de consolidação dos anseios indígenas e defesa de seus direitos perante diversos segmentos da sociedade brasileira. Eles possibilitam a negociação de acordos internos, entre as aldeias, e externos, com o conjunto da sociedade, construindo canais de diálogo com o Estado e com organizações da sociedade civil, criando articulações e arranjos institucionais que contribuam para o processo de etnodesenvolvimento e sustentabilidade dos povos e das terras indígenas.

O projeto pretende contribuir para a implementação dessa política em terras indígenas de extensões geográficas expressivas, multiétnicas e em localizações estratégicas – fronteiras nacionais com Colômbia e Venezuela, na bacia do Rio Negro, e com a Venezuela, na TI Ianomâmi, e fronteira geopolítica no arco do desmatamento, no caso da região do Parque do Xingu.

## O projeto

As ações do projeto dividem-se em duas componentes, sendo a primeira um conjunto de ações para implantação do Plano de Gestão do Parque Indígena do Xingu (PIX) e a segunda basicamente a elaboração de PGTAs na região do Alto Rio Negro e na TI Ianomâmi.

A primeira componente será desdobrada em diferentes ações: pactuação de prioridades e detalhamento dos temas do Plano de Gestão do Parque Indígena do Xingu (PIX), no qual será reforçada a governança e serão reafirmados os principais temas a serem priorizados, com discussão em todos os níveis; apoio a iniciativas comunitárias, nas quais poderão ser apresentados pelas comunidades projetos de seu interesse; formação de líderes e quadros indígenas, buscando capacitar indivíduos, inclusive no desenvolvimento e na implantação de projetos; vigilância e monitoramento territorial; fortalecimento da infraestrutura dos quatro polos localizados em regiões estratégicas e que necessitam de um reforço de investimentos; e publicação e divulgação de resultados do PGTA e dos avanços de sua implantação.

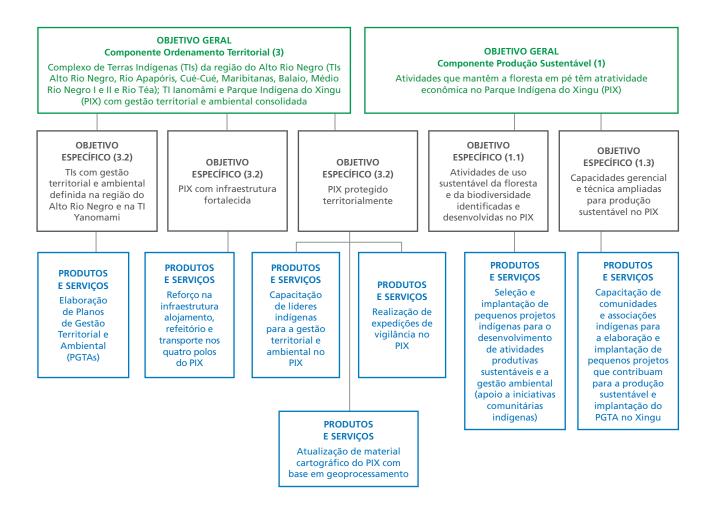
A segunda componente contempla a elaboração dos: (i) Plano de Vida e Gestão Socioambiental Integrada na região do Alto Rio Negro. Esse plano, mais abrangente e com perspectiva macrorregional, vai cobrir sete TIs contíguas na região do Alto Rio Negro. São elas: Alto Rio Negro, Rio Apapóris, Cué-Cué-Marabitanas, Balaio, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Rio Téa; (ii) PGTA da Terra Indígena do Alto Rio Negro que incluirá diagnóstico, recomendações para acesso e integração de políticas públicas, orientações para parceiros, acordos internos de uso de recursos e proposta metodológica de monitoramento do plano e governança; (iii) PGTAs das TIs Rio Apapóris, Cué-Cué Marabitanas, Balaio, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e do Rio Téa com diagnóstico, orientações de gestão e recomendações para ação de políticas públicas nessas TIs que, por terem menor extensão geográfica, os PGTAs terão

um escopo menor e servirão de ponto de referência para levar esses povos a um nível de discussão mais detalhado no futuro.

Ainda no escopo da segunda componente será elaborado o PGTA da TI lanomâmi. Com 9,6 milhões de hectares, a TI lanomâmi é a maior apoiada neste projeto. Será construído um PGTA de toda a TI, com diretrizes e orientações gerais, vislumbrando a posterior elaboração de PGTAs regionais. O plano será elaborado a partir das discussões realizadas em um fórum com representações das cinco organizações indígenas existentes na TI lanomâmi.

## Lógica de intervenção

O projeto se insere nas componentes "ordenamento territorial" e "produção sustentável" do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.



## União

# Fortalecimento do Controle e do Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento Ilegal na Amazônia

#### RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)<sup>42</sup>

#### ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Amazônia Legal

#### **BENEFICIÁRIOS**

Toda a população da Amazônia Legal

#### **OBJETIVO**

Apoiar as atividades do Ibama de fiscalização ambiental e controle do desmatamento na Amazônia Legal

## VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 56.295.964,63

#### VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

Até R\$ 56.295.964,63

#### PRAZO DE EXECUÇÃO

15 meses (a partir da data da contratação)

#### **EVOLUÇÃO DO PROJETO**

DATA DA APROVAÇÃO 19.10.2016 DATA DA CONTRATAÇÃO

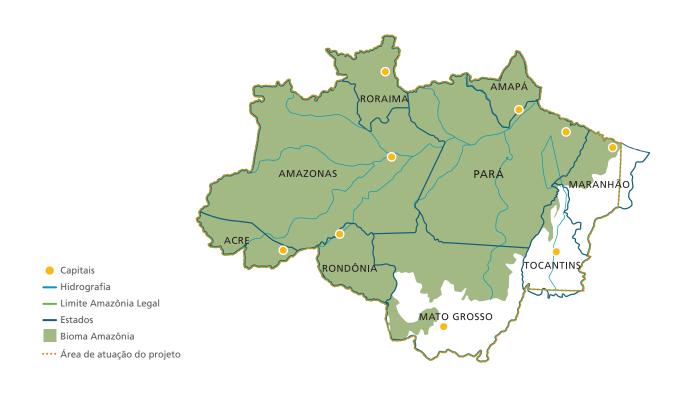
3.11.2016

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO

R\$ 9.126.512,95

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

16%



<sup>42 &</sup>lt;www.ibama.gov.br>.

## Contextualização

Desde a criação do PPCDAm, o Brasil conseguiu reduzir consideravelmente as taxas de desmatamento na Amazônia. Sua elaboração, em 2004, contou com a colaboração de diversos ministérios, além de representantes da sociedade civil e dos estados amazônicos, sendo sua implementação coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente.

Segundo avaliação da segunda fase do PPCDAm, concluiu-se que a queda no desmatamento foi decorrente, principalmente, das ações realizadas no eixo "monitoramento e controle ambiental", dentre as quais se destacam as ações de fiscalização ambiental efetuadas pelo Ibama.

Para realizar essas ações, são necessários meios de transporte adequados a esse tipo de operação na região amazônica, tais como: caminhonetes 4x4 para fiscalização terrestre e helicópteros para a fiscalização por via aérea.

Historicamente, o Ibama dispunha desses meios e executava suas ações fiscalizatórias com considerável sucesso. No entanto, o orçamento desse órgão ambiental nos últimos anos vem sendo comprimido, seja por contingenciamentos do Governo Federal em decorrência da deterioração das contas públicas do país, seja pelo aumento da inflação.

## O projeto

O projeto visa garantir a realização das ações de fiscalização pelo Ibama pelo prazo de 15 meses. Os recursos oriundos do projeto serão utilizados para o pagamento do aluguel de caminhonetes e helicópteros a serem usados na fiscalização em campo. As atividades serão concentradas nas regiões que sofrem maior pressão de desmatamento, de acordo com alertas emitidos pelo sistema DETER, entre outros.

Cabe destacar que o projeto se insere na excepcionalidade estabelecida pelo COFA (conforme consta no documento Focos para apoio do Fundo Amazônia no biênio 2015-2016) quanto à condicionante de adicionalidade de recursos para "projetos que visem dar continuidade ou aprimorar a fiscalização ambiental e o controle do desmatamento, apresentados por órgãos ou instituições públicas federais ou estaduais com mandato legal para realizar ações de fiscalização".

## Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente "monitoramento e controle" do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

#### **OBJETIVO GERAL**

#### Componente Monitoramento e Controle (2)

Ações governamentais asseguram a adequação das atividades antrópicas à legislação ambiental

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO (2.1)**

Ibama estruturado para atuar nas ações de repressão aos ilícitos ambientais na Amazônia

#### **PRODUTOS E SERVIÇOS**

Disponibilização de viaturas para atividades de monitoramento e fiscalização ambiental na Amazônia

#### **PRODUTOS E SERVIÇOS**

Disponibilização de helicópteros para atividades de monitoramento e fiscalização ambiental na Amazônia



## **Estados**

## **CAR Ceará**

#### **RESPONSÁVEL PELO PROJETO**

Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (Semace)43

#### **ABRANGÊNCIA** TERRITORIAL

109 municípios do estado do Ceará, por meio das ações de cadastramento, e, indiretamente, todo o estado, por meio das ações de comunicação e aprimoramento de infraestrutura para implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR)

#### **EVOLUÇÃO DO PROJETO**

**APROVAÇÃO** 23.2.2016

**CONTRATAÇÃO** 

31.5.2016

#### **BENEFICIÁRIOS**

Proprietários ou posseiros de imóveis rurais com até quatro módulos fiscais de 109 municípios cearenses que desenvolvam atividades agrossilvipastoris, além da Semace e dos demais proprietários ou posseiros de imóveis rurais cearenses, por meio das ações de comunicação e aprimoramento de infraestrutura de apoio ao CAR

#### **OBJETIVO**

Apoiar a implementação do CAR no estado do Ceará

#### **VALOR TOTAL** DO PROJETO

Até R\$ 27.314.911,89

#### **VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA**

Até R\$ 24.583.420,70

#### PRAZO DE EXECUÇÃO

30 meses (a partir da data da contratação)

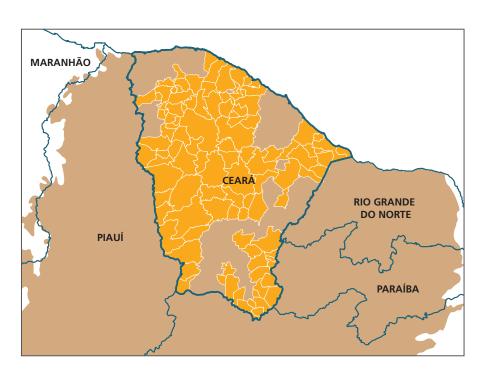
DATA DA **VALOR TOTAL** DATA DA **DESEMBOLSADO** 

R\$ 6.902.772,66

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

28%





Estados Bioma Caatinga Municípios de atuação do projeto

<sup>43 &</sup>lt;www.semace.ce.gov.br>.

## Contextualização

Com a promulgação do novo Código Florestal (Lei 12.651/2012), o CAR foi instituído como registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

O estado do Ceará vem desenvolvendo ações de regularização fundiária de todo seu território, tendo concluído o levantamento dos dados fundiários dos imóveis rurais localizados nos 109 municípios abrangidos pelo projeto. A implementação do CAR a ser apoiada pelo projeto será realizada a partir dessa base de dados, o que trará elevado grau de confiabilidade na delimitação dos imóveis para o cadastro. O objetivo é que o CAR seja o instrumento por meio do qual sejam solicitados e aprovados todos os atos que dependam de autorização do órgão ambiental.

## O projeto

O projeto se insere na estratégia do estado de implementação do CAR, uma vez que visa apoiar a inscrição de 166 mil imóveis rurais de até quatro módulos fiscais, bem como aprimorar a infraestrutura e comunicação relativas ao cadastro em todo o estado. Está estruturado em três componentes: (i) apoio à inscrição no CAR; (ii) nivelamento institucional, mobilização e comunicação; e (iii) infraestrutura para a implantação do CAR.

O apoio ao primeiro componente compreenderá a contratação de serviços de terceiros para realizar o cadastramento pretendido. O segundo componente consistirá na estratégia de divulgação da importância do CAR e de mobilização dos proprietários e posseiros rurais. Já o terceiro componente tratará da aquisição de equipamentos de forma a promover a melhoria e modernização da infraestrutura da Semace, bem como garantir a segurança das informações armazenadas relativas ao CAR.



## Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente «monitoramento e controle» do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

#### OBJETIVO GERAL

#### Componente Monitoramento e Controle (2)

Ações governamentais asseguram a adequação das atividades antrópicas à legislação ambiental no estado do Ceará

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO (2.1)**

Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (Semace) estruturada e modernizada para implantação e gerenciamento do CAR

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO (2.2)**

Acesso ampliado dos produtores rurais de 109 municípios do Ceará à regularização ambiental de suas propriedades

#### **PRODUTOS E SERVIÇOS**

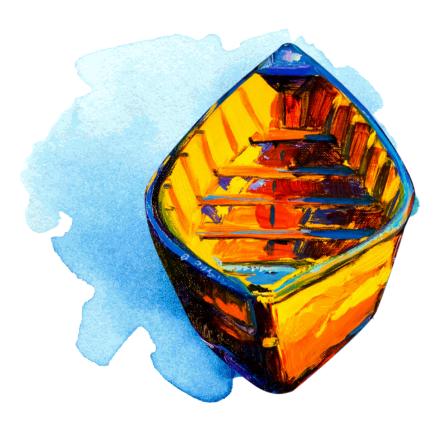
Aquisição de equipamentos de informática e de veículos para suporte à implantação e ao gerenciamento do CAR

#### **PRODUTOS E SERVIÇOS**

Apoio à inscrição de pequenos produtores rurais no CAR nos 109 municípios do Ceará, por meio de coleta de informações dos imóveis rurais de até quatro módulos fiscais

#### PRODUTOS E SERVIÇOS

Sensibilização de pequenos produtores rurais para os benefícios da inscrição no CAR



## **CAR Paraná**

#### RESPONSÁVEL **PELO PROJETO**

Instituto Ambiental do Paraná (IAP)44

#### **ABRANGÊNCIA** TERRITORIAL

Todos os municípios do estado do Paraná

## **EVOLUÇÃO DO PROJETO**

**APROVAÇÃO** 

**CONTRATAÇÃO** 

VALOR TOTAL

**DESEMBOLSADO** 

Estado do Paraná, por meio do apoio à validação do CAR; os povos e as comunidades tradicionais também serão diretamente beneficiados pelas ações do CAR

#### **OBJETIVO**

**BENEFICIÁRIOS** 

Apoiar a implementação do CAR no estado do Paraná

**VALOR TOTAL DO PROJETO** 

Até R\$ 17.637.817,32

**VALOR DO APOIO** DO FUNDO AMAZÔNIA

Até R\$ 14.110.253,86

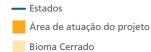
PRAZO DE EXECUÇÃO

30 meses (a partir da data da contratação)

DATA DA DATA DA 26.10.2016

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA





Bioma Mata Atlântica



<sup>44 &</sup>lt;www.iap.pr.gov.br>.

## Contextualização

Com a promulgação do novo Código Florestal (Lei 12.651/2012), o CAR foi instituído como registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Conforme previsto no Decreto 7.830/2012, o órgão ambiental competente realizará a análise e a validação dos cadastros, devendo, caso sejam detectadas pendências ou inconsistências nas informações declaradas e nos documentos apresentados, notificar o requerente para que complemente, corrija ou adeque as informações prestadas.

O estado do Paraná vem desenvolvendo atividades de divulgação e inscrição de pequenos agricultores rurais em parceira com diversas instituições. Um dos grandes benefícios da implantação do CAR no estado é a integração das informações constantes no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) com as do sistema estadual de gestão ambiental, as quais subsidiarão a elaboração e implementação de políticas ambientais no estado.

## O projeto

O projeto se insere na estratégia do estado de implementação do CAR, uma vez que visa validar 67.788 cadastros ambientais rurais e apoiar o cadastramento de 3.950 imóveis em territórios de povos e comunidades tradicionais do estado no CAR. Está estruturado em três componentes: (i) apoio à análise e validação do CAR; (ii) promoção e apoio à inscrição no CAR; e (iii) infraestrutura para a análise e validação do CAR.

No primeiro componente compreende a contratação de serviços de apoio à análise de cadastros. O segundo componente abrangerá ações para realizar o cadastramento de povos e comunidades tradicionais, bem como divulgação e mobilização de proprietários e posseiros rurais. Já o terceiro componente compreenderá o aprimoramento da infraestrutura do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e capacitação de agentes públicos.

O projeto se destaca por contemplar a etapa de análise e validação do CAR, avançando na implantação desse cadastro no estado do Paraná.

## Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente "monitoramento e controle" do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

#### **OBJETIVO GERAL**

#### Componente Monitoramento e Controle (2)

Ações governamentais asseguram a adequação das atividades antrópicas à legislação ambiental no estado do Paraná

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO (2.1)**

IAP estruturado e modernizado para análise, validação e gerenciamento do CAR

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO (2.2)**

Acesso ampliado dos produtores rurais do Paraná à regularização ambiental de seus imóveis e dos territórios de uso coletivo

#### PRODUTOS E SERVIÇOS

Aquisição de equipamentos de tecnologia de informação (TI) e comunicação

#### PRODUTOS E SERVIÇOS

Capacitação de agentes públicos para a análise e validação do CAR

#### PRODUTOS E SERVIÇOS

Elaboração de mapas de uso do solo e compatibilização de bases cartográficas

#### PRODUTOS E SERVIÇOS

Desenvolvimento e integração de ferramentas informatizadas (softwares) para análise e validação do CAR

#### PRODUTOS E SERVIÇOS

Apoio à validação dos cadastros de imóveis rurais no Paraná

#### PRODUTOS E SERVIÇOS

Apoio à inscrição no CAR de povos e comunidades tradicionais que façam uso coletivo de seu território em áreas prioritárias para conservação

#### PRODUTOS E SERVIÇOS

Sensibilização dos produtores rurais do estado do Paraná para adesão ao CAR





		PROJETOS COM O TERCEIRO SETO	R		
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Valor (R\$)/ Percentual desembolsado
Fortalecimento da gestão ambiental na Amazônia Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	Diversos municípios nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia	Apoiar (i) o fortalecimento da gestão ambiental em municípios prioritários para o desenvolvimento de políticas de prevenção e controle do desmatamento do bioma Amazônia, (ii) estudos para realizar diagnóstico fundiário dos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia e ampliar a divulgação do andamento das atividades de regularização fundiária em curso no Pará e (iii) o aprimoramento da gestão das unidades de conservação na Calha Norte do estado do Pará	06.11.2015	12.104.865,00	4.581.709,50 / 37,85%
<b>Alto Juruá</b> Associação Ashaninka do Rio Amônia – APIWTXA	Região do Alto Juruá, no estado do Acre	Promover o manejo e a produção agroflorestal em comunidades tradicionais e indígenas de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento; apoiar iniciativas de monitoramento e controle do território; e fortalecer a organização comunitária local	24.02.2015	6.597.581,00	5.556.087,06 / 84,21%
Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	Todo o bioma Amazônia	Apoiar a proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato de forma a assegurar os limites físicos e as riquezas naturais das áreas com a presença dessas populações, de modo a contribuir para a redução do desmatamento na Amazônia	28.10.2014	19.043.330,00	10.904.364,80 / 57,26%
Capacitar para Conservar Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam)	Áreas protegidas no estado do Amapá	Formar agentes ambientais e gestores visando o fortalecimento das áreas protegidas no estado do Amapá	23.09.2014	1.452.000,00	927.057,54 / 63,85%
Fundação Banco do Brasil (Fase 2) – Fundo Amazônia Fundação Banco do Brasil (FBB)	Bioma Amazônia	Apoiar projetos que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável do bioma Amazônia	07.10.2014	12.000.000,00	0,00 / 0,00%
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia Instituto de Conservação Ambiental – The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil)	Seis terras indígenas (TI) localizadas parcialmente em três municípios do estado do Amapá e cinco municípios do Pará	Promover a gestão territorial e ambiental sustentável em seis TIs nos estados do Amapá e Pará, contribuindo para a redução do desmatamento nestas áreas	16.09.2014	15.750.406,00	4.597.335,71 / 29,19%
<b>Pesca Sustentável</b> WWF Brasil	Municípios de Manuel Urbano, Feijó e Tarauacá no estado do Acre	Promover a adoção de medidas de manejo aliadas à celebração de acordos de pesca para reduzir a degradação de ecossistemas aquáticos, de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento, no estado do Acre	30.12.2013	3.205.943,00	3.205.943,00 / 100,00%

	PROJETOS COM O TERCEIRO SETOR							
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Valor (R\$)/ Percentual desembolsado			
Sementes do Portal – Fase II Instituto Ouro Verde	Oito municípios da região conhecida como Portal da Amazônia, no extremo norte de Mato Grosso: Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Colíder, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Santa Helena, Terra Nova do Norte	Apoiar a recuperação de áreas degradadas e o fortalecimento da agricultura familiar na região do Portal da Amazônia, no estado de Mato Grosso, por meio da implantação e consolidação de Sistemas Agroflorestais (SAF), com plantio e enriquecimento de agroflorestas, estruturação de canais de comercialização de produtos e sementes e realização de pesquisas	01.10.2013	16.086.000,00	11.484.819,89 / 71,40%			
Quintais Amazônicos Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	Estado de Rondônia, nos município de Machadinho do Oeste, Cujubim e Itapuã do Oeste	Apoiar agricultores familiares e assentados da reforma agrária no estado de Rondônia, residentes nos municípios de Itapuã do Oeste, Cujubim e Machadinho d'Oeste, para: (i) a inscrição das propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR); e (ii) o plantio e a realização de pesquisas de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas alteradas ou degradadas em reservas legais e áreas de preservação permanente	30.07.2013	9.117.000,00	6.911.687,09 / 75,81%			
<b>Mamirauá</b> Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)	Município de Tefé (AM); Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (municípios de Uarini, Fonte Boa e Maraã – AM); Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (municípios de Maraã, Barcelos e Coari – AM)	Apoiar ações de manejo e gestão participativa nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, com pesquisa, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos nos seguintes temas: agropecuária sustentável, manejo florestal madeireiro sustentável, manejo florestal não madeireiro sustentável, educação ambiental, proteção ambiental e monitoramento	18.02.2012	8.504.678,54	5.640.443,58 / 66,32%			
Programa de Qualificação da Gestão Ambiental Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam)	Municípios do bioma Amazônia	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental em municípios do bioma Amazônia por meio da oferta de capacitação e assistência técnica; da disseminação de conhecimentos e informações em rede; e pelo estímulo à inovação e promoção da articulação com outras esferas de governo e da sociedade em geral, no âmbito das políticas públicas ambientais	18.12.2012	18.853.482,32	13.949.707,63 / 73,99%			
Pequenos Projetos Ecossociais na Amazônia Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)	Estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, limitados ao bioma Amazônia	Apoiar a realização de quatro chamadas públicas que irão selecionar e financiar projetos socioambientais de pequeno valor voltados para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais em áreas do bioma Amazônia dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão	03.07.2012	12.843.876,04	10.343.476,00 / 80,53%			
Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia Fundação Banco do Brasil (FBB)	Bioma Amazônia	Apoiar projetos que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável do bioma Amazônia	15.05.2012	15.000.000,00	14.515.520,38 / 96,77%			

PROJETOS COM O TERCEIRO SETOR							
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Valor (R\$)/ Percentual desembolsado		
Assentamentos Sustentáveis na Amazônia Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)	Oeste do Pará, municípios de Anapu, Pacajá, Senador José Profírio, Mojuí dos Campos e Aveiros	Apoiar, em assentamentos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no oeste do Pará, o desenvolvimento de uma experiência demonstrativa de produção sustentável e a implementação de pagamento pelos serviços ambientais para famílias compromissadas com a redução do desmatamento	29.11.2011	24.939.200,37	23.428.495,16 / 93,94%		
Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	Terras indígenas (TI) Kayapó, Menkragnoti, Baú e Badjonkôre, no sul do estado do Pará; e TI Capoto-Jarina, no norte do estado de Mato Grosso	Apoiar projetos das organizações Kayapó voltados para atividades produtivas sustentáveis, fortalecimento institucional, prevenção ao desmatamento, conservação da biodiversidade e proteção territorial, por meio da implementação de um mecanismo financeiro e operacional de longo prazo, denominado Fundo Kayapó	21.06.2011	16.900.000,00	7.350.597,34 / 43,49%		
Conhecer para Conservar Museu da Amazônia (Musa)	Município de Manaus, estado do Amazonas	Implantar o Museu da Amazônia (Musa) e um Centro de Treinamento no Assentamento Água Branca, em Manaus, visando a disseminação de conhecimentos que contribuam para a valorização e a conservação dos recursos naturais da Amazônia e de seu patrimônio cultural, por meio de um modelo inovador de visitação da floresta	30.11.2010	9.984.629,00	9.604.420,94 / 96,19%		
Fundo Dema Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)	Comunidades tradicionais no estado do Pará, com foco na área de influência das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas	Apoiar projetos socioambientais de pequeno valor, por meio de oito chamadas públicas a serem lançadas ao longo de três anos	15.03.2011	7.615.854,00	6.897.461,41 / 90,57%		

CHAMADA PÚBLICA DE APOIO À GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL EM TERRAS INDÍGENAS							
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Valor (R\$)/ Percentual desembolsado		
Irehi – Cuidando dos Territórios Operação Amazônia Nativa (Opan)	TIs Menkü, Manoki, Pirineus de Souza e Marãiwatsédé, todas em Mato Grosso	Concluir e implementar o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Marãiwatsédé e implementar os PGTA das TIs Manoki, Menkü e Pirineus de Souza	18.12.2015	8.160.140,00	2.834.570,45 / 34,74%		
Projeto Amazônia Indígena Sustentável Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé	Tls Igarapé Lourdes (RO), Zoró (MT), Rio Guaporé (RO) e Rio Negro Ocaia (RO)	Contribuir para a implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) das TIs Igarapé Lourdes e Zoró e para a elaboração dos PGTAs das TIs Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia	04.12.2015	8.188.872,44	2.681.432,40 / 32,74%		
Bem Viver Sustentável Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé)	Tis Parque do Tumucumaque (PA e AP), Paru D'Este (PA) e Zo'é (PA)	Implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) das TIs Parque do Tumucumaque (AP e PA) e Rio Paru d'Este (PA) e elaboração de PGTA para a TI Zo'é (PA)	11.08.2015	11.858.793,87	3.411.357,75 / 28,77%		

	CHAMADA PÚBLICA DE PROJETOS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS						
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Valor (R\$)/ Percentual desembolsado		
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre Comissão Pró-Índio do Acre	TI Kaxinawá do Rio Humaitá e TI Rio Gregório (Tarauacá/ AC), TI Alto Rio Purus (Santa Rosa do Purus e Manuel Urbano/AC) e TI Arara do Igarapé Humaitá (Porto Walter/AC)	Fortalecer a produção sustentável, a cultura e o modo de vida das TIs Kaxinawá do Rio Humaitá, Arara do Igarapé Humaitá, Rio Gregório e Alto Rio Purus, no estado do Acre, por meio da organização e promoção da cadeia de valor de produtos agroflorestais e da assistência técnica indígena	11.08.2015	3.106.064,00	1.610.772,83 / 51,86%		
Frutos da Floresta União Brasileira de Educação e Ensino (Ubee)	Nordeste Paraense e Baixo Tocantins	Contribuir para o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, no estado do Pará, por meio: (i) da recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas localizadas em pequenas propriedades ou posses rurais familiares, por meio da implantação de sistemas agroflorestais; (ii) da melhoria da produção e da logística de armazenamento e transporte de frutas; (iii) da melhoria do processo de beneficiamento de frutas; (iv) da agregação de valor e diversificação dos produtos; (v) da melhoria da estratégia de comercialização dos produtos; e (vi) da capacitação dos membros das cooperativas e associação locais	14.04.2015	4.053.734,00	479.076,26 / 11,82%		
Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros Associação SOS Amazônia	Seis municípios do estado do Acre: Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter, Tarauacá e Feijó; e quatro municípios do estado do Amazonas: Pauini, Boca do Acre, Lábrea e Silves	Disseminar e apoiar iniciativas empreendedoras em nove instituições aglutinadas com vistas à geração de trabalho e renda, por meio do desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas dos óleos vegetais, cacau silvestre e borracha	27.01.2015	9.993.000,00	3.534.690,00 / 35,37%		
Arapaima: Redes Produtivas Operação Amazônia Nativa (Opan)	Terras indígenas (TI) do Rio Biá, Espírito Santo, Acapuri de Cima, Estação, Macarrão e Deni, nas reservas de desenvolvimento sustentável Uacari e Cujubim e na reserva extrativista Médio Juruá, localizadas nas bacias do médio Juruá e do médio Solimões no estado do Amazonas	Apoiar nas bacias do médio Juruá e do médio Solimões, no estado do Amazonas, (i) o manejo pesqueiro e de recursos florestais não madeireiros em Tls e unidades de conservação e (ii) o fortalecimento de associações indígenas e de associações de produtores extrativistas	28.10.2014	6.364.730,00	4.910.174,37 / 77,15%		
Concretizar Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto RECA	Ponta do rio Abunã – municípios de Porto Velho, no estado de Rondônia, e Acrelândia, no estado do Acre	Fortalecer a cadeia produtiva do cupuaçu e do açaí, por meio da implantação de sistemas agroflorestais e da ampliação e modernização da capacidade produtiva de unidades de beneficiamento de polpas em comunidades tradicionais da Ponta do Abunã, de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento	14.10.2014	6.422.748,00	6.325.247,99 / 98,48%		

	CHAMADA PÚBLICA DE PROJETOS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS							
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Valor (R\$)/ Percentual desembolsado			
Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre)	14 municípios das regiões administrativas do Alto Acre, Baixo Acre e Purus	Contribuir para o fortalecimento das cadeias de castanha-do-brasil e de polpa de fruta no estado do Acre por meio: (i) da recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas localizadas em pequenas propriedades ou posses rurais familiares; (ii) da otimização da logística de armazenamento de castanha-do-brasil e do transporte de frutas; (iii) da melhoria do processo de beneficiamento da castanha-do-brasil; (iv) da agregação de valor e diversificação dos produtos; (v) da melhoria da estratégia de comercialização dos produtos; e (vi) da capacitação da rede de filiados	23.09.2014	5.081.763,00	3.103.509,00 / 61,07%			
APL Babaçu Associação em Áreas de Assentamento no estado do Maranhão (Assema)	Municípios de Lago do Junco, Lago da Pedra e Bacabal, no estado do Maranhão	Apoiar a conservação e o manejo sustentável de babaçuais e a recuperação de áreas degradadas por meio de sistemas agroflorestais em três municípios integrantes do bioma Amazônia, no estado do Maranhão	02.09.2014	5.286.300,00	1.800.104,08 / 34,05%			
Semeando Amazônia Sustentável Associação do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA)	Regiões Portal da Amazônia, médio norte e sudoeste do estado de Mato Grosso	Apoiar o fortalecimento da agricultura familiar em municípios do bioma Amazônia da região sudoeste do estado de Mato Grosso por meio da implantação e consolidação de sistemas agroflorestais (SAF), do apoio a estruturas coletivas de beneficiamento da produção e da estruturação de canais de comercialização de produtos oriundos de SAFs	02.09.2014	3.238.032,00	1.959.306,37 / 60,51%			
Calha Norte Sustentável Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)	Municípios de Oriximiná e Alenquer, no estado do Pará	Fortalecer o extrativismo e a agricultura familiar como vetores do desenvolvimento da Calha Norte paraense, por meio da implantação de unidades de beneficiamento de alimentos, de viveiro de mudas para sistemas agroflorestais e de marcenaria comunitária, em comunidades quilombolas e assentamentos	26.08.2014	3.312.877,00	1.454.367,01 / 43,90%			
Negócios Agroflorestais Fundação Jari	Municípios de Vitória do Jari e Laranjal do Jari, no estado do Amapá	Apoiar o combate ao desmatamento ilegal e à pobreza no campo mediante (i) a implantação de sistemas agroflorestais com ênfase na cultura do açaí em consórcio com outras espécies tais como mandioca, cupuaçu e castanha-do-brasil; (ii) o aprimoramento da infraestrutura e a qualificação da mão de obra de cooperativas moveleiras locais; e (iii) a formação de auxiliares técnicos em agroextrativismo	29.07.2014	2.838.549,00	0,00 / 0,00%			
<b>Néctar da Amazônia</b> Instituto Peabiru	Comunidades tradicionais dos municípios de Curuçá, Almeirim e Monte Alegre, no Estado do Pará, e Macapá e Oiapoque, no estado do Amapá	Fortalecer a cadeia produtiva do mel de abelhas nativas em comunidades tradicionais dos municípios de Curuçá, Almeirim e Monte Alegre, no estado do Pará, e Macapá e Oiapoque, no estado do Amapá, de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento	13.05.2014	2.030.000,00	1.445.835,37 / 71,22%			

CHAMADA PÚBLICA DE PROJETOS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS							
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Valor (R\$)/ Percentual desembolsado		
Sentinelas da Floresta Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam)	Oito municípios do noroeste do estado de Mato Grosso (Aripuanã, Brasnorte, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juara, Juína e Juruena)	Fortalecer a cadeia da castanha- do-brasil, desde a coleta até o beneficiamento e comercialização, aumentando a renda das comunidades extrativistas que vivem de produtos florestais na região	04.02.2014	5.288.817,00	5.238.109,98 / 99,04%		
Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu Instituto Socioambiental (ISA)	Bacia do Rio Xingu, compreendendo 11 municípios no estado de Mato Grosso e dois do Pará	Apoiar a estruturação e o fortalecimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade na Bacia do Xingu, abrangendo sementes e mudas florestais, borracha, castanha, pequi e frutas junto às populações indígenas, extrativistas e agricultores familiares, visando o aumento da qualidade de vida dessas populações e à produção sustentável, agroflorestal e extrativista	03.12.2013	8.023.856,00	8.023.856,00 / 100,00%		

PROJETOS COM A UNIÃO FEDERAL							
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Valor (R\$)/ Percentual desembolsado		
Projeto Integrado da Amazônia Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	Bioma Amazônia	Promover a produção e a disseminação de conhecimentos e tecnologias voltados para a recuperação, conservação e uso sustentável do bioma Amazônia, por meio do apoio à execução dos projetos das unidades descentralizadas da Embrapa selecionados por meio de chamada interna	29.12.2015	33.691.380,00	1.523.298,00 / 4,52%		
Amazônia SAR Ministério da Defesa – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam)	Serão monitorados cerca de 950 mil km² por ano (23% do bioma Amazônia), compostos da seguinte forma: 764 mil km² compreendidos em áreas de maior pressão de desmatamento; 144 mil km² do estado do Amapá; e cerca de 5% adicional, por demanda específica, de pontos isolados no bioma Amazônia	Implantar um sistema de detecção de desmatamento na Amazônia com uso de imagens de radar orbital	23.06.2015	63.923.626,00	5.796.361,10 / 9,07%		
Companhia de Operações Ambientais Ministério da Justiça – Departamento da Força Nacional de Segurança Pública	Bioma Amazônia. Eventualmente, poderá ser solicitada a atuação da Cia. de Operações Ambientais em outros biomas	Apoiar a estruturação física e operacional da Cia. de Operações Ambientais do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública para atuação em operações ambientais no bioma Amazônia	27.01.2015	30.631.480,00	855.362,06 / 2,79%		

PROJETOS COM A UNIÃO FEDERAL							
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Valor (R\$)/ Percentual desembolsado		
Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)	Bioma Amazônia	Apoiar o desenvolvimento de estudos sobre usos e cobertura da terra no bioma Amazônia, bem como a ampliação e o aprimoramento do monitoramento ambiental por satélites realizado pelo Inpe	07.10.2014	66.952.436,00	38.886.416,00 / 58,08%		
Prevfogo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Majoritariamente bioma Amazônia, mas com fortalecimento da central de logística do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) em Brasília	Apoiar a estruturação física e operacional do Prevfogo e a educação ambiental para sensibilizar e capacitar atores locais com a finalidade de monitorar, prevenir e combater incêndios florestais e queimadas não autorizadas no bioma Amazônia	30.12.2013	14.717.270,00	1.986.493,81 / 13,50%		
Inventário Florestal Nacional – Amazônia Serviço Florestal Brasileiro (SFB)	Bioma Amazônia	Implementar o Inventário Florestal no bioma Amazônia para produzir informações acerca dos recursos florestais, estoque de carbono e uso do território pelas populações da região	31.07.2012	65.000.555,12	13.945.701,18 / 21,45%		

PROJETOS COM ESTADOS							
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Valor (R\$)/ Percentual desembolsado		
CAR Roraima Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima (FEMARH)	Estado de Roraima	Apoiar a implementação do CAR no estado de Roraima	04.11.2014	10.820.500,00	0,00 / 0,00%		
CAR Mato Grosso do Sul Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (Imasul)	69 municípios do estado de Mato Grosso do Sul	Promover a implantação do CAR no estado do Mato Grosso do Sul	23.09.2014	8.789.800,00	1.416.050,00 / 16,11%		
CAR Bahia Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia (Inema)	161 municípios do estado da Bahia	Apoiar a implementação do CAR no estado da Bahia	25.03.2014	31.671.000,00	6.877.800,00 / 21,72%		
Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado Estado de Rondônia	Estado de Rondônia	Apoiar a gestão ambiental, incluindo ações voltadas para a proteção das unidades de conservação estaduais, para a consolidação do CAR e para o fortalecimento da gestão ambiental municipal de modo a contribuir para o combate ao desmatamento e à degradação florestal no estado de Rondônia	21.01.2014	32.659.602,00	10.642.000,00 / 32,58%		

PROJETOS COM ESTADOS						
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Valor (R\$)/ Percentual desembolsado	
Gestão Ambiental Sustentável das Terras Indígenas do Estado do Amazonas Estado do Amazonas	28 terras indígenas distribuídas por 15 municípios do estado do Amazonas	Apoiar a promoção da gestão ambiental e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis dos povos indígenas do estado do Amazonas, visando a geração de trabalho, renda e a inclusão social	07.01.2014	16.465.000,00	2.950.478,67 / 17,92%	
Mato Grosso Sustentável Estado de Mato Grosso	Unidades de conservação (UC) estaduais e em 40 municípios do estado de Mato Grosso	Apoiar: (i) a consolidação de UCs no bioma Amazônia; (ii) o fortalecimento da fiscalização e do licenciamento ambiental estadual; e (iii) a desconcentração e descentralização da gestão ambiental estadual	17.12.2013	35.015.970,00	8.047.106,92 / 22,98%	
Programa Municípios Verdes Estado do Pará	100 municípios no estado do Pará	Apoiar a consolidação do CAR de imóveis rurais e o fortalecimento da gestão ambiental municipal de modo a contribuir para o combate ao desmatamento e à degradação florestal no estado do Pará	10.12.2013	82.378.560,00	41.190.342,00 / 50,00%	
Gestão Florestal e Dinamização de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade do Amapá Estado do Amapá	Estado do Amapá	Apoiar: (i) o aumento do conhecimento, da assistência técnica e da infraestrutura relativos às cadeias produtivas do açaí, da madeira e da castanha-do-brasil voltados à população extrativista; (ii) o aprimoramento de instrumentos de ordenamento territorial; (iii) a melhoria das condições operacionais e o aumento da qualificação profissional nos órgãos e autarquias estaduais para fortalecer iniciativas de gestão ambiental, territorial e florestal no estado; e (iv) o desenvolvimento de instrumentos voltados para implementação de projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD)	24.09.2013	40.304.200,00	0,00 / 0,00%	
Sepror Agroecológica Estado do Amazonas	41 municípios do estado do Amazonas	Apoiar a revitalização da cadeia da borracha natural; agregar valor à cadeia da castanha-do-brasil; e incentivar a realização de atividades produtivas sustentáveis em terras indígenas	28.08.2013	14.900.000,00	5.900.448,20 / 39,60%	
CAR Acre Estado do Acre	Estado do Acre	Apoiar a implantação do CAR e a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) no estado do Acre	29.10.2013	16.838.000,00	11.198.000,00 / 66,50%	
<b>CAR: Tocantins Legal</b> Estado do Tocantins	Estado do Tocantins	Apoiar: (i) a implementação do CAR em 96 municípios do Estado; (ii) o aperfeiçoamento do sistema de monitoramento e controle do desmatamento; (iii) a implantação do programa de descentralização da gestão ambiental estadual nos municípios integrantes do bioma Amazônia; e (iv) o desenvolvimento do polo sustentável de silvicultura no bioma Amazônia do estado	21.05.2013	40.504.400,00	19.639.370,00 / 48,49%	

PROJETOS COM ESTADOS							
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Valor (R\$)/ Percentual desembolsado		
SDS Amazonas Estado do Amazonas	Municípios de Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã no Estado do Amazonas	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental em áreas sob intensa pressão pelo desmatamento no estado do Amazonas por meio da elaboração de marcos legais de cadastramento (Cadastro Ambiental Rural – CAR); do incentivo à regularização ambiental e fundiária; do aprimoramento dos mecanismos de licenciamento e monitoramento ambiental; e da recuperação de áreas desmatadas por meio de reflorestamentos com função econômica e ecológica	17.08.2010	20.000.000,00	19.465.286,19 / 97,33%		
Valorização do Ativo Ambiental Florestal Estado do Acre	Estado do Acre	Fomentar práticas sustentáveis de redução do desmatamento, com pagamento por serviços ambientais, valorizando o ativo ambiental e florestal para consolidar uma economia limpa, justa e competitiva, fundamentada no Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)	26.10.2010	60.000.000,00	45.389.820,82 / 75,65%		
<b>Semas Pará</b> Estado do Pará	Estado do Pará	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no estado do Pará por meio do aprimoramento do processo de emissão do CAR, da descentralização e da desconcentração das atividades de sua Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade e do aprimoramento do processo legal de licenciamento ambiental	09.07.2010	15.923.230,00	15.923.230,00 / 100,00%		

PROJETOS COM CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Valor (R\$)/ Percentual desembolsado
Pará Combatendo os Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas Estado do Pará	Estado do Pará	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Pará por meio da estruturação física e operacional de unidades do Corpo de Bombeiros Militar localizadas em dez municípios do estado	27.11.2012	16.830.280,00	16.830.280,00 / 100,00%
Rondônia Mais Verde Estado de Rondônia	14 municípios do estado de Rondônia	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado de Rondônia por meio de capacitação e de aquisição de materiais e equipamentos para a instrumentalização: (i) da Base de Operações Aéreas e Terrestre do Corpo de Bombeiros Militar, a ser construída pelo estado na capital Porto Velho; e (ii) de quatro unidades operacionais, localizadas em outros municípios do estado	11.09.2012	15.040.500,00	10.630.751,90 / 70,68%

PROJETOS COM CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES						
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Valor (R\$)/ Percentual desembolsado	
Proteção Florestal Tocantins Estado do Tocantins	31 municípios do estado do Tocantins	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Tocantins, com ênfase em sua região centro-norte, por meio da capacitação de gestores e treinamento nas comunidades, da estruturação de mecanismos de gestão integrada e da aquisição de materiais e equipamentos para a instrumentalização do Batalhão de Proteção Ambiental, localizado no município de Araguaína	27.03.2012	5.000.000,00	4.958.910,00 / 99,18%	
Bombeiros Florestais do Mato Grosso Estado de Mato Grosso	15 municípios no estado de Mato Grosso	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrentes de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado de Mato Grosso, por meio de capacitação e aquisições de aeronaves, veículos e equipamentos de apoio para a Base de Operações Aéreas e Terrestres do Corpo de Bombeiros Militar do estado, localizada na cidade de Sinop	13.09.2011	12.625.000,00	12.518.322,72 / 99,16%	



PROJETOS COM MUNICÍPIOS					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Valor (R\$)/ Percentual desembolsado
Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu Município de Cotriguaçu	Município de Cotriguaçu, estado de Mato Grosso	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no município de Cotriguaçu por meio da: (i) construção e estruturação física de sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; (ii) recuperação de áreas de preservação permanente degradadas (APPD) em propriedades rurais de até quatro módulos fiscais e no entorno de corpos d'água em áreas públicas; e (iii) implantação de unidades demonstrativas de recuperação e manejo de pastagem	22.07.2014	1.981.511,00	1.071.817,41 / 54,09%
Olhos d`Água da Amazônia – Fase II Município de Alta Floresta	Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso	Apoiar a recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis com vistas à regularização ambiental de propriedades rurais de agricultura familiar no município de Alta Floresta	11.06.2013	7.182.970,00	7.146.563,54 / 99,49%
Jacundá, Município de Economia Verde Município de Jacundá	Município de Jacundá, estado do Pará	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal por meio da: (i) estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo; (ii) expansão da capacidade de produção do viveiro municipal; e (iii) elaboração de estudo para a caracterização do território municipal	29.11.2011	792.200,00	199.352,05 / 25,16%
Nascentes do Buriti Município de Carlinda	Município de Carlinda, estado de Mato Grosso	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal por meio da estruturação física da Secretaria municipal de Meio Ambiente e Turismo; e ações de recuperação de 1.722 ha de áreas de preservação permanente (APP) no entorno de nascentes	02.08.2011	1.870.581,50	1.657.967,40 / 88,63%
Recupera Marcelândia Município de Marcelândia	Município de Marcelândia, estado de Mato Grosso	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal e a recuperação de áreas degradadas no entorno de 50 nascentes da sub-bacia do rio Manissauá-Missu, localizadas próximas à zona urbana no município	23.11.2010	554.215,22	554.215,22 / 100,00%



PROJETOS COM UNIVERSIDADES					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Valor (R\$)/ Percentual desembolsado
Biodiversidade Universidade Federal do Pará (UFPA)	Estado do Pará	Ampliar a infraestrutura de pesquisa da UFPA voltada para o estudo da biodiversidade, compreendendo: (i) construção e estruturação do Centro de Estudos Avançados da Biodiversidade (Ceabio); e (ii) reforma do Laboratório de Planejamento de Fármacos e do Laboratório de Neuroquímica Molecular e Celular e aquisição e instalação de equipamentos em laboratórios de pesquisa em biotecnologia	24.04.2012	4.639.706,98	4.639.706,98 / 100,00%
Compostos Bioativos da Amazônia Universidade Federal do Pará (UFPA)	Estado do Pará	(i) Instalar uma planta-piloto no laboratório de alimentos da UFPA para produzir e caracterizar extratos ricos em compostos bioativos; (ii) desenvolver novos produtos e aplicações tecnológicas a partir de compostos bioativos extraídos de plantas e frutas típicas da Amazônia Oriental	03.01.2012	1.352.336,00	1.352.368,47 / 100,00%
Florestas de Mangue Universidade Federal do Pará (UFPA)	Estado do Pará	(i) Pesquisar e desenvolver conhecimentos e técnicas relacionadas à recuperação de áreas degradadas de mangue na Região Norte; (ii) desenvolver modelos para estimativa da biomassa, sequestro de carbono e avaliação do estoque de carbono das florestas de mangue; (iii) ampliar a infraestrutura do Laboratório de Ecologia de Manguezal da UFPA, mediante a construção de prédio e aquisição de equipamentos para o laboratório	24.01.2012	1.982.143,00	1.982.143,00 / 100,00%

		PROJETOS INTERNACIONAIS			
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Valor (R\$)/ Percentual desembolsado
Monitoramento da Cobertura Florestal na Amazônia Regional Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)	Amazônia Regional	Contribuir para o desenvolvimento da capacidade de monitoramento do desmatamento, das mudanças de uso da terra e do aproveitamento florestal nos países membros da OTCA	03.05.2013	23.693.641,00	18.493.383,74 / 78,05%





# ANEXO 1 – Relatório de Auditoria e Demonstrações Financeiras do Fundo Amazônia



Fundo Amazônia Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

# Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

2



KPMG Auditores Independentes

Av. Almirante Barroso, 52 - 4° andar

20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000

www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Administrador do Fundo Amazônia Brasília - DF

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Amazônia ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial e financeiro em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Amazônia em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho das suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2000 R1).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brætieira e firmamembro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPN International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade sulça. KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of Independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.



Responsabilidade do Administrador sobre as demonstrações financeiras O Administrador do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2000 R1) e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstracões financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Administrador.

KPMC Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firmamembro da rede KPMC de firmas-membro independentes e affladas à KPM Internasional Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suiça. (PMS Auditores Independentes: a Brazilian entity and a member firm of his KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG nternational Cooperative ("KPMG International"), a Swise entity.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pelo Administrador, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluimos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com o Administrador a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bruno Vergasta de Oliveira Contador CRC 1RJ093416/O-0 T-SP

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firmamembro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMC International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

# BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.877.950	2.365.746
Despesas antecipadas	5	75.772	68.395
Total do Ativo		2.953.722	2.434.141
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO			
CIRCULANTE			
Recursos a destinar a projetos	6	2.877.950	2.365.746
Recursos de custeio	7	75.772	68.395
PATRIMÔNIO LIQUIDO			
Superávit/(déficit) acumulado			
Total do Passivo e do Patrimônio Liquido		2.953.722	2.434.141

# DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2016	2015
RECEITAS			
Receitas de doações para investimentos	6	134.146	127.509
Receitas de doações para custeio	3.3	2.557	1.163
Receitas financeiras	4	325.142	234.986
DESPESAS			
Despesas com doações para investimentos	6	(134.146)	(127.509
Despesas com remuneração de recursos de projetos	6	(325.142)	(234.986)
Despesas administrativas	8	(2.557)	(1.163
Despesas autimistrativas			

# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Superávit/ (Déficit) acumulado
Saldo em 1º de janeiro de 2015	
Exercício de 2015	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	
Exercício de 2016	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	

# DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

A STATE OF THE SECOND	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Recursos Recebidos			
Recursos recebidos Doações	6	331.142	504.815
Recursos recebidos retidos - (3%)	6	(9.934)	(15.145)
Destinação de recursos para projetos	6	(134.146)	(127.509)
Rendimentos financeiros	4	325.142	234.986
		512.204	597.147
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		512.204	597.147
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.365.746	1.768.599
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	2.877.950	2.365.746

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

### CONTEXTO DE ATIVIDADES

O Fundo Amazônia foi criado pela Resolução BNDES nº 1.640, de 3 de setembro de 2008, dando início as suas atividades em 9 de outubro de 2009, tendo por finalidade captar doações para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma Amazônia, nos termos do Decreto nº 6.527/2008, alterado pelos Decretos nº 6.565/2008 e 8.773/2016.

O Fundo Amazônia apoia projetos nas seguintes áreas:

- Gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- Controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- Manejo florestal sustentável;
- Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- Recuperação de áreas desmatadas.

A gestão do Fundo Amazônia é de responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, tendo como incumbência, dentre outras, a captação de recursos, a contratação e o monitoramento dos projetos e ações apoiados, além de representante judicial.

O Fundo Amazônia conta com um Comitê Orientador - COFA, com a atribuição de determinar suas diretrizes e acompanhar os resultados obtidos. Os membros deste comitê não são remunerados pelas funções exercidas, uma vez que suas atribuições são consideradas como de interesse público.

O Fundo Amazônia não possui personalidade jurídica própria, sendo as suas transações escrituradas em contas específicas da contabilidade do BNDES.

# BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucros, em conformidade com a Interpretação ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução no 1.409, de 21 de setembro de 2012, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

#### a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras, registradas como "caixa e equivalentes de caixa" e mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

#### b) Moeda Funcional

O Administrador concluiu que o real é a moeda funcional do Fundo.

# 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### 3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem aplicações financeiras de liquidez imediata em dois fundos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM, que possuem carteira de investimento conservadora com baixo risco de variação no valor de mercado dos investimentos. Os rendimentos das aplicações feitas junto à BB DTVM estão vinculados à variação da cota dos fundos investidos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.

#### 3.2 Recursos a destinar a projetos

Refere-se ao saldo ainda não destinado de doações recebidas, incluindo os rendimentos oriundos da aplicação desses recursos.

Conforme o Decreto nº 6.527/2008 e alterações posteriores, 97% dos recursos recebidos são destinados a projetos. Os valores são registrados no passivo e deduzidos pelas despesas incorridas de cada projeto, de modo que não resultam em aumento ou redução do patrimônio liquido do Fundo, tendo em vista que o Fundo é apenas o agente arrecadador e repassador para execução dos projetos.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

# 3.3 Doações para custeio

Conforme § 3º do artigo 1º do Decreto nº 6.527/08 e alterações posteriores, o BNDES deve segregar a importância equivalente a 3% do valor das doações para cobertura de seus custos operacionais e das despesas relacionadas ao Fundo Amazônia. A receita de custeio referente aos 3% das doações é contabilizada como "Recursos para Custeio", sendo a receita reconhecida conforme a utilização dos recursos pelo BNDES. O registro da transferência dos 3% realizado ao BNDES é apresentado como "Despesas Antecipadas" e apropriado como "Despesa Administrativa" conforme a utilização pelo BNDES.

# 3.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

O Fundo optou pelo método direto na apresentação desta demonstração. Os recursos recebidos de projetos foram tratados como atividades operacionais, tendo em vista que o Fundo atua como agente arrecadador e repassador destes recursos.

# 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São compostos da forma que segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Aplicação financeira junto ao Administrador (*)	2.877.950	2.365.746
TOTAL	2.877.950	2.365.746

(\*) O Administrador mantém os recursos do Fundo aplicados junto ao fundo de investimento BB Gaia Fundo de Investimento Renda Fixa (BB Gaia FIRF), que possui portfólio concentrado em títulos públicos do governo brasileiro, e, junto ao BB Gaia II Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa (BB Gaia II FIC FIRF), que concentra no mínimo 95% de seu patrimônio em cotas do BB Gaia FIRF. Ambos os fundos possuem cláusula de liquidez diária.

Conforme o Decreto nº 6.527/08 e alterações posteriores, o percentual de 97 % das doações recebidas é destinado à aplicação em projetos. O Fundo segrega estes recursos em conta de investimento específica. Os recursos, enquanto não direcionados a projetos, são aplicados pelo BNDES nos fundos exclusivos supracitados, administrados e geridos pela BB DTVM, sendo remunerados com base no índice de rendimento de cada um deles.

Adicionalmente, o fundo exclusivo BB Gaia II FIC FIRF foi criado em atendimento à Decisão de Diretoria nº 832/2012, que determinou a segregação contábil dos valores captados de fontes públicas brasileiras, os quais não podem ser destinados a projetos executados pela União Federal.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

Segue abaixo a movimentação de Caixa e Equivalentes de Caixa:

	Total	Recursos para projetos (Gaia FI)	Recursos para projetos (Gaia II FIC)	Recursos para custeio				
Saldo em 1º de janeiro de 2016	2.365.746	2.354.170	11.576					
Rendimentos	325.142	323.475	1.667	-				
Recursos retidos pelo BNDES (3%)	(9.934)			(9.934)				
Transferência de recursos		20	(20)					
Recursos liberados	(134.146)	(134.146)	-					
Doações recebidas	331.142	320.258	950	9.934				
Ministério Norueguês de Relações Exteriores	330.163	320.258	-	9.905				
Petrobras	979		950	29				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.877.950	2.863.777	14.173					

31/12/2015								
	Total	Recursos para projetos (Gaia FI)	Recursos para projetos (Gaia II FIC)	Recursos para custeio				
Saldo em 1º de janeiro de 2015	1.768.599	1.761.004	7.595	-				
Rendimentos	234.986	233.770	1.216					
Recursos retidos pelo BNDES (3%)	(15.145)			(15.145)				
Transferência de recursos		(20)	20					
Recursos liberados	(127.509)	(127.509)						
Doações recebidas	504.815	486.925	2.745	15.145				
Ministério Norueguês de Relações Exteriores	501.985	486.925		15.060				
Petrobras	2.830		2.745	85				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.365.746	2.354.170	11.576					

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

# 5. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de despesas antecipadas é composto pelo equivalente a 3% do valor das doações, retidas pelo BNDES para cobertura dos custos operacionais do Fundo Amazônia, líquido dos valores reconhecidos como "Despesas administrativas" no Fundo Amazônia de acordo com a utilização pelo BNDES.

# 6. RECURSOS A DESTINAR A PROJETOS

O saldo de recursos de projetos foi recebido dos seguintes doadores: (i) Ministério Norueguês de Relações Exteriores, (ii) KFW e (iii) Petrobras, e se destinam a projetos específicos e vinculados ao objetivo do Fundo Amazônia.

Segue abaixo a movimentação dos recursos de projetos:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	2.365.746	1.768.599
Rendimentos	325.142	234.986
Recursos liberados	(134.146)	(127.509)
Doações recebidas (*)	321.208	489.670
Saldo no final do exercício	2.877.950	2.365.746

(\*) Valor líquido da parcela de 3% destinada à cobertura de custos.

O montante de R\$ 134.146 (2015: R\$ 127.509) está registrado em conta de resultado nas rubricas "Receita de doações para investimentos" e "Despesas com doações para investimentos", anulando-se pelo fato do Fundo Amazônia não ter fíns lucrativos.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

Desde o início de suas atividades até 31 de dezembro de 2016, o Fundo da Amazônia recebeu recursos dos seguintes doadores:

Até 3	1/12/2016		
Doador	Recursos para custeio 3%	Recursos para projetos 97%	Total 100%
Ministério Norueguês de Relações Exteriores	83.252	2.691.831	2.775.083
KFW	1.821	58.876	60.697
Petrobras	426	13.796	14.222
Total	85.499	2.764.503	2.850.002

Até 31	/12/2015		
Doador	Recursos para custeio 3%	Recursos para projetos 97%	Total 100%
Ministério Norueguês de Relações Exteriores	73.347	2.371.573	2.444.920
KFW	1.821	58.876	60.697
Petrobras	397	12.846	13.243
Total	75.565	2.443.295	2.518.860

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

Os valores	liberados	para	projetos	são	anresentados	no	quadro abaixo:

Nº do Projeto	Sigla do Projeto	Contratado	Total Liberado até 2015	Liberado 2016 (*)	Total cancelado até 2016 (**)	Total Liberado até 2016	Saldo a Liberar
2286072	ACRE, ESTADO	60.000	45.390			45.390	14.610
3887535	ACT BRASIL	1.452	330	597		927	525
4478467	ALTA FLORESTA II	7.183	6.422	725	Lient III	7.147	36
2357958	ALTA FLORESTA/MT	2.782	2.782	-		2.782	
5656683	AMAZONAS SUSTENTAVEL	31.518		10.235	-	10.235	21.283
2477028	AMAZONAS, ESTADO	20.000	17.516	1.949		19.465	535
4660705	APL BABACU CP1	5.286	-	1.800		1.800	3.486
4663721	ARAPAIMA CP1	6.365	1.610	3.300		4.910	1.455
3632605	BOMBEIROS AC I	13.281	13.281		-	13.281	
3250735	BOMBEIROS MT-III	12.625	11.724	794	-	12.518	107
4144809	BOMBEIROS PA	16.830	16.830			16.830	District.
3539828	BOMBEIROS RO I	15.041	10.631	-		10.631	4.410
3371355	BOMBEIROS TO II	5.000	4.623	336		4.959	41
4663801	CADEIAS DE VALOR CP1	3.106		1.611		1.611	1.495
5120194	CAR AC	16.838	5.581	5.617		11.198	5.640
5184916	CAR BA	31.671	6.878			6.878	24.793
5452380	CAR CE	24.583	-	6.903		6.903	17.680
5126085	CAR MS	8.790	1.416			1.416	7.374
5429845	CAR RR	10.820				-	10.820
2833684	CARLINDA/MT	1.871	1.658			1.658	213
5570755	CENSIPAM	63.923		5.796		5.796	58.127
4662360	COOPAVAM-SENTINELAS (CP1)	5.289	4.064	1.174		5.238	51
4393965	COTRIGUACU/MT	1.982	442	630		1.072	910
4663831	CTA CP1	3.238	1.034	926	-	1.960	1.278
5106877	CTI INDIOS ISOLADOS	19.043	10.904		-	10.904	8.139
5452280	EMBRAPA	33.691	-	1.523	- 180	1.523	32.168
3889434	ESTADO DE MATO GROSSO	35.016	3.154	4.893		8.047	26.969
4488847	EST-AMAPA/FUNDO AMAZONIA	40.304			-	-	40.304
4853474	EST-PA/FUNDO AMAZONIA	82.379	24.058	17.132	-	41.190	41.189
4662356	CP1	5.082	2.618	485		3.103	1.979
2119668	FAS /2009-2013	19.169	19.166	(59)	3	19.107	59
2603101	FASE	7.616	5.820	1.078	-	6.898	718
5200045	FBB FUNDO AMAZONIA 2013	12.000					12.000
3625567	FBB-FUNDO AMAZONIA ANO 1	15.000	14.516		-	14.516	484
5297419	FORCA NACIONAL	30.631		855	-	855	29.776

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

Nº do Projeto	Sigla do Projeto	Contratado	Total Liberado até 2015	Liberado 2016 (*)	Total cancelado até 2016 (**)	Total Liberado até 2016	Saldo a Liberar
4663722	FRUTOS DA FLORESTA CP1	4.054		479		479	3.575
2258088	FUNBIO/ARPA - FASE II	20.000	19.949	Manager -	51	19.949	-
2229703	FUNBIO/KAYAPO	16.900	7.351		11 S 11 -	7.351	9.549
4662284	FUNDACAO JARI CP1	2.839		bearing.	-	Mailens -	2.839
4067384	IBAM	18.853	6.930	7.020	Parents.	13.950	4.903
3465328	IBAMA PREVFOGO	14.717	727	1.260	-	1.987	12.730
5799715	IEB PNGATI	11.449					11.449
5667927	IEPE PNGATI	11.859	100	3.411		3.411	8.448
2419791	IFT	7.449	7.449			7.449	
4662287	IMAFLORA CP1	3.313	352	1.102		1.454	1.859
2194637	IMAZON	9.736	9.736		-	9.736	
5439336	IMAZON II	12.105		4.582		4.582	7.523
3908361	INPE 1 AMAZONIA	66.952	38.886	Section 2		38.886	28.066
4663727	INST SOCIOAMBIENTAL CP1	8.024	5.288	2.736		8.024	
2305301	IOV SEMENTES DO PORTAL	5.423	5.397		26	5.397	
2195002	IPAM	24.939	18.737	4.692		23.429	1.510
5667960	ISA PNGATI	11.712		1.683		1.683	10.029
2684355	ISPN	12.844	6.829	3.515	to be seen a	10.344	2.500
2822027	JACUNDA/PA	792	199			199	593
667931	KANINDE PNGATI	8.189		2.682		2.682	5.507
3458307	MAMIRAUA	8.505	3.954	1.687		5.641	2.864
3548476	MARANHAO, ESTADO	20.036	5.752	(5.752)	20.036		
2449510	MARCELANDIA/MT - REC. APP	669	554		115	554	regre
2235487	MUSA	9.985	8.454	1.150	sisting install	9.604	381
4662289	NECTAR DA AMAZONIA CP1	2.030	518	928		1.446	584
5667957	OPAN PNGATI	8.160		2.835		2.835	5.325
1319576	OTCA AMAZONIA REGIONAL	23.694	18.493			18.493	5.201
4215040	PDSEAI RO	32.660	10.642			10.642	22.018
2314586	PORTO DOS GAUCHOS/MT	134	121		13	121	
5838880	PROFISC1	56.296	-	9.127	-	9.127	47.169
5240921	PROJETO ALTO JURUA	6.598	1.505	4.051		5.556	1.042
1663726	PROJETO RECA CP1	6.423	4.888	1,437	-	6.325	98
3698757	RIOTERRA	9.117	4.817	2.095	A CINE	6.912	2.205
4001056	SEC MEIO AMBIENTE PALMAS	40.504	19.639		•	19.639	20.865
2186241	SECR. MEIO AMBIENTE, PARA	15.923	14.540	1.383		15.923	
3904720	SEIND-AM	16.465	2.950		Distriction of	2.950	13.515
4753456	SEMENTES DO PORTAL	16.086	6.355	5.130		11.485	4.601

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

Nº do Projeto	Sigla do Projeto	Contratado	Total Liberado até 2015	Liberado 2016 (*)	Total cancelado até 2016 (**)	Total Liberado até 2016	Saldo a Liberar
	FASEII						
3721778	SEPROR-AM	14.900	5.900	Part line	-	5.900	9.000
3391224	SFB - IFN	65.001	8.783	5.163		13.946	51.055
4663830	SOS AMAZONIA CP1	9.993	1.642	1.893		3.535	6.458
2182528	TNC BRASIL	16.000	16.000	Contractor -		16.000	-
4839312	TNC GATI	15.750	4.597			4.597	11.153
2350729	UEA CARTOGRAFIA SOCIAL	4.615	4.615	-	- 3-5	4.615	-
2318697	UFPA BIODIVERSIDADE	4.640	4.640		-	4.640	
2318770	UFPA COMPOSTOS BIOATIVOS	1.352	1.074	278	700 -	1.352	
2318784	UFPA FLORESTAS DE MANGUE	1.982	1.982	-		1.982	-
2318780	UFPA ILHAS DE BELEM	1.138	1.138	-	* * * * * * * * * * * * * * * * * * *	1.138	-
2445146	UFPA/NAEA FORUM AMAZONIA	2.704	2.704	(44)		2.660	44
3469386	WWF - PESCA SUSTENTAVEL	3.206	1.883	1.323		3.206	
	Total	1.356.120	518.418	134.146	20.244	652.564	683.312

<sup>(\*)</sup> Devolução de principal não utilizado, no montante de R\$ 5.855 em 2016 (R\$ 1.454 em 2015), sendo o valor devolvido ao Fundo com destinação para aplicação em fundo de investimento, conforme descrito na Nota Explicativa nº

Em 31 de dezembro de 2016 as seguintes operações encontravam-se aprovadas pela Diretoria do BNDES e ainda não contratadas.

Nº do projeto	Sigla do Projeto	Valor Aprovado
5514535	CAR PR .	14.110
5667923	CTI PNGATI	11.935
5774032	VALE SUSTENTAVEL	35.000
	Total	61.045

#### 7. RECURSOS DE CUSTEIO

O saldo de recursos de custeio refere-se à parcela da doação (3%) retida pelo BNDES ainda não reconhecida como "Receita de doação". O reconhecimento da receita de doação ocorre conforme a utilização dos recursos pelo BNDES.

<sup>(\*\*)</sup> Cancelamento, inclusive de operações apenas contratadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

#### 8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi reconhecido como despesa administrativa o montante de R\$ 2.557 (2015: R\$ 1.163), sendo as mais relevantes: publicidade, viagens e diárias, seminários e eventos e serviços de auditoria.

## 9. IMPOSTOS

Todas as obrigações tributárias que porventura venham a existir por conta de operações no âmbito do Fundo Amazônia são de responsabilidade do BNDES, uma vez que o Fundo não possui personalidade jurídica própria, sendo suas transações escrituradas em contas específicas na contabilidade do BNDES.

#### Pis e Cofins

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 11.828, de 20 de novembro de 2008, com redação dada pela Lei 12.810, de 15 de maio de 2013, ficam isentas da incidência da Contribuição para o PIS-PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) as doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, inclusive programas de remuneração por serviços ambientais, e de promoção da conservação e do uso sustentável dos biomas brasileiros.

#### Imposto de Renda e Contribuição Social

Não há resultado a ser oferecido à tributação de IRPJ e CSSL, pois a receita de doação é reconhecida no resultado no mesmo momento da apropriação das despesas operacionais com projetos idealizados no âmbito do Fundo Amazônia, conforme aprovação da solução de consulta n° 59 SRRF07/Disit, de 06/08/2009, realizada pelo BNDES junto à Secretaria da Receita Federal. O mesmo ocorre em relação ao resultado financeiro proveniente das aplicações em fundos de investimento.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

#### 10. PARTES RELACIONADAS

O Fundo Amazônia possui relacionamento com o BNDES, que está autorizado a destinar o valor das doações recebidas em espécie para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento, combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável do bioma amazônico. O relacionamento mencionado se refere aos valores correspondentes a "caixa e equivalente de caixa" (conforme Nota Explicativa nº 4), que se encontram em contas bancárias, cuja titularidade é do BNDES.

Adicionalmente, o BNDES retêm a importância equivalente a 3% do valor das doações para cobertura de seus custos operacionais e das despesas relacionadas ao Fundo Amazônia, vide maiores explicações na Nota Explicativa nº 5 "despesas antecipadas".

# 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do Fundo Amazônia é composto por superávit/(déficit) dos exercícios.

#### 12. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Fundo não apresenta riscos significativos de crédito, liquidez, mercado e operacional, pois possui operações muito limitadas. O Fundo tem concentração de risco de crédito com seu Administrador (fundos investidos) conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4. Os valores contábeis representam o montante do risco de crédito do Fundo.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

DIRETORIA:
Maria Silvia Bastos Marques - Presidente
Cláudia Pimentel Trindade Prates
Claudio Coutinho Mendes
Eliane Aleixo Lustosa de Andrade
Marcelo de Siqueira Freitas  Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos
Ricardo Baldin
Ricardo Luiz de Souza Ramos
Vinicius do Nascimento Carrasco  Vaura Para De Controladoria:
Vânia Maria da Costa Borgerth
Contador - CRC-RJ 064817/O-3
7
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE RELATÓRIOS SOCIETÁRIOS:
Alexandre Cordeiro de Andrade
Contador - CRC-RJ 080694/O-0

# ANEXO 2 – Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes 0390/17 JC/CMO/LLL/LCSM/TMS

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES)	
Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes	
Conteúdo	
Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes	
Introdução	
Procedimentos aplicados	
Escopo e limitações	
Projetos apoiados	
Aspectos ambientais nos projetos analisados no âmbito do Fundo Amazônia	
Conclusões	
	2



Tel.: +55 21 2210 5166 Fax: + 55 21 2224 5285 www.bdobrazil.com.br Rua Buenos Aires, 48 4º andar - Centro Rio de Janeiro/RJ 20070-022

#### RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Rio de janeiro - RJ

#### 1. Introdução

Fomos contratados com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguração limitada, a fim de se verificar a conformidade dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia em 2016, no tocante às normas e diretrizes a ele aplicáveis.

Nossa responsabilidade é de emitir um relatório de asseguração limitada sobre a conformidade dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

#### 2. Procedimentos aplicados

Os procedimentos de asseguração limitada foram realizados de acordo com a Norma NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aprovada pela Resolução CFC 1.160/2009, e com a ISAE 3000 - International Standard on Assurance Engagements, emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB), ambas para trabalhos de asseguração que não sejam de auditoria ou de revisão de informações financeiras históricas.

Os procedimentos de asseguração limitada compreenderam:

- a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, coerência, o volume de informações quantitativas e qualitativas;
- b) O entendimento da metodologia de análise dos projetos através de entrevistas com os gestores responsáveis pelas informações;
- c) Exame dos relatórios de análise, decisões da Diretoria e contratos, verificação de conformidade com o Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, que dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em especial ao contido no artigo 1º, e das normas e diretrizes emanadas pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA);
- d) Avaliação da conformidade da finalidade (produtos e serviços), resultados esperados e objetivos dos projetos analisados pelas equipes técnicas do BNDES, aprovados pela sua Diretoria, contratados ou a contratar, para verificação de sua conformidade, quando aplicável, com as orientações estratégicas contidas no Plano Amazônia Sustentável (PAS) e com as diretrizes tático-operacionais do Plano de Ação para a Prevenção e o Controle de Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM);

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.



 e) Confronto das informações quantitativas e qualitativas dos relatórios de análise e suas conclusões com as decisões da diretoria e os contratos assinados entre o BNDES e os executores dos projetos.

#### 3. Escopo e limitações

Nosso trabalho teve como objetivo a aplicação de procedimentos de asseguração limitada quanto ao cumprimento, pelo BNDES, das exigências constantes no Decreto nº 6.527/2008, no que tange às ações apoiáveis das diretrizes e critérios estabelecidos pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e, quando aplicável, das orientações estratégicas contidas no Plano Amazônia Sustentável (PAS) e das diretrizes tático-operacionais do Plano de Ação para Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), não incluído a avaliação do cumprimento, pelos beneficiários dos projetos, das obrigações contratadas pelo BNDES.

A realização dos procedimentos e das análises pertinentes esteve restrita aos documentos disponibilizados pelo BNDES e não foi objeto de validação da autenticidade dos mesmos.

Os procedimentos aplicados não representam um exame de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria das demonstrações financeiras.

Nosso relatório não proporciona asseguração limitada sobre o alcance de metas, resultados e expectativas e sobre informações que estão sujeitas à avaliação subjetiva.

Adicionalmente, não foi prevista a realização de perícias documentais e de procedimentos de identificação de fraudes.

#### 4. Projetos apoiados

Na realização dos trabalhos de asseguração limitada foram analisadas as aprovações e contratações de colaboração financeira não reembolsável a projetos no decorrer do exercício de 2016, compreendendo os seguintes estágios e executores:

#### a) Projetos aprovados em 2015 e contratados em 2016

Operação	Projeto		
Operação nº 2235487 (*)	Musa		
Operação nº 5429845 (*)	Car RR		
Operação nº 5452280 (*)	Embrapa		
Operação nº 5667927 (*)	lepe PNGATI		
Operação nº 5667931 (*)	Kaninde PNGATI		
Operação nº 5667957 (*)	Opan PNGATI		



#### b) Projetos aprovados e contratados em 2016

Operação	Projeto
Operação n° 5452380 (*)	Car CE
Operação nº 5656683 (*)	Fundação Amazonas Sustentável (FAS)
Operação nº 5667960 (*)	Isa PNGATI
Operação nº 5838880 (*)	Profisc1
Operação nº 5799715 (*)	leb PNGATI

#### c) Projetos aprovados em 2016 e a contratar/contratados em 2017

Operação	Projeto
Operação nº 5514535 (*)	Car PR
Operação nº 5667923 (*)	Cti PNGATI
Operação nº 5774032 (*)	Vale Sustentável

<sup>(\*)</sup> Numeração interna do BNDES

# 5. Aspectos ambientais nos projetos analisados no âmbito do Fundo Amazônia

Ao final deste trabalho, dispomos de elementos que contribuem para um melhor entendimento do tema, em relação ao seu estágio atual e perspectivas futuras, de modo a auxiliar o processo de tomada de decisão. Há uma grande oportunidade para promoção do desenvolvimento ambiental, social, econômico e de preservação da floresta nas áreas de abrangência do Fundo, com real perspectiva de contenção do desmatamento na Amazônia Legal e viabilização de alternativas de proteção e uso sustentável da floresta, com base nos mecanismos e processos expostos no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), Plano Amazônia Sustentável (PAS), e no arcabouço legal, por meio do Decreto nº 6.527/2008 e da Lei nº 12.187/2009.

Na análise dos projetos propostos e dos procedimentos e critérios usados na concessão dos recursos provenientes do Fundo Amazônia, ficam explicitados os eixos que norteiam o escopo desses projetos, bem como a concessão dos recursos: ordenamento territorial e fundiário; monitoramento e controle; fomento às atividades produtivas sustentáveis; desenvolvimento científico e tecnológico.

#### 6. Conclusões

a) Confrontamos as cláusulas dos contratos de concessão de colaboração financeira aos projetos listados no item 4, subitem "a" (projetos aprovados em 2015 e contratados em 2016) com o texto das decisões de Diretoria do BNDES que aprovaram a colaboração financeira.



Verificamos que foi mantida nos contratos a finalidade prevista nas decisões de Diretoria do BNDES que aprovaram a colaboração financeira aos projetos. Também verificamos que os instrumentos contratuais não introduziram quaisquer alterações que possam ter afetado a conformidade dos projetos em relação ao Decreto nº 6.527/2008, aos critérios e diretrizes do COFA e, quando aplicável, ao PAS e ao PPCDAM.

Os relatórios de análise e as decisões da Diretoria referentes a esses projetos foram objeto de nossa análise de asseguração, referente ao exercício de 2015. O relatório de auditoria emitido em 11 de abril de 2016 concluiu pela conformidade dos projetos em relação ao Decreto nº 6.527/2008, aos critérios e diretrizes do COFA e, quando aplicável, ao PAS e ao PPCDAM.

b) Confrontamos as informações contidas nos relatórios de análises de projetos listados no item 4, subitens "b" e "c" (projetos aprovados e contratados em 2016 e projetos aprovados em 2016 e a contratar/contratados em 2017), com as exigências constantes no Decreto nº 6.527/2008, com os critérios e as diretrizes estabelecidas pelo COFA e, quando aplicável, com as orientações estratégicas do Plano Amazônia Sustentável (PAS) e com as diretrizes tático-operacionais do Plano de Ação para a Prevenção e o Controle de Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM).

Não foram encontradas inconformidades.

c) Confrontamos o texto das decisões de Diretoria do BNDES que aprovaram a colaboração financeira aos projetos listados no item 4, subitens "b" e "c" (projetos aprovados e contratados em 2016 e projetos aprovados em 2016 e a contratar/contratados em 2017), com as informações contidas nos relatórios de análises.

Verificamos que foi mantida na aprovação da Diretoria do BNDES a finalidade dos projetos, objeto dos relatórios emitidos pelas equipes técnicas do BNDES. Também verificamos que as decisões da Diretoria não introduziram quaisquer alterações que possam ter afetado a conformidade dos projetos em relação ao Decreto nº 6.527/2008, aos critérios e diretrizes do COFA e, quando aplicável, ao PAS e ao PPCDAM.

d) Confrontamos as cláusulas dos contratos de concessão de colaboração financeira aos projetos listados no item 4, subitem "b" e (projetos aprovados e contratados em 2016) com o texto das decisões de Diretoria do BNDES.



Verificamos que foi mantida nos contratos a finalidade prevista nas decisões de Diretoria do BNDES que aprovaram a colaboração financeira aos projetos. Também verificamos que os instrumentos contratuais não introduziram quaisquer alterações que possam ter afetado a conformidade dos projetos em relação ao Decreto nº 6.527/2008, aos critérios e diretrizes do COFA e, quando aplicável, ao PAS e ao PPCDAM.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2017.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 SP 013846/F

Julian Clemente

Contador CRC 1 SP 197232/0-6-S-RJ

Cristiano Mendes de Oliveira Contador CRC 1 RJ 078157/0-2

# ANEXO 3 – Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos e focos de atuação para o biênio 2015-2016

Pr	ojetos na Amazônia Legal	Projetos n	o Brasil fora da Amazônia Legal	Projetos e	m outros países tropicais
Α	Critérios orientadores	G1-G4	Critérios orientadores	H1-H3	Critérios orientadores
В	Condicionantes mínimos para projetos	G5-G14	Condicionantes mínimos para projetos	H4-H12	Condicionantes mínimos para projetos
С	Modalidades de aplicação dos recursos	G15-G16	Modalidades de aplicação dos recursos	H13-H14	Modalidades de aplicação dos recursos
D	Restrição de uso dos recursos	G17-G19	Restrição de uso dos recursos	H15-H17	Restrição de uso dos recursos
Е	Critérios de equidade na aplicação dos recursos	G20	Critérios de equidade na aplicação dos recursos	H18	Critérios de equidade na aplicação dos recursos
F	Limitações na aplicação dos recursos				

Focos para	Focos para o apoio do Fundo Amazônia no biênio 2015-2016				
l1-l2	Orientações gerais				
13-15	Amazônia Legal – Eixo Monitoramento e Controle				
16-18	Amazônia Legal – Eixo Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis				
19-111	Amazônia Legal – Eixo Ordenamento Fundiário e Territorial				
I12-I15	Amazônia Legal – Foco Desenvolvimento Científico e Tecnológico				
I16-I18	Modalidades operacionais				
I19-I20	O apoio do Fundo Amazônia no Brasil fora da Amazônia Legal				
I21	O apoio do Fundo Amazônia em outros países tropicais				

CONSOLIDADO EM: 02.12.2016



# Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia na Amazônia Legal

Área de aplicação	Limite de aplicação do total dos recursos disponíveis no ano	Tabelas
Projetos na Amazônia Legal	Sem limite	A-F

# A. Critérios orientadores

Critérios
Geográfico
Temático
Diversidade de atores envolvidos e governança compartilhada
Público-alvo
Relevância
Linhas de aplicação BNDES

# B. Condicionantes mínimos para projetos

Código	Condicionantes
B1	Indicadores de resultados
B2	Proponentes / executores
В3	Participação social
B4	Coerência com áreas temáticas Fundo Amazônia
B5	Coerência com o Plano Federal e os Planos Estaduais de Prevenção e Combate ao Desmatamento
В6	Coerência com PAS
В7	Contribuição para REDD
B8	Adicionalidade de recursos
В9	Contrapartida
B10	Base territorial
B11	Publicidade e transparência
B12	Sustentabilidade do projeto
B13	Desconcentração dos recursos
B14	Benefícios de uso coletivo
B15	Não substituição de outras fontes de financiamento

# C. Modalidades de aplicação dos recursos

Modalidades		
Aplicação direta – Investimento		
Aplicação direta – Custeio		
Pagamento por serviços ambientais		
Serviços continuados de longo prazo		
Aplicação indireta		

# D. Restrição de uso dos recursos

Código	Restrições
D1	Diárias
D2	Pagamento de pessoas físicas
D3	Impostos e tributos

# E. Critérios de equidade de aplicação dos recursos

Código	Critérios
E1	Equidade na aplicação de recursos por Estado
E2	Equidade por tipo de proponente

# F. Limitações na aplicação dos recursos

Código	Limitações			
F1	Projetos com fins econômicos			
F2	Projetos com fins econômicos de apoio a grupos sociais fragilizados			
F3	Projetos com fins econômicos de arranjos produtivos locais (APL) de uso coletivo			
F4	Projetos com fins econômicos de pesquisa científica e tecnológica desenvolvidos em cooperação entre instituições tecnológicas (IT) e entidades com fins econômicos			

#### CRITÉRIOS ORIENTADORES

#### A1 – Geográfico

- Projetos realizados nos municípios prioritários para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento (a definição destes municípios é realizada em conformidade com o art. 2º do Decreto 6.321/2007);
- Projetos realizados nos municípios sob área de influência de grandes obras do PAC; e
- Projetos realizados nos municípios/regiões com maior conservação da cobertura florestal.

#### A2 – Temático

#### Ações para valorizar a floresta em pé (conservação e uso sustentável)

- a. Promoção e incremento na escala de produção de cadeias produtivas de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originados em manejo sustentável da floresta incluindo planos de manejo, pesquisa, inovação, e difusão científica e tecnológica, desenvolvimento de mercado, treinamento e capacitação;
- b. Implementação de sistemas de pagamento por serviços ambientais associados ao incremento e/ou manutenção da cobertura florestal e/ou sistemas florestais e agroflorestais;
- c. Desenvolvimento e implantação de modelos de recuperação de APPs e Reserva Legal, com ênfase no uso econômico; O uso econômico de APPs somente será apoiado nos termos da legislação em vigor.
- d. Consolidação de áreas protegidas, em especial as unidades de conservação de uso sustentável e terras indígenas;

#### Ações para promover ordenamento territorial e regularização fundiária

- e. Destinação de florestas públicas não destinadas, com a priorização para as florestas comunitárias;
- f. Repressão à grilagem de terras, regularização e ordenamento fundiário, preferencialmente em áreas com maior concentração de posses e/ou conflitos; Regularização fundiária inclui os processos de regularização e o acompanhamento desses processos pela sociedade.

#### Ações para estruturar e integrar os sistemas de controle, monitoramento e fiscalização ambiental na Amazônia

- g. Apoio à estruturação dos órgãos estaduais responsáveis pela gestão ambiental estadual;
- h. Apoio à implementação de sistemas municipais de monitoramento e fiscalização ambiental;
- i. Estruturação e integração dos sistemas de controle da gestão florestal, do licenciamento ambiental das propriedades rurais e de rastreamento e cadeia de custódia de produtos agropecuários e florestais;
- j. Ampliação e intensificação dos sistemas de monitoramento do desmatamento e degradação florestal.

#### A3 – Diversidade de atores envolvidos e governança compartilhada

Projetos que envolvam a articulação entre diversos atores, do setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais, com estrutura de governança compartilhada.

#### A4 – Público-alvo

Projetos envolvendo benefícios diretos a comunidades tradicionais, assentamentos e agricultores familiares.

#### A5 – Relevância

Projetos com maior potencial de replicabilidade

Projetos com maior potencial de impacto (ex. R\$ / hectare de floresta protegido ou manejado sustentavelmente)

#### A6 – Linhas de aplicação BNDES

Priorizar os projetos que contemplem as linhas (a) atividades produtivas sustentáveis e (d) desenvolvimento científico e tecnológico. O BNDES deve envidar esforços para aplicar recursos nas áreas prioritárias, incluindo instrumentos de indução da demanda.

#### CONDICIONANTES MÍNIMOS PARA PROJETOS

#### **B1** – Indicadores de resultados

Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados aos objetivos do Fundo Amazônia.

#### **B2** – Proponentes / executores

Projeto deve incluir anuência de todos os parceiros e coexecutores.

#### B3 – Participação social

Projetos envolvendo comunidades tradicionais e povos indígenas devem, obrigatoriamente, apresentar documento que comprove o consentimento prévio dessas comunidades ou de suas instituições representativas. As comunidades envolvidas deverão ser explicitadas no projeto. Projetos relacionados às atribuições dos órgãos públicos, ou ao estabelecimento de políticas públicas, não necessitam, obrigatoriamente, da anuência dos beneficiários.

#### B4 - Coerência com áreas temáticas Fundo Amazônia

Projeto deve se enquadrar em pelo menos uma área temática do Decreto 6.527/2008.

#### B5 - Coerência com o Plano Federal e os Planos Estaduais de Prevenção e Combate ao Desmatamento

Projeto deve demonstrar clara coerência com ações previstas no PPCDAm e nos Planos Estaduais de Prevenção e Combate ao Desmatamento. Na ausência do Plano Estadual de Prevenção e Combate ao Desmatamento não se aplica o critério.

#### **B6 – Coerência com PAS**

Projeto deve demonstrar clara coerência com diretrizes do PAS.

#### **B7 – Contribuição para REDD**

Projeto deve contribuir direta ou indiretamente para levar à REDD.

#### **B8** - Adicionalidade de recursos

Projetos devem representar adicionalidade aos orçamentos públicos destinados às áreas de aplicação do Fundo Amazônia. Na aplicação deste critério poderão ser considerados os seguintes aspectos:

- orçamento médio executado nos dois anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta;
- grau de contingenciamento de recursos no orçamento público para a execução da ação;
- previsão nos planos plurianuais de governo vigentes (PPAs).

# B9 – Contrapartida

Deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, demonstrando adicionalidades aos recursos tomados junto do Fundo Amazônia e produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do fundo. As contrapartidas podem se dar na forma recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

#### B10 – Base territorial

Projetos devem explicitar sua base territorial de aplicação (estado e, onde aplicável, município).

#### **B11 – Publicidade e transparência**

Projetos devem contar com mecanismo de divulgação de sua implementação pela internet. O BNDES disponibilizará ferramenta padronizada de integração e divulgação de informações atualizadas da implementação de todos os projetos.

#### B12 – Sustentabilidade do projeto

Apresentar estratégias de sustentação dos resultados do projeto pós-implementação.

#### B13 – Desconcentração dos recursos

Deve-se buscar equilibrar, no conjunto da atuação do fundo, o apoio a todas suas áreas temáticas, de acordo com as prioridades que forem definidas.

#### **B14** – Benefícios de uso coletivo

Os resultados dos projetos com fins econômicos devem ser de uso coletivo ou público, relacionados a:

- infraestrutura produtiva de uso coletivo;
- estudos e levantamentos com resultados disponibilizados à coletividade;
- treinamento e capacitação abertos à coletividade;
- · desenvolvimento tecnológico com resultados;
- · abertos à coletividade, sempre que viável;
- inovações replicáveis e de aplicação prática;
- outros benefícios coletivos identificados no processo de avaliação dos projetos.

#### B15 – Não substituição de outras fontes de financiamento

Os recursos do Fundo Amazônia não podem substituir outras fontes de financiamento disponíveis.

# MODALIDADES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

#### C1 - Aplicação direta - Investimento

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive mediante a contratação de terceiros. Inclui investimentos em construções, equipamentos, treinamento e capacitação para estabelecimento de iniciativas. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

#### C2 - Aplicação direta - Custeio

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive mediante a contratação de terceiros. Inclui gastos de viagem/missões de campo, consultorias de pessoa física ou jurídica, materiais de campo, comunicação entre outros. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

#### C3 – Pagamento por serviços ambientais

Pagamentos realizados aos provedores de serviços ambientais. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

#### C4 - Serviços continuados de longo prazo

São serviços que devem ser sustentados a longo prazo para obtenção de resultados de longo prazo como monitoramento de desmatamento ou degradação florestal, inventário florestal, entre outros. Os projetos de serviços continuados poderão ser de até dez anos e deverão contar com mecanismo de acompanhamento contínuo de sua implementação e divulgação pública de seus resultados. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

#### C5 – Aplicação indireta

Aplicações indiretas por intermédio de iniciativas agregadoras de pequenos projetos, aí incluídos fundos e outras organizações implementadoras de projetos.

#### **RESTRIÇÃO DE USO DOS RECURSOS**

#### D1 – Diárias

Não poderão ser pagas diárias para agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública. Não se aplica esta restrição em caso de financiamento de atividades de pesquisa.

#### D2 – Pagamento de pessoas físicas

Não poderão ser efetuados pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a servidores públicos em regime de dedicação exclusiva nas três esferas de governo (não se aplica a restrição ao pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa especificamente relacionadas ao projeto).

#### D3 – Impostos e tributos

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes e ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto (restrição não se aplica a tributos relacionados às atividades dos projetos, como ICMS incluído nos preços dos produtos; INSS sobre o pagamento de serviços de pessoa física etc.)

#### CRITÉRIOS DE EQUIDADE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

#### E1 - Equidade na aplicação de recursos por estado

Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo estado.

#### E2 - Equidade por tipo de proponente

Evitar a concentração de recursos entre os tipos de proponentes: órgãos públicos, instituições de pesquisa e, organizações da sociedade civil. No contexto do Fundo Amazônia, incluem-se em sociedade civil as organizações não governamentais, representações de classe, empresas e outras instituições de direito privado.

#### LIMITAÇÕES NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

#### F1 - Projetos com fins econômicos

Participação máxima do Fundo Amazônia:

90% para projetos que envolvam micro e pequenas empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual menor ou igual a R\$ 10,5 milhões;

70% para projetos que envolvam médias empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 10,5 milhões e menor ou igual a R\$ 60 milhões;

50% para projetos que envolvam grandes empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 60 milhões.

Observação: na hipótese de início de atividades no próprio ano-calendário, os limites acima referidos serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses. Nos casos de empresas em implantação, será considerada a projeção anual de vendas utilizada no empreendimento, levando-se em conta a capacidade total instalada. Quando a empresa for controlada por outra empresa ou pertencer a um grupo econômico, a classificação do porte se dará considerando-se a receita operacional bruta consolidada.

#### F2 – Projetos com fins econômicos de apoio a grupos sociais fragilizados

Participação máxima do Fundo Amazônia, em casos devidamente justificados: 100%. Os resultados econômicos que resultem dos projetos de apoio a grupos sociais fragilizados deverão ser distribuídos aos integrantes destes, independentemente de quem seja o proponente.

#### F3 – Projetos com fins econômicos de arranjos produtivos locais (APL) de uso coletivo

Participação máxima do Fundo Amazônia: 90%.

F4 – Projetos com fins econômicos de pesquisa científica e tecnológica desenvolvidos em cooperação entre instituições tecnológicas (IT) e entidades com fins econômicos

Participação máxima do Fundo Amazônia:

90% para projetos que envolvam micro e pequenas empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual menor ou igual a R\$ 10,5 milhões;

80% para projetos que envolvam médias empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 10,5 milhões e menor ou igual a R\$ 60 milhões;

70% para projetos que envolvam grandes empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 60 milhões (ver observação no item F1).

- Os beneficiários dos recursos financeiros do Fundo Amazônia serão as instituições tecnológicas (IT) e/ou instituições de apoio (IA).
- Instituição tecnológica (IT): pessoa jurídica de direito público interno ou entidade direta ou indiretamente por ela controlada ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tenham por missão institucional, entre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, bem como desenvolvimento tecnológico.
- Instituições de apoio (IA): instituições sem fins lucrativos criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e instituições criadas ao amparo da Lei 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que possuam essa mesma finalidade.
- As empresas e/ou demais entidades com fins econômicos com interesse estratégico nas pesquisas não serão beneficiárias diretas dos recursos.
   Elas serão intervenientes nas operações de financiamento e deverão aportar contrapartida financeira complementando os recursos do Fundo Amazônia.
- São apoiáveis os investimentos realizados em benefício da instituição tecnológica (IT), com propósito específico de atender aos objetivos do projeto.
- A participação na propriedade intelectual e nos resultados econômicos provenientes da exploração das criações resultantes do
  projeto obedecerá aos dispositivos previstos na Lei da Inovação (Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004). Assim, as partes deverão
  prever, em contrato, a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados. Essas serão asseguradas, desde que
  previsto no contrato, na proporção equivalente ao montante do valor agregado do conhecimento já existente no início da parceria
  e dos recursos humanos, financeiros e materiais alocados pelas partes contratantes no projeto.
- Durante a etapa de análise, o BNDES verificará aspectos relacionados aos direitos de propriedade intelectual resultantes do projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação com intuito de evitar, quando pertinente, práticas restritivas de utilização e cessão desses direitos. Além dos aspectos referidos, o BNDES verificará, também, na etapa de análise, os critérios de rateio dos resultados financeiros do projeto.

# Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia em projetos de desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento nos demais biomas brasileiros

Área de aplicação	Limite de aplicação do total dos recursos disponíveis no ano	Tabelas
Projetos no Brasil fora da Amazônia Legal e em outros países tropicais	20%	G e H

#### **CRITÉRIOS ORIENTADORES**

#### G1 – Diversidade de atores envolvidos e governança compartilhada

Projetos que envolvam a articulação entre diversos atores, do setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais, com estrutura de governança compartilhada.

#### G2 – Relevância

Projetos que desenvolvam e implementem metodologia de monitoramento de longo prazo para REDD.

#### G3 - Prioridade

No âmbito do apoio no Brasil fora da Amazônia Legal, terão prioridade os projetos de sistema de monitoramento por bioma, de caráter permanente, que contribuam para o monitoramento em escala nacional e de sistema de controle do desmatamento, queimadas e incêndios florestais, conforme planos de prevenção e controle.

#### G4 - Escopo

Projetos de cadastramento ambiental rural (CAR) são considerados parte dos sistemas de controle ambiental.

#### **CONDICIONANTES MÍNIMOS PARA PROJETOS**

#### G5 – Indicadores de resultado

Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados à implantação de sistema de monitoramento de desmatamento ou degradação florestal.

#### **G6** – Proponentes / executores

Projeto deve incluir anuência de todos os parceiros e coexecutores.

#### G7 – Participação social

Projeto deve contar com uma instância de acompanhamento, necessariamente com participação de entes governamentais e da sociedade civil. Projetos que envolvam o desenvolvimento de sistemas de monitoramento devem contar com instância de acompanhamento, necessariamente com participação de entes governamentais e da sociedade civil. As comunidades envolvidas deverão ser explicitadas no projeto. Projetos relacionados às atribuições dos órgãos públicos, ou ao estabelecimento de políticas públicas, não necessitam, obrigatoriamente, da anuência dos beneficiários.

#### **G8 – Contribuição para REDD**

Projeto deve contribuir direta ou indiretamente para levar à REDD.

#### **G9 – Adicionalidade de recursos**

Projetos devem representar adicionalidades aos orçamentos públicos destinados as áreas de aplicação do Fundo Amazônia. Na aplicação deste Critério poderão ser considerados os seguintes aspectos: orçamento médio executado nos dois anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta; grau de contingenciamento de recursos no orçamento público para a execução da ação; e previsão nos planos plurianuais de governo vigentes (PPAs).

#### **G10 – Contrapartida**

Deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, demonstrando adicionalidades aos recursos tomados do Fundo Amazônia e produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do fundo. As contrapartidas podem se dar na forma de recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

# G11 – Base territorial

Projetos devem necessariamente abordar o monitoramento das florestas de, pelo menos, um bioma por completo.

#### G12 – Publicidade e transparência

Sistemas de monitoramento apoiados pelo Fundo Amazônia devem ser constituídos com base em plataformas que permitam ampla divulgação, transparência e acesso aos dados produzidos, por meio da internet. O BNDES disponibilizará ferramenta padronizada de integração e divulgação de informações atualizadas da implementação de todos os projetos.

#### G13 - Sustentabilidade do projeto

Demonstração da capacidade de sustentação econômica do projeto após sua implantação.

#### G14 - Desconcentração dos recursos

Deve-se buscar equilibrar, no conjunto da atuação do fundo, o apoio a todas suas áreas temáticas, de acordo com as prioridades que forem definidas.

#### **MODALIDADES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

#### G15 - Aplicação direta - Investimento

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive mediante a contratação de terceiros. Inclui investimentos em construções, equipamentos, treinamento e capacitação para estabelecimento de iniciativas. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

#### G16 - Aplicação direta - Custeio

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive mediante a contratação de terceiros. Inclui gastos de viagem/missões de campo, consultorias de pessoa física ou jurídica, materiais de campo, comunicação, entre outros. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

#### **RESTRIÇÃO DE USO DOS RECURSOS**

#### G17 - Diárias

Não poderão ser pagas diárias para agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública. Não se aplica esta restrição em caso de financiamento a atividades de pesquisa.

#### G18 - Pagamento de pessoas físicas

Não poderão ser efetuados pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a servidores públicos em regime de dedicação exclusiva nas três esferas de governo (não se aplica a restrição ao pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa especificamente relacionadas ao projeto).

#### G19 - Impostos e tributos

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes e ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto (restrição não se aplica a tributos relacionados às atividades dos projetos, como ICMS incluído nos preços dos produtos; INSS sobre o pagamento de serviços de pessoa física etc.).

#### CRITÉRIOS DE EQUIDADE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

#### G20 - Equidade na aplicação de recursos por estado

Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo bioma.

# Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia em projetos de desenvolvimento de sistemas de monitoramento do desmatamento em outros países tropicais

Área de aplicação	Limite de aplicação do total dos recursos disponíveis no ano	Tabelas
Projetos no Brasil fora da Amazônia Legal e em outros países tropicais	20%	G e H

#### **CRITÉRIOS ORIENTADORES**

#### H1 – Diversidade de atores envolvidos e governança compartilhada

Projetos que envolvam a articulação entre diversos atores, do setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais, com estrutura de governança compartilhada. Projetos que envolvam articulação regional.

#### H2 – Relevância

Países com maior cobertura florestal.

#### H3 - Escopo

Em outros países tropicais, o apoio do Fundo Amazônia será limitado a projetos que contribuam para a criação ou aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal.

Entende-se por sistemas de monitoramento da cobertura florestal a aplicação de técnicas que envolvam o processamento (ex.: georreferenciamento, realces e classificação) de imagens da superfície terrestre (satelitais ou aerotransportadas) para fins de mapeamento temático da vegetação com o uso da informação produzida (ex.: elaboração de mapas, análises espaciais e estatísticas) para o subsídio à gestão florestal.

#### **CONDICIONANTES MÍNIMOS PARA PROJETOS**

#### H4 - Indicadores de resultado

Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados à implantação de sistema de monitoramento de desmatamento ou degradação florestal.

#### H5 – Proponentes / executores

Projeto deve ser apresentado pelo governo central do país beneficiário, por instituições multilaterais, ou ainda, por instituições brasileiras governamentais, devendo contar com a anuência formal, nos dois últimos casos, do governo central do país que se beneficiará com as ações a serem desenvolvidas pelo projeto.

#### H6 – Participação social

Projeto deve contar com uma instância de acompanhamento, necessariamente com participação de entes governamentais e da sociedade civil. Projetos relacionados às atribuições dos órgãos públicos, ou ao estabelecimento de políticas públicas, não necessitam, obrigatoriamente, da anuência dos beneficiários.

#### H7 – Contribuição para REDD

Projeto deve contribuir direta ou indiretamente para levar à REDD.

#### H8 – Contrapartida

Deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, demonstrando adicionalidades aos recursos tomados do Fundo Amazônia e produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do fundo. Poderão ser considerados os seguintes aspectos: orçamento médio executado nos dois anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta; grau de contingenciamento de recursos no orçamento público para a execução da ação e previsão nos planos plurianuais de governo vigentes. As contrapartidas podem se dar na forma recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

#### H9 – Publicidade e transparência

Sistemas de monitoramento apoiados pelo Fundo Amazônia devem ser constituídos com base em plataformas que permitam ampla divulgação, transparência e acesso aos dados produzidos, por meio da internet.

#### H10 - Sustentabilidade do projeto

Demonstração da capacidade de sustentação econômica do projeto após a implantação. O BNDES disponibilizará ferramenta padronizada de integração e divulgação de informações atualizadas da implementação de todos os projetos.

# H11 – Desconcentração dos recursos

Deve-se buscar equilibrar, no conjunto da atuação do fundo, o apoio a todas suas áreas temáticas, de acordo com as prioridades que forem definidas.

#### H12 – Etapa prévia

Como etapa de consideração de projetos internacionais, o BNDES solicitará, previamente a seu processo de enquadramento de projetos, avaliação formal do Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre a prioridade e os impactos do projeto no que se refere às relações externas do Brasil.

#### **MODALIDADES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

#### H13 - Aplicação direta - Investimento

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive mediante a contratação de terceiros. Inclui investimentos em construções, equipamentos, treinamento e capacitação para estabelecimento de iniciativas. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

#### H14 – Aplicação direta – Custeio

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive mediante a contratação de terceiros. Inclui gastos de viagem/missões de campo, consultorias de pessoa física ou jurídica, materiais de campo, comunicação entre outros. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

#### **RESTRIÇÃO DE USO DOS RECURSOS**

#### H15 – Diárias

Não poderão ser pagas diárias para agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública. Não se aplica esta restrição em caso de financiamento a atividades de pesquisa.

#### H16 - Pagamento de pessoas físicas

Não poderão ser efetuados pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a servidores públicos em regime de dedicação exclusiva nas três esferas de governo (não se aplica a restrição ao pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa especificamente relacionadas ao projeto).

#### H17 – Impostos e tributos

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes e ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto.

#### CRITÉRIOS DE EQUIDADE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

#### H18 – Equidade na aplicação de recursos por país

Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo país.



# Focos para o apoio do Fundo Amazônia no biênio 2015-2016

#### **ORIENTAÇÕES GERAIS**

#### 11 - Focos para o biênio de 2015-2016

Nos itens a seguir são definidos os focos de atuação do Fundo Amazônia para o biênio 2015-2016 e estabelecidos diretrizes e critérios adicionais.

#### 12 - Condicionantes do apoio aos estados

O apoio a novos projetos apresentados por governos estaduais estará condicionado a que o estado interessado esteja em processo de implementação do CAR em seu território, com recursos do Fundo Amazônia, próprios ou de outras fontes.

Deverá ser incluída, nos contratos do Fundo Amazônia com os estados da Amazônia Legal, obrigação contratual prevendo a revisão, pelos estados, de seus planos de prevenção e combate ao desmatamento (PPCD), caso estejam desatualizados, bem como obrigação de produzir e divulgar anualmente um relatório de monitoramento de seus PPCDs.

#### 13 – Excepcionalização à condicionante de adicionalidade de recursos na Amazônia Legal

Projetos que visem dar continuidade ou aprimorar a fiscalização ambiental e o controle do desmatamento, apresentados por órgãos ou instituições públicas federais ou estaduais com mandato legal para realizar ações de fiscalização, no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), poderão, excepcionalmente, ser dispensados da condicionante mínima de adicionalidade de recursos, citada no item B8. Para tanto, será necessária uma justificativa técnica apresentada formalmente pelo Ministério do Meio Ambiente, bem como declaração do referido órgão/instituição proponente de que inexiste fonte de recursos disponíveis para o apoio financeiro pleiteado. A justificativa técnica e a declaração acima mencionadas são documentos obrigatórios e conjuntos à proposta protocolada formalmente no BNDES.

#### AMAZÔNIA LEGAL - EIXO MONITORAMENTO E CONTROLE

#### 14 - Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental dos imóveis rurais

Promoção do processo de regularização ambiental por meio de: (i) apoio à inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até quatro módulos fiscais); (ii) suporte à integração dos sistemas estaduais de CAR ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) e adaptação de módulos complementares de Análise e Monitoramento, de gestão dos Programas de Regularização Ambiental dos estados (PRAs) e de Cotas de Reserva Ambiental (CRAs); (iii) apoio ao desenvolvimento e implementação dos PRAs; (iv) suporte às atividades para a validação das inscrições no CAR; (v) apoio à elaboração dos projetos de recuperação de áreas degradadas e alteradas (Prada) de pequenas propriedades ou posses rurais familiares; (vi) suporte às atividades para a validação dos Pradas; e (vii) apoio à estruturação e operacionalização do monitoramento da regularidade ambiental dos imóveis rurais.

O apoio à implantação do CAR e à regularização ambiental dos imóveis rurais será feito prioritariamente através de operações com os estados, que poderão firmar parcerias / contratações para a execução das ações necessárias, respeitada a legislação aplicável. Todavia, será possível apoiar, por meio de outros parceiros, projetos de CAR em áreas que não foram contempladas nos projetos contratados com os estados.

#### 15 - Incêndios florestais

Apoio a ações de prevenção e combate à degradação florestal causada por incêndios em vegetação nativa apresentadas por órgãos governamentais de meio ambiente com atuação na Amazônia Legal ou por organizações não governamentais em parceria com órgãos de governo, prioritariamente em assentamentos, unidades de conservação e terras indígenas.

#### 16 – Monitoramento

Apoio ao monitoramento do desmatamento, da degradação florestal e das queimadas na Amazônia Legal.

#### AMAZÔNIA LEGAL - EIXO FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

#### 17 – Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade

Estruturação, fortalecimento e consolidação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da agricultura familiar de base sustentável, incluindo valorização da economia extrativista, manejo florestal madeireiro e não madeireiro, aquicultura e arranjos de pesca, sistemas agroecológicos e agroflorestais e turismo de base comunitária, incluindo a assistência técnica para as atividades produtivas sustentáveis.

#### 18 – Programa Assentamentos Verdes

Implementação do Programa Assentamentos Verdes (Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia).

#### 19 – Recomposição de áreas degradadas e alteradas

Apoio à recomposição de áreas degradadas e alteradas de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até quatro módulos fiscais), com priorização de implementação de Pradas.

#### AMAZÔNIA LEGAL - EIXO ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITORIAL

#### 110 - Regularização fundiária

Apoio à regularização fundiária de terras públicas, com prioridade nas áreas críticas por pressão do desmatamento, priorizadas, ainda, as ações de digitalização do acervo fundiário e construção ou consolidação das bases cartográficas fundiárias dos estados e a informatização de registros de imóveis e de órgãos estaduais de terras. Não será passível de apoio o pagamento de indenizações por desapropriação.

#### I11 - Terras indígenas

Apoio à elaboração e implementação dos planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas, alinhados com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

#### 112 – Áreas protegidas

Apoio à criação e consolidação de áreas protegidas.

#### AMAZÔNIA LEGAL - FOCO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

#### 113 – Novos produtos da sociobiodiversidade

Apoio à pesquisa científica e tecnológica voltada às cadeias de produtos da sociobiodiversidade, inclusive para o desenvolvimento de novos produtos a partir da biodiversidade amazônica – fármacos, fitofármacos, medicamentos, produtos cosméticos e outros de interesse das indústrias guímica e de alimentos.

#### 114 – Atividades produtivas sustentáveis

Apoio à pesquisa científica e tecnológica voltada ao manejo florestal madeireiro e não madeireiro, à recuperação de áreas degradadas, à integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), à pesca e aquicultura sustentáveis, à conservação de recursos hídricos e à conservação do solo.

#### 115 – Sistemas de monitoramento e controle do desmatamento, da degradação florestal e das queimadas

Apoio ao desenvolvimento, implementação e aprimoramento de sistemas de monitoramento do uso e cobertura da terra e de controle do desmatamento, da degradação florestal e das queimadas para fins de quantificação do desflorestamento, como subsídio às políticas públicas de prevenção e combate ao desmatamento.

#### 116 - Infraestrutura de pesquisa

O apoio do Fundo Amazônia ao desenvolvimento científico e tecnológico incluirá o apoio à necessária infraestrutura de pesquisa.

#### AMAZÔNIA LEGAL - MODALIDADES OPERACIONAIS

#### 117 – Orientação

Os focos definidos nos itens I4 a I16 anteriores serão apoiados exclusivamente por meio da apresentação direta de projetos estruturantes ou de projetos selecionados mediante chamadas públicas promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia (BNDES) ou por intermédio de instituições parceiras.

#### **I18 – Projeto estruturante**

Projeto estruturante é aquele que atenda cumulativamente aos critérios a seguir:

- a. Contribua para a implementação de uma política pública.
- b. Seja resolutivo em relação à situação problema.
- c. Tenha escala no território (sempre que o projeto desenvolva suas ações no território).

Os projetos estruturantes poderão ser propostos por (a) entidades do governo federal; (b) entidades dos governos estaduais; ou (c) organizações privadas sem fins lucrativos.

No caso de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, os projetos estruturantes poderão ser propostos por instituições científicas e tecnológicas e/ou suas fundações de apoio e ou, organizações da sociedade civil que tenham essa finalidade definida em seu contrato social ou estatuto ou, ainda, propostos por órgãos do governo federal ou dos governos estaduais.

Será considerado atendido o critério "ter escala no território" quando, por exemplo, as ações do projeto abrangerem em sua totalidade um conjunto de municípios, de assentamentos ou de áreas protegidas, uma região estadual de planejamento, o entorno de obras do PAC etc. A definição da escala territorial deve ser balizada de acordo com as características do projeto e as respectivas políticas públicas.

#### 119 – Chamada pública

Além das chamadas de projetos promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia (BNDES), será admitido o apoio a instituições parceiras para que estas promovam chamadas públicas de projetos. As instituições parceiras deverão comprovar experiência, conhecimento e capacidade operacional para conferir qualidade e escala às chamadas públicas, entendendo-se por instituições parceiras as entidades do terceiro setor e dos governos federal e estadual.

O Fundo Amazônia estará aberto permanentemente à apresentação, por instituições parceiras, de pedidos de colaboração financeira que busquem o seu apoio para a realização de chamadas públicas de projetos, com foco nas ações priorizadas para o biênio 2015-2016, conforme itens I4 a I16 anteriores.

As chamadas públicas promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia ou apoiadas indiretamente através das instituições parceiras, deverão ser objeto de publicidade, com a sua divulgação na página na internet do Fundo Amazônia ou das instituições parceiras responsáveis, conforme o caso.

#### O APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA NO BRASIL FORA DA AMAZÔNIA LEGAL

#### 120 - Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental dos imóveis rurais

Promoção do processo de regularização ambiental por meio de: (i) apoio à inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até quatro módulos fiscais); (ii) suporte à integração dos sistemas estaduais de CAR ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) e adaptação de módulos complementares de Análise e Monitoramento; e (iii) suporte às atividades para a validação das inscrições no CAR.

Os beneficiários de projetos de apoio ao CAR fora da Amazônia Legal deverão necessariamente aportar contrapartida financeira. Nos projetos que contemplem estados em que os biomas Cerrado, Caatinga e Pantanal representam, cumulativamente, mais de 40% de seu território, deverão ser aportadas contrapartidas financeiras de, no mínimo, 10% do valor total do projeto. Nos demais casos fora da Amazônia Legal, deverão ser aportadas contrapartidas financeiras de, no mínimo, 20% do valor total do projeto.

O apoio à implantação do CAR será feito prioritariamente por meio de operações com estados, que poderão firmar parcerias / contratações para a execução das ações necessárias, respeitada a legislação aplicável.

#### 121 – Sistemas de monitoramento do desmatamento

Apoio a projetos que contribuam para a criação ou aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal fora da Amazônia Legal, conforme diretrizes e critérios vigentes (ver itens G1 a G20).

#### O APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA EM OUTROS PAÍSES TROPICAIS

#### 122 – Sistemas de monitoramento do desmatamento em outros países tropicais

Apoio a projetos que contribuam para a criação ou aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal em outros países tropicais, conforme diretrizes e critérios vigentes (ver itens H1 a H18).



# ANEXO 4 – Membros e suplentes do COFA em 2016

# Governo Federal

#### Ministério do Meio Ambiente

Marcelo Cruz Everton Frask Lucero

# Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Gustavo Saboia Fontenele e Silva Demétrio Florentino de Toledo Filho

# Ministério das Relações Exteriores

José Antônio Marcondes de Carvalho Reinaldo José de Almeida Salgado

# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

José Rodrigues Pinheiro Dória Pedro Alves Corrêa Neto

# Ministério da Justiça – Fundação Nacional do Índio

Juan Felipe Negret Scalia Máximo Oliveira de Souza

# Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Jailson Bittencourt de Andrade Andrea Ferreira Portela Nunes

# Casa Civil da Presidência da República

Fabiana Cardoso Martins de Souza Milena Souto Major de Medeiros

# Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos Gabriel Rangel Visconti

# Estados amazônicos

#### Acre

Carlos Edegard de Deus Magaly da Fonseca e Silva Tavares de Medeiros

#### **Amapá**

Marcelo Ivan Pantoja Creão Robério Aleixo Anselmo Nobre

#### **Amazonas**

Antonio Ademir Stroski Luís Herique Piva

#### Maranhão

Marcelo de Araújo Costa Coelho Adelmo de Andrade Soares

#### Mato Grosso

André Luis Torres Baby Rita de Cássia Volpato de Castilho

#### Pará

Luiz Fernandes Rocha Justiniano de Queiroz Netto

#### Rondônia

Vilson de Salles Machado Francisco de Sales Oliveira dos Santos

#### Roraima

Rogério Martins Campos Paulinho Felippin

# **Tocantins**

Luzimeire Ribeiro de Moura Carreira Rubens Pereira Brito

# Sociedade civil

# Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Mário Augusto de Campos Cardoso Adelaide de Fátima Gonçalvez de Oliveira

# Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)

Kleber Luis Santos dos Santos Mario Nicacio

# Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

Antoninho Rovaris Alessandra da Costa Lunas

# Fórum Brasileiro de ONGS e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente (FBOMS)

João Bosco Campos dos Santos Adriana de Carvalho Barbosa Ramos Barretto

## Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal (FNABF)

Geraldo Bento Valdinei Bento dos Santos

# Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Adalberto Luis Val Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão

# Durante o ano de 2016, também estiveram em exercício os seguintes integrantes:

# Governo Federal

# Ministério do Meio Ambiente

Francisco Gaetani Titular até 22/10/2016 Carlos Augusto Klink Suplente até 22/10/2016

Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior – Atual Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

**Beatriz Martins Carneiro** 

Titular até 22/10/2016

# Ministério das Relações Exteriores

José Raphael Lopes Mendes de Azeredo

Titular até 22/10/2016

Felipe Ferreira

Suplente até 22/10/2016

**Everton Frask Lucero** 

Suplente até 16/02/2016

# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Caio Tibério Dornelles da Rocha

Titular até 22/10/2016

Arno Jerke Junior

Suplente até 22/10/2016

# Ministério do Desenvolvimento Agrário (Extinto)

João Luiz Guadagnin

Titular até 22/10/2016

Carlos Eduardo Portela Sturm

Suplente até 22/10/2016

# Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Osvaldo Luiz de Moraes

Titular até 22/10/2016

# Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

José Henrique Paim Fernandes

Titular até 22/10/2016

# Estados amazônicos

# Maranhão

Ricardo Garcia Cappelli

Suplente até 22/10/2016

# Mato Grosso

Ana Luiza Ávila Peterlini de Souza

Titular até 22/10/2016

#### Rondônia

Mauro Pereira dos Santos

Suplente até 22/10/2016

#### Roraima

Alessandro Felipe Vieira Sarmento Suplente até 22/10/2016

# Sociedade civil

# Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Deryck Pantoja Martins Suplente até 22/10/2016

# Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)

João Paulo Lima Barreto Suplente até 22/10/2016

# Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal (FNABF)

Valdinei Bento dos Santos Titular até 22/10/2016 Geraldo Bento Suplente até 22/10/2016

# Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Niro Higuchi Titular até 22/10/2016 Marcio de Castro Silva Filho Suplente até 22/10/2016



# **ANEXO 5 – Cancelamentos e suplementações**

PROJETOS CANCELADOS					
Nome do projeto Responsável pelo projeto Valor do apo		Valor do apoio (R\$)	Ano de cancelamento		
S.O.S Cumaru do Norte	Município de Cumaru do Norte (PA)	755.299,70	2012		
Porto de Moz Sustentável	Município de Porto de Moz (PA)	337.206,46	2014		
Anapu Rumo ao Selo Verde	Município de Anapu (PA)	431.940,00	2014		
Maranhão Sustentável	Estado do Maranhão	20.036.000,00	2016		
Bombeiros RR	Estado de Roraima	12.800.000,00	2016		
TOTAL		34.360.446,16			

PROJETOS CUJOS VALORES FORAM REDUZIDOS					
Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Valor original do apoio (R\$)	Valor da redução (R\$)	
Bolsa Floresta	Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	19.166.347,89	19.169.087,00	2.739,11	
Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) — Fase 2	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	19.949.058,91	20.000.000,00	50.941,09	
Sementes do Portal	Instituto Ouro Verde (IOV)	5.397.778,87	5.423.450,00	25.671,13	
Preservar Porto dos Gaúchos	Município de Porto dos Gaúchos (MT)	120.655,00	133.890,00	13.235,00	
Recupera Marcelândia	Município de Marcelândia (MT)	554.215,22	669.126,00	114.910,78	
Fundo Dema	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)	7.615.854,00	9.347.384,00	1.731.530,00	
TOTAL		52.803.909,89	54.742.937,00	1.939.027,11	

PROJETOS COM SUPLEMENTAÇÃO					
Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Valor original do apoio (R\$)	Valor da suplementação (R\$)	Ano de aprovação da suplementação
Conhecer para Conservar	Museu da Amazônia (Musa)	9.984.629,00	8.454.421,00	1.530.208,00	2015
Concretizar	Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto RECA	6.422.748,00	4.751.520,00	1.671.228,00	2015
TOTAL		16.407.377,00	13.205.941,00	3.201.436,00	

# Ficha técnica

(composição dos cargos em 31 dezembro de 2016)

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Temer

**BNDES** 

MINISTRO DO MEIO AMBIENTE

José Sarney Filho

MINISTRO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos

Dyogo Oliveira EDIÇÃO

Gerência de Editoração e Memória do BNDES

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Refinaria Design

Rodrigo Feyth de Negreiros

COORDENAÇÃO E REDAÇÃO

PRESIDENTE

Gerência de Relações Institucionais

PRESIDENTE Gerência de Relações Institucionais

Maria Silvia Bastos Marques do Fundo Amazônia

DIRETORA DA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA E SOCIOAMBIENTAL PROJETO GRÁFICO

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA E SOCIOAMBIENTAL PRODUÇÃO EDITORIAL

Gabriel Rangel Visconti Expressão Editorial

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO FUNDO AMAZÔNIA ILUSTRAÇÕES

Juliana de Mello Queiroz Santiago Refinaria Design e Shutterstock

Fundo Amazônia. O Brasil cuida. O mundo apoia. Todos ganham.

EDITADO PELO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO MAIO DE 2017

www.bndes.gov.br

